Universidade de São Paulo
Museu de Arqueologia e Etnologia

**DA CAPELA CARMELITA A CATEDRAL
METROPOLITANA DE MANAUS (AM): UMA
ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA**

Marcus Vinicius de Miranda Corrêa

Tese de doutorado apresentada ao curso de pós-graduação em Arqueologia, ministrado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutor.

Professor Orientador
Doutor José Luiz de Moraes

SÃO PAULO
2005

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho teve a colaboração efetiva de Hamilton Salgado cedendo as fotografias do trabalho arqueológico.

Arminda Mendonça de Souza por disponibilizar a documentação da pesquisa e colaborar decisivamente com bibliografia sobre Manaus.

Joaquim Rodrigues de Melo e Hildebrando Luiz Antony Filho pelo levantamento documentação histórica relativo à Igreja da Nossa Senhora da Conceição, Catedral Metropolitana de Manaus.

Ao Departamento Patrimônio Histórico e Turístico do Estado do Amazonas (DPHT), especialmente a Diretora Regina Lobato e a restauradora Elisabete Etelvita por colaborar firmemente na realização da pesquisa arqueológica e por ceder as plantas para a realização deste trabalho.

RESUMO

A Catedral Metropolitana de Manaus – Igreja Nossa Senhora da Conceição surgiu de uma capela carmelita construída no século XVII e depois de várias reconstruções, recebeu vários acréscimos durante os anos até atingir a dimensão atual. A pesquisa arqueológica na Catedral Metropolitana de Manaus ocorreu entre os dias 15 de abril e 06 de outubro de 2002. Neste período foram realizados trabalhos no edifício, concentrados na sacristia oeste da igreja, nave central e varanda oeste.

Nos jardins foram encontrados uma diversidade de materiais como, louça, vidro, ferro, provenientes em sua maioria do aterro realizado pelo prefeito Jorge Teixeira com material proveniente do, então, lixão da cidade. Já no aterro realizado no séc. XIX foram encontrados basicamente material argiloso. As evidências biológicas aparecem em todos os aterros, algumas são inerentes aos aterros outras são resultado de atividades de insetos.

O ciclo econômico da borracha contribuiu fortemente para o desenvolvimento da região e Manaus. Tanto que suas principais obras arquitetônicas e de infra-estrutura foram efetuadas durante o apogeu do ciclo da borracha. Se por um lado Manaus tinha recursos para obras como o Teatro Amazonas, por outro, faltava mão-de-obra, tanto pela pequena população como pelo atrativo dos seringais.

ABSTRACT

The Cathedral of Manaus, started as a Carmelite chapel constructed in century XVII and after some reconstructions, it received some additions during the years until reaching the current dimension. The archaeological research in the Cathedral Metropolitan of Manaus occurred enters days 2002 15 and 06 of October. In this period works in the building had been carried through, concentrated in the sacristy west of the church, central ship and veranda west.

In the gardens they had been found a diversity of materials as, ware, glass, iron, proceeding in its majority from I fill with earth it carried through for mayor Jorge Teixeira with material proceeding from, then, earth sanitary of the city. No longer I fill with earth carried through in XIX century had been found basically material argillaceous. The biological evidences appear in all the earth earth, some are inherent to the earth and others are resulted of activities of insects.

The rubber economic cycle contributed to the development in that all region and Manaus. The city of Manaus changed, not only in this architectonic aspect, but in all segments. The progress of Manaus had a dramatic effect on the public administration.

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
1 ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA	13
1.1 Alguns conceitos	13
1.1.1 Arquitetura	14
1.1.2 Arqueologia	20
1.1.3 Arqueologia da arquitetura	31
1.2 Arqueologia religiosa no Brasil	34
2 ALGUNS DADOS SOBRE O MUNICÍPIO DE MANAUS	42
3 A ORDEM DO CARMO	65
3.1 Origem, história e constituição	65
3.2 Os Carmelitas no Brasil	70
3.3 Os Carmelitas no Amazonas	77
4 A CATEDRAL METROPOLITANA DE MANAUS, IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	79
4.1 Localização e descrição	80
4.2 Procedimentos metodológicos	88
4.2.1 Arqueologia da Catedral	94
4.2.1.1 O encontro da Catedral	97
4.2.1.2 A edificação	103
5 CONCLUSÃO	109
GLOSSÁRIO DE ALGUNS TERMOS DE ARQUITETURA	115
BIBLIOGRAFIA	119
ANEXOS	

LISTA DE SIGLAS

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas

DPHT – Departamento Patrimônio Histórico e Turístico do Estado do Amazonas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de pesquisa agropecuária

GEO – Global Environment Outlook

GPS – Global Position System

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

O.E.A – Organização dos Estados Americanos

PPSH – Plano de Preservação de Sítio histórico Urbano

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

ONU – Organização das Nações unidas

SEC – Secretaria Estadual de Cultura, Turismo e desporto do Amazonas

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é o atual
IPHAN

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capela-mor da Catedral Metropolitana de Manaus.

Figura 2 – Mapa do Estado do Amazonas.

Figura 3 – Localização de Manaus, vista por satélite.

Figura 4 – Cidade de Manaus.

Figura 5 – Localização do Município de Manaus e Microrregiões.

Figura 6 – Rede hidrográfica de Manaus.

Figura 7 – Centro de Manaus, com vistas do porto e da Catedral Metropolitana de Manaus.

Figura 8 – Catedral Metropolitana de Manaus.

Figura 9 – Catedral Metropolitana de Manaus nas primeiras décadas do século XX.

Figura 10 – Escavação de um corte nos jardins da Catedral Metropolitana de Manaus.

Figura 11 – Trabalho para instalação das sub-estações que ocorreu após a pesquisa arqueológica.

Figura 12 – Vários períodos da Catedral Metropolitana de Manaus

Figura 13 – Material no depósito no Centro de Artes Chaminé

Figura 14 – Um corte no setor oeste dos jardins da Catedral.

Figura 15 – Prospecção com a maquina.

Figura 16 – O arco encontrado e a diferença no sistema construtivo na parede.

Figura 17 – Garrafa com texto encontrado na sacristia.

Figura 18 – Estruturas encontradas na sacristia oeste.

Figura 19 – Corte na varanda oeste da igreja.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01: Lei nº 3924/61.

Anexo 02: Carta de Petrópolis.

Anexo 03: Carta de Lausanne.

Anexo 04: Manifesto de Amsterdã.

Anexo 05: Mapa da cidade de Manaus de 1852 e 1856.

Anexo 06: Mapa da área histórica urbana de interesse patrimonial; mapa do centro de Manaus; Planta de situação da Catedral Metropolitana de Manaus.

Anexo 07: Planta da Catedral Metropolitana de Manaus século XIX; Planta da Catedral Metropolitana de Manaus século XX; Fachada principal, Planta de quadriculamento arqueológico; Valorização cronológica; Evolução urbana da cidade de Manaus.

Anexo 08: Croqui da estratigrafia de um corte dos jardins da Catedral.

INTRODUÇÃO

O Projeto Integrado de Aproveitamento Turístico e Resgate da Memória Cultural da Igreja Matriz da Nossa Senhora da Conceição – Catedral Metropolitana de Manaus foi elaborado de maneira multidisciplinar e, dentro dessa multidisciplinaridade, houve espaço para o subprojeto Arqueologia da Catedral. Na realidade, em muitos momentos, o trabalho se resumiu a uma coleta de material cultural dos aterros situados no entorno do edifício e retirado pelas obras civis ou a comprovação de dados levantados pela História. Mesmo assim, importantes descobertas foram feitas e realizado um trabalho de sensibilização junto à Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto do Estado do Amazonas (SEC), especialmente com o Departamento do Patrimônio Histórico e Turístico (DPHT) e com os alunos de graduação das diversas universidades, envolvidos nos trabalhos de campo e/ou laboratório.

Dentro dessa perspectiva, diversos subprojetos compõem o projeto multidisciplinar citado, dentre os quais o de musealização dos elementos pertencentes à visita do Papa João Paulo II a Manaus, o da exposição dos materiais recuperados pela Arqueologia e pela exposição dos ex-votos, ou ainda o da restauração¹ das pinturas decorativas do interior da igreja.

A restauração como disciplina científica surge no séc. XIX. Um dos maiores nomes da Arquitetura e restauração da segunda metade do século XIX na França foi Eugène E. Viollet-le-Duc. Com ele, pôde-se traçar um paralelo entre os estilos arquitetônicos e o mundo natural. A importância dessa doutrina

¹ A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos, baseando-se no princípio do respeito ao conjunto de testemunhos disponíveis. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento. As contribuições de todas as épocas deverão ser respeitadas. Segundo a Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza) e a reunião do ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – na Austrália, em 1980 (Carta de Burra).

se justifica por pertencer a uma teoria geral da arte. Para os restauradores que seguiam sua doutrina, os monumentos eram expressões de uma época, verdadeiros documentos históricos, cuja integridade era essencial para se entender o passado. Seus adversários, no entanto, acreditavam que a restauração de um monumento era uma falsificação. John Ruskin, por exemplo, formulou proposições opostas às expressas anteriormente, pois, para ele, os monumentos do passado eram intocáveis. Ruskin não achava possível a relação entre o mundo natural e a Arquitetura e era contrário à restauração que ocorria na França sob as considerações de Viollet-le-Duc. Em fins do século XIX, temos as teorias positivistas na restauração, dando-se origem então à restauração histórica, na qual textos da época e documentos de arquivo, dentre outros, balizarão as restaurações. É nesse momento que aparecem os preceitos da moderna restauração:

- a) os monumentos são únicos, não só para o estudo da Arquitetura, mas também como documentos históricos que temos que respeitar;
- b) os monumentos devem ser consolidados antes de reparados, e reparados antes de restaurados, evitando-se, assim, renovações;
- c) se, por razões estatísticas, as adições forem necessárias, deve-se manter o aspecto formal do edifício;
- d) as adições de épocas anteriores devem ser consideradas como parte integrante do monumento.

Esses critérios são difundidos lentamente por toda a Europa, devido ao predomínio dos critérios da restauração estilística. (JUSTICIA, 1992, p. 120-1).

Atualmente, há uma série de documentos internacionais que visam nortear e normatizar os processos de restauração. Dentre as mais importantes, pode-se citar a Carta de Atenas, a Carta de Veneza, a Carta Italiana de Restauro de 1972, o Manifesto de Amsterdã e a Carta de Burra (Austrália, 1980).

Mesmo dentro de um viés multidisciplinar, entender um programa de arqueologia em um trabalho de restauração/reforma de um bem imóvel, num primeiro momento, causou alguma estranheza, principalmente entre profissionais de áreas como Engenharia e Arquitetura. Tal espanto pode ser atestado na frase da Diretora do Departamento Patrimônio Histórico e Turístico (DPHT) do Estado do Amazonas, que afirmou que Arqueologia “era cavar buraco para encontrar coisas de índio”. Em momento algum, ela entendeu a Arqueologia como um instrumento de valoração do Patrimônio edificado, apesar de diversas Cartas Patrimoniais reconhecerem sua importância na valorização de bens imóveis. Mas associar a Arqueologia ao período pré-histórico é uma realidade brasileira, pois são os vestígios indígenas os mais pesquisados em território nacional. No entanto, seja qual for o testemunho do passado, reconhecer sua importância na formação da Identidade nacional e sua conseqüente valorização é um importante ensinamento a ser deixado para as gerações futuras.

A surpresa ainda foi maior quando se iniciou a prospecção na parede leste da sacristia oeste e no sótão. Tal declaração e surpresa devem ser creditadas à falta de tradição em pesquisas arqueológicas junto ao Patrimônio Arqueológico Histórico-arquitetônico², no Estado do Amazonas, embora, desde a década de 20, essa preservação seja uma constante no pensamento patrimonial brasileiro (MENDONÇA DE SOUZA, 1991; MOLINA & PAULO, 1997; BASTOS, 2002).

O Amazonas é um estado sem tradição em pesquisas arqueológicas, especialmente históricas. As pesquisas realizadas em seu território foram feitas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, por pesquisadoras do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Algumas exceções, entretanto, aparecem no cenário, como o trabalho na cidade de Uricurituba, ou o salvamento arqueológico na área do reservatório da UHE-Balbina, ambos trabalhos voltados para a Arqueologia

² Segundo Morais (2000), o termo significa um segmento, que compreende as estruturas construídas e respectivos contextos referentes à sociedade nacional, dotados de significado histórico local ou regional, compondo parte da herança cultural legada pelas gerações passadas às futuras.

pré-colonial. No primeiro caso, o material resgatado continua depositado nas dependências do Instituto Geográfico, Histórico e Artístico (IGHA) do Amazonas, com um detalhe: a etapa de campo ocorreu no ano de 1982. Já o salvamento arqueológico da UHE-Balbina teve seus resultados publicados parcialmente pela antiga Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE), o que proporcionou duas dissertações de mestrado, uma sobre os petroglifos da região, defendida na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA/UFRJ) e outra, defendida na Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO), sobre o impacto do reservatório na aldeia Tapunã dos Waimiri, onde houve uma breve pesquisa arqueológica.

Essa falta de tradição é tanta que, para as restaurações do Teatro Amazonas, do Palácio Rio Negro (antiga sede do Governo Estadual), no Tribunal de Justiça, não houve pesquisas ou prospecções arqueológicas. Esse fator acabou influenciando na qualidade da mão-de-obra e, para que o problema fosse solucionado, o programa utilizou os cortes realizados pela obra civil, nos canteiros da igreja, como canteiros-escola para as pessoas envolvidas no programa e sem conhecimento em arqueologia.

O elemento motivador da realização do subprojeto de arqueologia foi a evidenciação de fragmentos de cerâmica indígena, louças e vidros do séc. XX, expostos quando da abertura de uma caixa d'água para receber o líquido vindo da central de ar condicionado a ser instalada na igreja, fato esse ocorrido na presença do Secretário de Cultura, Desporto e Turismo, que ordenou uma pesquisa arqueológica no local. Mas, até que ela acontecesse, mantiveram-se pessoas, nos jardins da catedral onde havia o prosseguimento dos trabalhos, com o objetivo de acompanhamento das obras civis e, conseqüentemente, de verificação do material exposto.

Se, no início do trabalho, no momento de preparação do projeto e até mesmo no começo das atividades de campo, poucas pessoas sabiam como a arqueologia poderia contribuir para a restauração da igreja, ao longo do

trabalho, esse quadro foi mudando gradativamente, até atingir um alto grau de sensibilização, fazendo com que fosse vista como um importante bem patrimonial do Estado do Amazonas e da União. Por isso, o enfoque dado a esta tese será o desenvolvimento arquitetônico do edifício.

Para fins didáticos e uma melhor compreensão sobre o que se está discorrendo, será útil manter a tradicional divisão da Arqueologia em Pré-histórica e Histórica, não por existirem duas ou mais Arqueologias, mas apenas por se tratar de uma divisão cronológica de um campo de estudo. O que define a Arqueologia são métodos e técnicas empregados na pesquisa, não devendo seu objeto ser confinado em datas ou períodos. Mas, se Arqueologia é o estudo do homem através dos restos físicos de suas atividades no passado (Major 1874), a Arqueologia Histórica deve abarcar todos os períodos do passado, pois todos os grupos humanos têm história, seja ela escrita ou oral. Atualmente essa divisão perdeu sentido na Arqueologia. South (1977), inclusive, afirma que a Arqueologia Histórica, que se refere à base de dados, não é diferente de outros tipos de Arqueologia.

Portanto, antes de se proceder a qualquer intervenção no monumento, fez-se necessária uma minuciosa coleta de informações para subsidiar os trabalhos arqueológicos, evitando-se, assim, a perda de tempo com escavações desnecessárias ou a negligência de algum indício. Não se pode esquecer que uma escavação arqueológica é sempre destrutiva.

Para uma melhor leitura dos indícios, tanto no edifício quanto no seu entorno, foi contratado um consultor com experiência comprovada em intervenções arqueológicas em igrejas.

Um outro fator levado em consideração na pesquisa foi o fato de que o edifício ainda mantém a sua função original, com prazo para ser reaberto, o que limitou as intervenções arqueológicas, estando submetidos os trabalhos arqueológicos aos prazos estabelecidos. Vale ressaltar que os trabalhos de

engenharia, arquitetura e restauração foram iniciados antes dos de arqueologia (enquanto os trabalhos arqueológicos começaram em abril de 2002, os demais tiveram início em agosto de 2001).

A atual Catedral Metropolitana de Manaus, igreja Nossa Senhora da Conceição, foi inicialmente uma construção da Ordem dos Carmelitas, na qual podemos perceber uma série de etapas que evidenciam os diversos períodos cronológicos e as reformas pela quais passou. Mais recentemente sofreu um processo de restauração das pinturas decorativas internas e externas, além de obras de engenharia e arquitetura: renovação do telhado, revisão da parte elétrica, recuperação de elementos arquitetônicos (platibandas, cimalhas, reforma dos arcos internos sobre as colunas que separam a nave dos corredores laterais) e a adaptação para instalações modernas, como a instalação de uma central de ar condicionado. Aliás, foi a abertura de um poço, que recebeu uma caixa d' água coletora da umidade do ar-condicionado central, que propiciou o trabalho arqueológico no local, decorrente da profusão de materiais como vidro, louça e ferro encontrados, além, é claro, de alguns fragmentos de cerâmica indígena.

No edifício, o trabalho arqueológico foi concentrado na sacristia do lado oeste, entre as colunas, e nos altares laterais situados nos dois corredores que margeiam a nave central, a qual não recebeu nenhum tipo de trabalho, já que estava totalmente recoberta por andaimes para os trabalhos de restauração das pinturas. Na capela-mor existia uma pintura que recobria as duas paredes internas, que separavam a capela das sacristias. Esses dois fatores inviabilizaram a realização de prospecção tanto no solo como nas paredes da capela-mor e da nave central. De qualquer forma, importantes descobertas foram realizadas e chegou-se a um dilema: como determinar o que deveria ser mostrado e de que forma, pois existe uma dificuldade em se atribuir um valor ao recurso arqueológico, questão esta presente não só no Estado do Amazonas, mas no mundo inteiro (FOWLER, 1982, p. 10).

A equipe de arqueologia foi coordenada pela arqueóloga Maria Arminda Mendonça de Souza e tinha como consultores: os arqueólogos Marcus Vinícius de Miranda Corrêa e Paulo Tadeu S. Albuquerque; um geólogo da Universidade Federal do Amazonas, Emílio Alberto Amaral Soares; um topógrafo, Carlos Horácio da Rocha Gama; um fonógrafo, Hamilton José Salgado; duas pessoas responsáveis pela pesquisa histórica, Joaquim Rodrigues de Melo (pós-graduado em História e Historiografia da Amazônia), e Hildebrando Luiz Antony; estagiários de Arqueologia advindos das universidades locais (Centro Universitário Nilton Lins, Universidade Paulista, Universidade Luterana do Brasil e Universidade Federal do Amazonas); 23 estudantes de Turismo de diversos períodos; dois alunos de Psicologia, um de Arquitetura e um de Filosofia; 4 serventes que tinham a responsabilidade de peneirar todo o sedimento, sempre sob a orientação de um aluno.

Mesmo não sendo a Arqueologia Histórica³ um campo novo, a imagem da Arqueologia no Brasil está fortemente ligada ao período pré-colonial, especialmente na Amazônia. A carência de mão-de-obra especializada nos diversos campos da Arqueologia acaba por contribuir, infelizmente, na elaboração de sua imagem, assim como a insensibilização a respeito da importância dessa área patrimonial e da relevância da Arqueologia como integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro.

³ A legislação arqueológica brasileira não contempla essa modalidade de Arqueologia, mas o 1º Seminário Brasileiro para a preservação e Revitalização de Centros Históricos, realizado na cidade de Petrópolis, no ano de 1987, recomenda algumas ações importantes como a participação da comunidade, o inventário, o tombamento ou regras urbanísticas. Mas não devemos esquecer, como diz Schmitz, que (1988, p. 17) apenas uma legislação ou textos normativos são ineficazes na proteção do patrimônio arqueológico brasileiro.

Tentando uma maior clareza na exposição do estudo, a articulação interna dos capítulos foi sistematizada da seguinte maneira:

Capítulo 1: Arqueologia da Arquitetura

Na sociedade contemporânea, a Arquitetura ganha cada vez mais espaço na vida das pessoas, portanto, empregá-la para estudar o mundo social (ZARANKIN, 2001) é uma posição cada vez mais utilizada. Dessa maneira, relacionar a Arqueologia com a Arquitetura é mais um campo de estudo para o entendimento *do "passado e as atividades dos seres humanos"* (MENDONÇA DE SOUZA, 1991, p. 36).

Aliás, nessa tentativa, cada vez mais a Arqueologia diversifica e cria novas especialidades, no intuito de compreender as atividades humanas. Assim, tem-se a Arqueologia da Arquitetura, a Arqueologia Industrial, a Arqueologia Rural, dentre outras.

Nesse capítulo serão apresentados alguns conceitos sobre Arquitetura e Arqueologia, explicar-se-á esse novo campo de estudo denominado Arqueologia da Arquitetura e, por fim, far-se-ão algumas considerações sobre a Arquitetura religiosa no Brasil.

Capítulo 2: Alguns dados sobre o Município de Manaus

Esse capítulo explorará os aspectos ambientais, econômicos, patrimoniais e históricos do município de Manaus, bem como as ocupações humanas, fazendo-se nele referências ao período anterior à conquista, mas realçando-se o período colonial até nossos dias.

A base dos dados aqui expostos faz parte do projeto Geo-cidades, um Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente – PNUMA. Este

programa cederá informações específicas sobre o contexto político, social e econômico, com destaque para a evolução urbana de Manaus e as características do meio ambiente. Vários livros sobre Manaus foram consultados, principalmente em relação à História do Município.

Capítulo 3: A ordem do Carmo

Em todo o mundo cristão, as instituições religiosas como capelas e hospitais tiveram uma posição de destaque na malha urbana das cidades. Tal fato pode ser visto pela localização atual dessas instituições, pelo estudo do desenvolvimento da cidade ou, ainda, pelas referências a elas feitas nos endereços fornecidos pelos cidadãos. Logo, estudar uma instituição cristã é relevante para que se possa entender o desenvolvimento urbano de uma cidade

A influência da cristandade no mundo ocidental, inclusive no Brasil, é tão grande que Marcoy (2003), ao descrever uma vila construída a mando de Mendonça Furtado (Lugar da Barra, atual Manaus), relata que havia três vias: uma representando Deus pai, outra o filho, e mais uma, a do Espírito Santo, tendo-se aí, portanto, a Santíssima Trindade. Outro exemplo dessa influência, na atualidade, é a quantidade de feriados católicos presentes em nosso calendário.

Esse capítulo dará enfoque à Ordem dos Carmelitas, a responsável pela edificação da Capela Nossa Senhora da Conceição, que deu origem à atual Catedral Metropolitana de Manaus (AM), embora a atual igreja não seja a original, pois, como se verá adiante, a capela construída pelos Carmelitas foi demolida. Essa Ordem distribuiu-se por toda a América portuguesa e, conseqüentemente, contou com um grande número de frades, monjas e irmãos professores.

Este trabalho não possui como enfoque a História Social, pois não visa estudar a Ordem dos Carmelitas dentro do contexto histórico da sociedade brasileira. No entanto, alguns dados serão levantados para uma melhor compreensão da situação contextual, que levou à criação de uma capela dos religiosos carmelitas em Manaus.

Capítulo 4: A Catedral Metropolitana de Manaus, Igreja Nossa Senhora da Conceição

Esse capítulo abordará a Catedral Metropolitana de Manaus, Igreja Nossa Senhora da Conceição, sua localização e descrição, os procedimentos teóricos e metodológicos adotados na pesquisa em campo e de laboratório, um relato sobre a arqueologia da Catedral, seus objetivos e uma breve exposição das estruturas encontradas e da cultura material evidenciada pelas escavações nos jardins.

Há algumas dúvidas sobre o local onde teria sido erguida a capela que teria dado origem à atual igreja (como se verá adiante). Alguns autores acreditam que a capela original estaria localizada mais a oeste da igreja atual, enquanto outros fornecem elementos que permitem assegurar que a atual igreja foi construída no mesmo local da capela carmelita de Nossa Senhora da Conceição. A Arqueologia, com os seus métodos e técnicas, é, entretanto, incapaz de recontar essa história.

(In) Felizmente, a defasada lei 3.924/61⁴ em nenhum momento se refere aos bens arqueológicos históricos, o que dificulta o trabalho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN – e dos arqueólogos, causando inclusive um sério transtorno, o de se responder à seguinte pergunta: qual a legislação brasileira que define um recurso arqueológico histórico?

⁴ Ver anexo 01.

O documento que mais se aproxima é o gerado no 1º seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos⁵, realizado na cidade de Petrópolis, no ano de 1987, especialmente quando entende que um sítio histórico urbano é um espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Nesse documento, sítio histórico urbano é definido como

parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída assim como a vivência dos seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação.

Ainda, segundo esse documento, a cidade deve ser entendida como uma forma de expressão cultural: todo espaço urbano é resultado de um processo de produção social, portanto, todo o edifício deve ser exaustivamente estudado sob o ponto de vista sócio-cultural. Dessa forma, de acordo com a carta de Petrópolis, a Catedral é um sítio histórico urbano, pois é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída assim como a vivência dos seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação.

5 CONCLUSÃO

Na conclusão, haverá a amarração dos capítulos anteriores, destacando-se a importância do papel da sensibilização comunitária como vetor preponderante na preservação do Patrimônio Arqueológico, assim como a relevância da relação entre Arqueologia e Arquitetura.

⁵ Ver anexo 02.

A proposta desta tese de doutorado é estabelecer o desenvolvimento cronológico do edifício da Catedral Metropolitana de Manaus a partir dos dados obtidos pela Arqueologia e fontes históricas. E será o desenvolvimento do edifício o objeto desse último capítulo.

Como o trabalho arqueológico deu subsídios para sabermos se a localização da atual igreja é a mesma da construída pelos carmelitas, tal assunto será discutido aqui, mas sem muita profundidade. Mesmo assim, o estudo arqueológico dessa igreja se justifica pela importância que esse edifício assumiu dentro do traçado urbano. A igreja, de um modo geral, teve um papel organizador no crescimento populacional, além de ter sido um marco referencial da população.

Como se trata de uma tese de Arqueologia, no final do trabalho há um pequeno glossário dos termos de Arquitetura empregados. Após o glossário, temos a apresentação da bibliografia utilizada e, encerrando o trabalho, estão os anexos, utilizados pelos seguintes motivos:

1. A apresentação da Lei 3924/61 e da Norma de Lausanne não é fundamental para a compreensão do trabalho.
2. Os mapas de Manaus também não necessitam serem consultados durante a leitura do texto.
3. As plantas da igreja colocadas em anexo permitirão uma maior fluidez do texto e, ao mesmo tempo, possibilitarão ao leitor consultar as pranchas que lhe convierem.

1 ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA

Sob a rubrica da Arqueologia Histórica, uma enorme variedade de perspectivas é usada com o intuito de entender o processo cultural em estudo. E a Arqueologia da Arquitetura é um dos caminhos usados por muitos pesquisadores. Atualmente, diversos trabalhos que poderiam ser identificados como de Arqueologia da Arquitetura abrigam apenas trabalhos de Arqueologia Histórica (MORAIS, 2004), ou seja, são um subcampo da Arqueologia, usado para designar a pesquisa arqueológica em sítios do período histórico na qual a fronteira é dada pelos dados etnográficos e históricos (SOUTH, 1977). No continente americano, é a parte da Arqueologia que se preocupa com a ocupação européia neste continente, portanto um subcampo que estuda apenas os últimos 500 anos: apesar desse curto espaço de tempo, seu interesse é variado, como se verá a seguir. E como todo processo científico é influenciado pelo meio e suas conquistas são produto do seu tempo, atualmente concorda-se que o conhecimento é resultado do contexto social e político no qual está envolvido. Nada mais plausível que as interpretações do passado busquem novas áreas para atingir seu objetivo.

1.1 ALGUNS CONCEITOS

Para uma melhor compreensão do assunto, acredita-se que seja de suma importância definirem-se alguns termos. Assim, apresentaremos alguns termos-chave para um melhor entendimento do assunto. Como se estará militando entre Arquitetura e Arqueologia, acreditamos que discorrer um pouco sobre esses dois assuntos e fazer a intersecção entre eles poderão facilitar a compreensão do que será exposto a seguir.

Como o trabalho foi realizado numa igreja, abordar alguns pontos sobre a arquitetura religiosa no Brasil será importante para que possamos argumentar, por exemplo, se a igreja seguiu ou não o padrão da época em que foi construída.

1.1.1 Arquitetura

Não se trata aqui de definir Arquitetura, até porque são bastante diversos os enfoques, o que torna difícil até para um arquiteto definir seu objeto de trabalho. Tentaremos apenas explicitar algumas noções que ajudem a compreender esse trabalho, o que já não será uma tarefa fácil. Tal posicionamento encontra respaldo, também, no fato de não ser esta uma tese de Arquitetura. Além disso, a partir do século XIX, começaram a ser elaboradas definições sob as mais diversas concepções teóricas.

Praticamente todos os estilos artísticos tiveram na Arquitetura um vasto campo para sua proliferação: o estilo Românico, com sua arquitetura monumental, teve o objetivo de fazer com que o homem da época percebesse, através dela, todo o poder do dono do monumento; já o estilo Gótico teve na Arquitetura um campo em que pôde apresentar-se de forma sublime, principalmente na arquitetura religiosa, estreitamente ligada ao cristianismo, momento em que a população foi deixando de ser rural e passou a precisar da proteção das cidades; o Renascimento, por sua vez, surgido sobre o Humanismo, produziu obras arquitetônicas de grande qualidade, reproduzindo exaustivamente os elementos da arquitetura greco-romana; o Barroco, um estilo da contra-reforma da Igreja Católica, dominou a Europa (com exceção da Inglaterra) e o novo mundo rapidamente; o Neoclássico, um estilo artístico do século XIX, consistiu na recuperação dos valores renascentistas e greco-romanos, rompendo drasticamente com os do Barroco, numa arte racionalista e fria e, às vezes, produtora de uma arquitetura pobre (KOCH, 1996, p. 60).

Atentando-se aos itens citados, pode-se considerar a arquitetura como uma obra de arte, uma atividade na qual o padrão estético em vigência é aproveitado pelos arquitetos.

O surgimento e o desenvolvimento de um estilo arquitetônico não irrompe, espontaneamente, da cabeça de um arquiteto, mas é o resultado de

um processo ideológico. Um arquiteto necessita trabalhar com um estilo aceito socialmente, a fim de que possa manipular as partes do edifício e, para isso, é necessário que estejam expostas, de forma clara e objetiva, as razões de cada estilo. O senso estético e a funcionalidade do edifício fazem parte da arquitetura. Mas a funcionalidade de um prédio deve sempre se sobrepor ao padrão estético. Uma escola deve, primeiro, ter favorecidos os elementos que a valorizem como edifício escolar, para que, depois, trabalhe-se a estética do prédio. O mesmo deve acontecer em relação a uma igreja, a um prédio de escritórios, a um teatro etc.

Mas, independentemente do estilo arquitetônico em voga, a arquitetura deve ser resistente às intempéries, para isso devendo utilizar-se de materiais que resistam o máximo possível às condições climáticas locais. Como exemplo dessa norma, pode-se citar a arquitetura greco-romana e a medievalista, dentre outras. Nesse item, a capacidade humana de criação é primordial: na Amazônia, onde o clima não favorece o uso da madeira como material construtivo, houve a descoberta de um tipo que resiste mais tempo às condições locais. Essa madeira passou a ser usada, tanto que foi utilizada para a base das construções da cidade de Airão Velho, fundada no médio rio Negro por missionários da ordem dos Mercedários com a ajuda de índios Tarumã.

Um dos principais aspectos da Arquitetura, atualmente, é a noção de espaço, elemento que, no entanto, não esteve sempre presente no pensamento arquitetônico. Hoje, o espaço, em arquitetura, é essencial, pois é ele que definirá, por exemplo, como as pessoas nele se localizarão. Assim, “*a forma final da planta resulta da configuração final dos espaços*”.(ALVIM, 1999, p. 39) A organização do espaço está, intimamente, ligada à função, à atividade do prédio. Assim, Colin (2000, p. 40) afirma que “as moradias e escolas, também os hospitais, os teatros, os edifícios de escritórios exigem espaços cada vez mais especializados e flexíveis, capazes de assimilar constantes mutações no nosso modo de vida”. As atividades humanas dentro de um edifício são influenciadas diretamente pelo arquiteto. Mas a organização, o

tamanho e a distribuição dos espaços são uma tarefa da sociedade, pela qual o arquiteto responde. Por fim, cabe salientar que o espaço arquitetônico é um elemento dinâmico, portanto, muito mais que um ambiente para guardar objetos ou pessoas.

Ao contrário do que possa parecer, o arquiteto não é o definidor do espaço arquitetônico. O que define o espaço em todas as suas nuances é a cultura e, conseqüentemente, as influências dos pressupostos teóricos, ou seja, como o arquiteto entende a arquitetura.

O volume, também, é um importante aspecto da arquitetura e pode ser simples como a forma de um retângulo ou composto por articulação de duas formas simples ou justaposição de formas. Nem sempre há uma total percepção da volumetria de um edifício devido a distorções na perspectiva do observador. Mas essa percepção inexata em nada influi na importância do volume na arquitetura, havendo atualmente, inclusive, uma corrente que valoriza mais o volume que o espaço.

Outra corrente de arquitetos crê que a Arquitetura é o resultado de uma complexa série de ações, nenhuma delas mais importante que as outras (LEMOS, 2003; JUSTICIA, 1992).

A Arquitetura se compõe de mensagens que promovem comportamentos, ocupando um lugar especial na vida das pessoas, revelando-se uma forma de comunicação não verbal. Uma das funções de um prédio é significar algo, seja ele uma escola, uma igreja ou um presídio. Eco (1987), por sua vez, afirma que o desenho arquitetônico conota uma ideologia global que rege a operação do arquiteto. A arquitetura é uma linguagem e “os *elementos físicos do objeto arquitetônico nos fornecem instrumentos de comunicação através dos quais outras idéias, alheias ao universo escrito dos ajustes formais, podem se transmitidas*” (COLIN, 2000, p. 75). O uso dos instrumentos de comunicação fornecidos pelo objeto arquitetônico irá depender das questões

levantadas. Todo elemento arquitetônico transmite uma ideologia, portanto, ela pode indicar mudanças sociais e culturais.

A Arquitetura é um produto cultural e, como tal, é objeto da Semiologia. Para isso, deve-se partir do pressuposto de que a Arquitetura é uma linguagem, uma ciência que estuda todos os fenômenos culturais como se fossem sistemas de signos. Os objetos arquitetônicos comunicam mesmo quando não usados. O emprego da Semiologia no campo científico não é nenhuma novidade e compreender essa comunicação é essencial para a realização de qualquer trabalho, inclusive o de Arqueologia da arquitetura. A observação e a análise da Arquitetura podem esclarecer como se organiza o espaço na sociedade em estudo. Pode-se entender melhor como viviam as pessoas em um determinado período e como se desenvolveram. Apenas não se pode esquecer que, ao estudarmos qualquer produto cultural, a Arquitetura inclusive, estaremos sempre em contato com a ideologia da classe dominante.

Alem do caráter ideológico, a Arquitetura tem um aspecto prático ou funcional em que o sistema construtivo assume um papel relevante, pois contém uma soma de elementos culturais, nos quais, mudando-se a técnica construtiva, muda-se a Arquitetura (LEMOS, 2003).

É ela que indica os fenômenos arquitetônicos propriamente ditos, mas serve também para indicar a projeção urbanística. Os valores arquitetônicos trazem consigo análises não só históricas como sociológicas (SAGRA, 1992).

Estudar a planta de um edifício pode trazer valiosas informações. A planta de um edifício se relaciona com outros elementos como clima, sistema construtivo, condições físicas e topográficas do terreno, padrão estético, organização do espaço e legislação vigente. Não se pode esquecer que hoje, com o processo crescente de metropolização, as construções deixam de

considerar elementos antes vitais, como por exemplo, condições ambientais, em nome de uma arquitetura internacional.

A soma de fatores tais como surgimento de novos materiais, aprimoramento técnico, aumento da demanda por novas construções e seu conseqüente barateamento são alguns dos fatores que impulsionaram uma nova ordem na Arquitetura, não mais preparada para conviver com os edifícios do passado. Para Colin (2000, p. 121),

a arquitetura moderna foi pensada para a renovação: seus grandes monumentos – quer se trate de edifícios, de conjuntos, ou mesmo cidades – são discursos autocentrados que exibem e realçam as próprias qualidades, entre as quais não se inclui o zelo pela integridade ou a harmonia dos contextos pré-existentes.

Trata-se de uma Arquitetura que, em nome da modernidade, violenta as condições ambientais e defende, por exemplo, uma verticalização das cidades, sem considerar os benefícios e desvantagens do processo. O que importa é o melhor uso e ocupação do solo urbano, uma necessidade cada vez maior, pela falta de espaço nas grandes cidades do início do século XX. Já nas cidades sul- americanas, essa nova ordem obrigou o poder público a mudar ou preparar um plano diretor para atender às exigências atuais. A degradação ambiental e a agressão ao patrimônio paisagístico são, muitas vezes, desconsideradas pelos que podem minimizar o processo de verticalização. Mas, por outro lado, permite o acesso de um número maior de pessoas ao consumo de bens de uma tecnologia moderna, o que, normalmente, não seria possível em um país subdesenvolvido. Na realidade, o fetiche, a vontade de pertencer a um mundo que se deseja alimenta esse mercado. Não podemos esquecer que o Brasil tem a sua identidade cultural subordinada a modelos externos (FUNARI, 2000).

No Brasil, a adoção dessa arquitetura pode, em parte, estar relacionada ao desejo de modernidade expresso nas cidades européias e norte-americanas. A Arquitetura é um campo bastante utilizado, desde o Brasil-

Império, para expressar esse pensamento. Discorrendo sobre a arquitetura manauara, Mesquita (1992, p. 387) afirma que as cidades brasileiras procuram imitar as européias, um reflexo da sociedade de massa, o que, sem dúvida, explicaria parte da adoção desses aspectos arquitetônicos.

Atualmente “a capacidade de reproduzir e distribuir artefatos permitiu sua introdução em lugares e circunstâncias inimagináveis no passado” (FITOH, 1981, p. 9). A partir dessa afirmativa, pode-se entender o crescimento dessa arquitetura internacional e de sua presença em locais inapropriados, sob o ponto de vista ambiental, paisagístico e urbanístico. Há um lado ainda mais perverso dessa arquitetura, realçado por Colin (2000, p. 142), que enxerga nela uma destruição da herança histórica e cultural. Como exemplo, podemos citar a derrubada do hotel Everglades, último exemplar da Arquitetura Art-Nouveaux na cidade de Maini, para que fosse construído um moderno edifício. Discorrendo sobre a arquitetura moderna americana, Richards (1960, p. 86) afirma que o tamanho dos Estados Unidos, associado à presença de personalidades influentes em certos centros, originou diferentes escolas de desenho.

Diante dessa nova situação, a preservação/conservação do Patrimônio Arquitetônico⁶ deve ser levada às últimas conseqüências, pois, conforme expresso no Manifesto de Amsterdã, traduz a herança cultural dos povos e é testemunho da história e de sua importância na sociedade. Esse patrimônio não se refere apenas aos monumentos importantes, mas a um conjunto arquitetônico que indica a evolução histórica pela qual passou a cidade. A preservação/conservação tão somente dos edifícios mais importantes pode retratar apenas uma parte da História.

A preocupação com essa área patrimonial reside no fato de que temos que ter a responsabilidade de transmitir às gerações futuras a riqueza e

⁶ Patrimônio Arquitetônico é entendido aqui como sendo constituído por monumentos, mas também pelos conjuntos que constituem as antigas cidades e povoações tradicionais em seu ambiente natural ou construído. Ver anexo 04.

a diversidade arquitetônicas da comunidade. O patrimônio arquitetônico tem um aspecto educacional, cultural, econômico e social e, por isso, sua salvaguarda é muito importante. A desordenada expansão urbana, no Brasil, coloca em xeque a preservação desse patrimônio

Um exemplo recente dos malefícios da expansão urbana no Brasil vem do Estado do Rio de Janeiro, onde, ao lado do majestoso Museu de Arte Contemporânea em Niterói, projetado por Oscar Niemeyer, estão sendo construídos dois altos edifícios, ofuscando a paisagem local e o próprio museu. Nesse caso, o desrespeito é com a própria arquitetura moderna. A defesa dos bens arquitetônicos deve ser feita de forma ininterrupta, em face das ameaças de destruição por ação privada ou até mesmo pública.

Apesar da importância do Patrimônio Arquitetônico, a falta de políticas educacionais, culturais e de urbanização ameaçam sua manutenção, assim como, advindos dessa lacuna, o surgimento de especulações e a degradação ambiental, ações nocivas ao Patrimônio Arquitetônico.

1.1.2 Arqueologia

A Arqueologia aparece ora envolta na áurea dos aventureiros em busca de tesouros enterrados pelos jesuítas quando da sua expulsão pelo Marquês de Pombal, ora sob a égide de abnegados cientistas que buscam encontrar informações sobre o passado humano à procura de novas emoções e que têm como recompensa o achado de tesouros. Indo contra as suas origens, a Arqueologia, para se tornar científica, opôs-se à mitologia, ao folclore e ao colecionismo, requisitos necessários nos séculos passados para que fossem separados os dados e, assim, recebesse essa área do conhecimento o status de científica.

Atualmente existem diversos conceitos sobre Arqueologia, uns expressando as correntes teóricas dos pesquisadores e outras, conceitos já expostos, apenas reescritos com outras palavras. Qualquer que seja a noção que se tenha de Arqueologia, o importante é entender que não cabe mais pensar essa disciplina como algo erudito, longe da comunidade e realizada por um seleto grupo de intelectuais, que só irão prestar contas dos seus atos à academia e aos órgãos oficiais de financiamento. Muito menos podemos acreditar que a Arqueologia envolva um mero colecionar de artefatos ou que os objetos materiais da cultura sejam seu objetivo final⁷. Tradicionalmente, o objetivo da Arqueologia era o de obter o melhor conhecimento das atividades humanas do passado, com base na cultura material (HODDER, 1996).

Partindo-se da premissa de que um objeto da cultura material reflete parte da organização social do grupo, a Arqueologia é o estudo do mundo social a partir da cultura material. Portanto, tanto faz se estamos estudando o período colonial brasileiro ou o pré-colonial: não existem várias arqueologias, pois, se estamos tentando entender o mundo social através da cultura material, estamos fazendo Arqueologia. Mas, para entendermos a complexidade do mundo social, precisamos ir além do estudo da cultura material, já que, na realidade, a Arqueologia é muito mais que esse estudo. Como nos diz Fernandes (2001, p. 25), *“não é somente a cultura material a base da investigação do arqueólogo, mas todo e qualquer resquício do envolvimento humano com os elementos naturais e sociais presente em seu cotidiano”*.

Na tentativa de entender a relação humana com os elementos naturais e sociais, é muito comum o uso de analogias e de comparações etnográficas e etnoarqueológicas. Esse tipo de abordagem colabora muito com as interpretações arqueológicas, no entanto deve-se tomar cuidado com o excesso.

⁷ Não cabe aqui a discussão filosófica de ciência.

Em Arqueologia, o conhecimento é apenas obtido pela intervenção científica do sítio, que abarca uma série de métodos de pesquisa, como a exploração não destrutiva (quase não usada no Brasil), até a escavação (sempre destrutiva), passando pelas sondagens limitadas e levantamentos por amostragem. Em alguns casos, muitos arqueólogos não escavam, embora tal ação faça parte da prática arqueológica. Por mais que haja variação nos métodos adotados, no mínimo, a arqueologia envolve a escavação (HODDER, 1886), que sempre deve implicar uma escolha de dados do que será registrado e conservado às custas da perda de outras informações sobre o sítio. Por isso, uma escavação deve ser sempre minuciosa e com o melhor acompanhamento possível do arqueólogo responsável. A decisão de escavar deve ser tomada somente após reflexão profunda, sendo a abordagem metodológica flexível o suficiente para acomodar diversos tópicos. Além disso, já que a escavação é sempre destrutiva, deve ser parcial, tendo-se o cuidado de preservar um setor virgem, visando a pesquisas posteriores.

O trabalho de campo deve contar com o maior número de profissionais possíveis, não só arqueólogos, mas também geógrafos, geólogos etc. Poder contar com diversos profissionais favorecerá o arqueólogo, diminuindo a possibilidade de erro nas escolhas citadas.

A escavação é parte essencial da arqueologia, mas as técnicas para escavar dependem dos pressupostos teóricos do pesquisador, dos objetivos, do suporte logístico da pesquisa e das condições ambientais. Portanto, a técnica de escavação pode variar dentro do universo de um único pesquisador. E a melhor técnica é aquela que melhor atende às observações mencionadas. Para Funari (2000, p. 63-64), o uso da técnica

insere-se num conjunto de questões metodológicas que derivam do ponto de vista teórico e das escolhas políticas do arqueólogo...

As técnicas de escavação diferem entre si e possuem sua especificidade, tendo por meta a satisfação de objetivos diversos. Nesse sentido, há sempre uma adequação entre as teorias utilizadas e os objetivos em vista.

Um bom trabalho de campo, com uma escavação bem realizada, relatórios completos, excelente documentação sobre a pesquisa, fotografias, uma constante supervisão do arqueólogo, entre outras exigências, resultará num eficaz trabalho de laboratório e, conseqüentemente, num trabalho final de ótima qualidade. Para que isso seja possível, o arqueólogo deve se munir do maior número de informações possíveis. O uso de novas tecnologias tais como o *Global Position System (GPS)*, programas de computação (apesar de serem utilizados já há quatro décadas em Arqueologia), imagens de satélite etc. podem revelar-se um importante instrumento para o trabalho dos arqueólogos.

Sítios não ameaçados de destruição deverão ser escavados, em função das propriedades da pesquisa ou visando à sua apresentação ao público. Em ambos os casos, a escavação deve ser precedida por uma detalhada avaliação científica do sítio. No caso da pesquisa arqueológica realizada na Catedral Metropolitana de Manaus, pode-se atribuí-la a uma prioridade de pesquisa, em função da restauração que lá ocorria.

Hoje, pode-se considerar diversos o objeto e o objetivo da Arqueologia, diversidade essa que acaba por impossibilitar uma descrição uniforme, não havendo, portanto, a imposição de uma perspectiva unificada. Não existe um caminho único para a Arqueologia. A diversidade é propícia à disciplina, já que a singularidade é perigosa (HODDER, 1996).

A Arqueologia, como disciplina científica, é, por natureza, interdisciplinar, mantendo relações estreitas com as ciências humanas e sociais, mas também com o envolvimento das ciências exatas. Afinal, a Estatística, ou a Geometria, ou ainda a Aritmética fazem parte da pesquisa arqueológica da mesma maneira que os processos físico-químicos; por exemplo, os métodos de datação. Mas, mesmo com toda essa interdisciplinaridade, uma característica básica da Arqueologia, ou melhor, das reconstruções arqueológicas é a subjetividade, que advém do fato de os arqueólogos basearem suas interpretações em uma pequena parte da

produção de uma sociedade. Também o modelo teórico, de como se processa a informação, é responsável pela subjetividade arqueológica.

Qualquer definição de Arqueologia irá sempre satisfazer a uma corrente teórica, mas haverá várias outras, insatisfeitas com a definição dada. Portanto, atualmente, enfatizar as características da disciplina e seus objetivos parece ser o caminho mais seguro. O certo é que a Arqueologia tem uma identidade própria e é essa identidade o que permite e direciona sua relação com outras disciplinas, como, por exemplo, a História, a Antropologia, a Estatística, a Geografia. Todas as disciplinas são necessárias para que o arqueólogo possa estabelecer sua versão dos fatos sobre o passado do Homem.

Para ilustrar essa inter e multidisciplinaridade em Arqueologia, podemos usar a metáfora proposta por Deleuze - (HOLTORF, p. 168-169) para as ciências, os rizomas: de uma parte central, partem múltiplas raízes.

A prática arqueológica não deve ser separada das atividades pertinentes ao gerenciamento dos recursos culturais, seja porque a Arqueologia trabalhe com esse tipo de material, seja porque esse recurso seja finito e a Arqueologia, em seu trabalho de campo, acabe por destruí-lo, não ao artefato em si, mas à relação contextual existente.

Para se discorrer sobre o gerenciamento dos recursos culturais e, conseqüentemente, a proteção ao patrimônio arqueológico, deve-se começar pelos problemas oriundos da própria pesquisa arqueológica (como já estabelecido pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, realizada na cidade de Nova Delhi). Inicialmente, pode-se fortalecer o órgão nacional responsável pelo patrimônio arqueológico, trazendo-se o público próximo ao trabalho de campo. Além disso, é fundamental lembrar que a prática arqueológica é destrutiva, e que, portanto,

só se deve escavar um sítio se for extremamente necessário: o primeiro a respeitar um sítio arqueológico deve ser o próprio arqueólogo.

Os diferentes vestígios da atividade humana e os locais onde ocorreram formam o Patrimônio Arqueológico, que pode ser definido como um (MORAIS, 2000, p. 7)

conjunto de expressões materiais da cultura referentes às sociedades indígenas pré-coloniais e aos diversos segmentos da sociedade nacional (inclusive as situações de contato inter-étnico), potencialmente incorporáveis à memória local, regional e nacional, compondo parte da herança cultural pelas gerações do passado às gerações futuras.

Ele é parte integrante do Patrimônio Cultural, tanto que diversos sítios arqueológicos estão inseridos na lista da UNESCO de Patrimônio da Humanidade e, no Brasil, a Constituição de 1988, no seu artigo 216, considera-os parte do Patrimônio Cultural brasileiro (GAVAZZON, 1988),

bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à nação, à memória de diferentes grupos da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

E caberá ao Poder Público, ainda segundo o artigo 216 § 1º, com a colaboração da comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. De todos os instrumentos previstos, o tombamento é a forma mais conhecida de proteção do patrimônio (inclusive a sítios arqueológicos inseridos no Livro de Tombo do IPHAN), de tal forma que, no âmbito do senso comum, tombamento é sinônimo de preservação.

O inventário dos bens de valor histórico-culturais deve ser posto rapidamente em prática pelos Estados e Municípios como parte de uma política de proteção ao patrimônio cultural, precedendo o tombamento, em qualquer nível. Aliás, tombamento sem prévio inventário dos bens que devam ser preservados transforma o ato do tombamento em esforço assistemático na defesa do patrimônio cultural brasileiro.

A proteção do Patrimônio Arqueológico brasileiro⁸ passa, sem dúvida alguma, pelo prisma da educação. Nessa questão e na sensibilização da comunidade, Schmitz (1999) sustenta que o próprio trabalho de campo pode ser usado com essa finalidade, o que é bastante plausível, mas cabe ao arqueólogo não limitar o contato com a comunidade a uma simples etapa de campo. É necessário que o pesquisador reconheça que tem a obrigação de satisfazer os anseios e dirimir as dúvidas da comunidade, procurando informar-se da melhor maneira de como fazê-lo. Por exemplo, Bastos (2001) comenta sobre a situação dos sambaquis do sul de Santa Catarina: da união de empresários, população local e IPHAN, surgiu a alternativa para sua preservação. A população local trabalhava na mineração para obtenção de cal, destruindo os sambaquis e, por interesse comercial, os empresários faziam o mesmo; já o IPHAN necessitava proteger esses sítios arqueológicos. Fez-se necessária, então, uma via comum para que se atendessem aos diversos objetivos.

⁸ Ver anexo 3. Carta sobre proteção e gestão do Patrimônio Arqueológico, conhecida como Carta de Lausanne.

No Amazonas, o trabalho na Catedral Metropolitana de Manaus serviu de alerta para a importância da Arqueologia no âmbito patrimonial e na valorização da identidade nacional. Como muitos sítios arqueológicos levantados já se encontram danificados (SCHMITZ, 1999, p. 14), tem-se aí um bom produto para ser usado em campanhas educativas.

A rapidez da destruição do patrimônio arqueológico, somada à falta de uma política para a sua preservação e à escassa mão-de-obra, vem demonstrar a premente necessidade de um contingente maior de pessoas qualificadas para trabalhar na gestão do patrimônio arqueológico brasileiro. Para que isso ocorra, é necessário que se utilizem diversos instrumentos educacionais, a fim de se obter a mudança necessária no quadro atual. Não se pode esquecer de que a Arqueologia tem um papel social, devido à íntima relação entre o trabalho do arqueólogo e a preservação do patrimônio. O sucesso de ações preservacionistas depende, diretamente, de ações educativas. Dessa forma, a Arqueologia não pode se eximir de sua responsabilidade, mantendo suas pesquisas distantes da comunidade. Na legislação vigente, a Portaria nº 07/1988 apresenta, em seus dispositivos, a realização de ações com fins científicos, educativos e culturais: os projetos de pesquisa devem conter proposta de valorização do material produzido.

O artigo 5º, inciso 4º, item 5 da referida portaria declara que, para se obterem pedidos de permissão e autorização, assim como de comunicação prévia, os requerentes devem encaminhá-los ao Secretário do IPHAN, com várias informações e uma proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais. A requisição para uso do material não deve ser feita apenas como uma formalidade, mas deve conter uma proposta que traga frutos a futuros trabalhos arqueológicos, permitindo também que sejam ouvidas mais reclamações da comunidade sobre o material retirado.

A pesquisa em arqueologia histórica já é uma realidade no Brasil. Como exemplos, podemos citar os trabalhos em São Miguel das Missões (RS), em Iguape (SP), os de Manes Bandeira na floresta da Tijuca (RJ), o de Marcos Albuquerque e Velda Lucena no forte Real de Bom Jesus em Pernambuco. Mais recentemente, tivemos as pesquisas arqueológicas que estão sendo realizadas no Engenho dos Éramos, em Santos (SP), coordenadas pelo Prof^o Dr^o José Luiz de Moraes. É importante ainda citar nomes como os de Margarida D. Andreatta, Paulo Tadeu de Souza Albuquerque e Paulo E. Zanetini, dentre tantos outros. Najjar (2001, p. 88) afirma que a arqueologia histórica no Brasil não é mais tão jovem nem despreparada teórica e metodologicamente. Mas, em fins da década de noventa, Funari (1998, p. 15) sustenta que a arqueologia histórica realizada no Brasil ainda é descritiva, sem, no entanto, realçar os avanços nesse campo. Essa situação não corresponde à realidade no Estado do Amazonas, como podemos perceber através dos exemplos citados anteriormente: simplesmente não há arqueologia histórica no Amazonas.

Na arqueologia histórica, devido à sua variedade, pode-se trabalhar com diversas subdivisões: a industrial, a de fortificações, a religiosa, entre outras. Trabalhar em uma antiga fazenda de escravos é completamente diferente de se trabalhar em uma redução jesuítica, apesar de, nos dois casos, estar presente a arqueologia histórica. No entanto, o conhecimento exigido em cada um dos casos é diferente, o que nos obriga a uma especialização ou a se ter um conhecimento profundo da área em estudo. Por exemplo, no estudo de uma fortificação, o grau em que está situada a abertura para receber um canhão ou a argamassa usada na fortaleza indica o alcance do tiro ou o impacto que a parede é capaz de assimilar. O mais interessante é que, normalmente, trabalha-se com o período colonial ou imperial, o que traz à tona aquela noção de Identidade nacional relacionada à origem européia.

Nas palavras de Osner (2000), a Arqueologia Histórica, assim como a própria Arqueologia, tem seu foco nas manifestações materiais da cultura de

um mundo em ampla transformação depois de 1500. A descoberta de novas terras, e habitadas, por si só, já seria suficiente para explicar as mudanças ocorridas no mundo.

Uma diferença entre a Arqueologia Pré-colonial e a Histórica reside no fato de que a segunda tem, à sua disposição, uma série de documentos escritos de origem bastante variada, seja de viajantes, de religiosos ou de membros do poder político. Mas as informações provenientes desses documentos devem passar por um rigoroso exame em sua seleção. Caso contrário, poderão repetir-se preconceitos ou visões deturpadas da realidade.

Em uma pesquisa arqueológica, o espaço deve ser observado como uma variável cultural, tanto em relação à colocação do artefato dentro de um sítio arqueológico (sua distribuição espacial) como no tocante ao local escolhido para ser habitado, pois o lugar no qual um grupo humano se instala é culturalmente determinado. A valorização atribuída a cada variante geográfica (distância do curso d'água, clima etc.) é culturalmente determinada. Diferente tipo de procedimento implicará diferente tipo de dispersão no espaço.

Em relação ao artefato, sua localização espacial dentro de um sítio arqueológico, sua distribuição arqueológica, considerando-se os problemas pós-deposicionais, pode interferir sobre a sua situação na cultura estudada. Embora a perturbação das camadas de um sítio arqueológico possa influir negativamente no trabalho, cabe ao arqueólogo não se deixar enganar por essas possíveis perturbações. Por exemplo, na pesquisa arqueológica na igreja Nossa Senhora da Conceição, foi um geólogo que percebeu uma perturbação causada por um inseto, nas camadas de um dos cortes realizados nos jardins da igreja.

Outro fator importante em uma pesquisa arqueológica, apesar de não haver variante cultural, é o tempo: uma correta leitura de uma camada arqueológica é vital para um bom trabalho.

A união de espaço e tempo forma o contexto, marcante na arqueologia pré-colonial, e que não deixa de ter importância na arqueologia histórica. Apesar da maioria dos sítios se localizarem sobre aterros, é o contexto que permitirá uma reconstituição mais segura do passado humano. A presença de vestígios arqueológicos em um local determinado, espacial e temporalmente, possibilitará uma interpretação segura do seu significado. O contexto, em um sítio, é a exata localização de um vestígio arqueológico. Um artefato e seu contexto são informações que os arqueólogos obtêm de sítios arqueológicos (OSNER, 2000, p. 28).

Como a pesquisa em arqueologia histórica está muito associada aos trabalhos de restauração, cabe ao arqueólogo só aceitar uma empreitada se o trabalho for gerar avanços no conhecimento para a Arqueologia, ou trazer novidades para os trabalhos executados, não sendo apenas um trabalho visando auxiliar a História, a Arquitetura, ou outros campos do conhecimento. A responsabilidade do arqueólogo é muito grande, pois, a pesquisa em um sítio deve, em primeiro lugar, responder a questões arqueológicas.

Em resumo, uma pesquisa arqueológica, seja de contrato ou acadêmica, deve contar com as seguintes etapas: 1. definição do projeto; 2. realização de um levantamento para se adquirir conhecimento sobre a arqueologia da região e outros trabalhos já realizados; 3. preparação da pesquisa; 4. trabalho de campo e laboratório; 5. publicação dos resultados.

Mesmo sob contrato, num trabalho de arqueologia a elaboração de um projeto deve nortear a pesquisa. Um trabalho arqueológico sem um projeto, em vez de produzir conhecimento, pode, tão-somente, destruir sítios arqueológicos e aumentar, de forma irresponsável, os depósitos de material arqueológico. A falta de um projeto de pesquisa, de um planejamento ou da garantia de execução de todo o projeto é bastante prejudicial à arqueologia.

Uma outra questão diz respeito à análise laboratorial do material arqueológico, que deve sempre evitar o uso indiscriminado e excessivo, por exemplo, das analogias etnográficas e etnoarqueológicas assim como dos modelos matemáticos e estatísticos. Deve-se, também, sensibilizar os arqueólogos para a importância das restaurações dos objetos arqueológicos, evitando-se assim que seja usado material impróprio nas restaurações.

Uma pesquisa só pode ser considerada concluída após a publicação dos seus resultados e o arqueólogo deve lutar para que esse produto seja amplamente divulgado, não ficando este restrito aos trabalhos nos meios acadêmicos. Assim, o arqueólogo estará contribuindo efetivamente para a proteção do patrimônio arqueológico, uma vez que só é possível proteger e respeitar o que se conhece.

1.1.3 *Arqueologia da Arquitetura*

No intuito de entender o processo cultural passado, novas perspectivas têm sido usadas pela Arqueologia. Esse processo adquire então uma dimensão ativa e ideológica e a Arqueologia da Arquitetura é mais um caminho utilizado com proveito, porque o construído tem um caráter ideológico, simbólico, além do funcional, importantes para o entendimento da sociedade em estudo. Não é novidade o uso da Arquitetura, como fonte de informação, pela Arqueologia Histórica.

O termo Arqueologia da Arquitetura foi cunhado por *Stedman* e compreende todas as investigações focadas no estudo da Arquitetura (desde que sob uma abordagem arqueológica), realizadas sob numerosas perspectivas e marco teórico. Na realidade, Arqueologia da Arquitetura e História da Arquitetura são subcampos paralelos, muito próximos. Esse tipo de abordagem oferece uma nova perspectiva de análise para a discussão de elementos vinculados à construção da paisagem cultural (ZARANKIN, 1999 e 2001; MORAIS, 2001). Um dos principais objetivos deste campo de estudo ou

subdisciplina é o de, através da construção material, atingir as relações sociais (FUNARI, 1996; ZARANKIN, 1999).

Segundo Zarankin (2001), a Arqueologia da Arquitetura é uma corrente de pesquisa que abarca todos aqueles trabalhos direcionados ao estudo da arquitetura sob um ponto de vista arqueológico, isto é, centrados na análise de sua materialidade. Em outras palavras, proceder-se-á à leitura do edifício como um documento arqueológico.

Escavando-se as camadas de pintura como sendo níveis de sedimento e identificando-se, entre outras coisas, portas e janelas que foram fechadas, permite-se discutir a evolução cronológica do edifício, assim como os aspectos sociais e econômicos dessas mudanças (OSNER, 2000, p. 32).

A interseção entre as duas áreas do conhecimento ocorre quando ambas têm o edifício como objeto de estudo, como produto material da cultura e, portanto, de interesse da Arqueologia, na medida em que o edifício permite ter-se acesso ao mundo sócio-cultural. É nesse momento que “*as bases teóricas, conceitos, definições, metodologias e técnicas se entrelaçam*” (MORAIS, 2001).

A Arqueologia da Arquitetura, sem dúvida, oferece “*uma nova perspectiva de análise para a discussão de elementos vinculados à construção da paisagem cultural*” (ZARANKI, 2001). Nesse campo, não interessam apenas as grandes obras arquitetônicas, mas entender além da estética de um edifício, compreender como o objeto arquitetônico interage com a sociedade.

O campo da restauração é propício para se ter a junção da Arqueologia com a Arquitetura, tanto assim que, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, o ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – publicou, como resultado dos seus trabalhos, a Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de

Monumentos e Sítios, mais conhecida como Carta de Veneza, que, no seu artigo nono, estabelece que a arqueologia deve preceder e acompanhar os trabalhos de restauração de um monumento. Segundo essa mesma carta, as escavações devem manter, conservar e proteger os elementos arquitetônicos e os objetos descobertos.

Un aspecto de la arqueología histórica que todavía no he discutido concierne a su utilización como fuente de información en los trabajos de restauración y reconstrucción de sitios históricos (OSNER, 2000, p.97).

Assim como conhecer a história da Arquitetura é uma necessidade para o arquiteto, cabe ao arqueólogo conhecer toda possibilidade de interdisciplinaridade da Arqueologia. A relação entre Arqueologia e Arquitetura deveria ter sido estabelecida há bastante tempo, pois, desde muito cedo, o Homem cria e organiza o espaço para viver. A arqueologia clássica, tal como a pré-colombiana, entre outras, já apresentava importantes edifícios dentro de sua cultura. Estudar a arquitetura dessas sociedades sob a ótica da Arqueologia pode trazer subsídios para o seu entendimento. Se o arqueólogo deseja compreender, na totalidade, a sociedade que estuda tem de lançar mão de todo tipo de abordagem. Caso contrário, toda reconstituição será rapidamente superada. Não se pode esquecer que o conhecimento científico é cumulativo e, portanto, novas abordagens vão surgir, devendo-se conhecer aquilo que é mais novo naquela determinada área de conhecimento em que se trabalha.

A participação de arqueólogos na área arquitetônica tem trazido significativos avanços na Arqueologia Histórica, ajudando nas questões de identidade nacional (FUNARI, 1998). A participação de arqueólogos e arquitetos na gestão do patrimônio arquitetônico só acarretará benefícios, pois ambas as disciplinas poderão, dentro de suas especialidades, contribuir na preservação de um maior número de edifícios. O desenvolvimento desse subcampo da Arqueologia Histórica possibilita que prédios não pertencentes ao poder dominante sejam estudados, eliminando-se, assim, uma preocupação de

Funari (1998) e Osner (2000). No Brasil, entretanto, com raras exceções, os estudados são os prédios do poder (igrejas católicas, fortes ou residências da elite política e econômica).

A vida do indivíduo e a maioria das atividades humanas ocorrem dentro de um edifício: mora-se, estuda-se, trabalha-se dentro de um prédio construído para determinado fim. A Arquitetura, atualmente, exerce um papel importante dentro da malha social. Estudá-la sob uma perspectiva arqueológica servirá, portanto, para entendermos melhor a sociedade que se estuda.

A Arquitetura, como produto cultural, possui informações de caráter histórico e surge daí seu estudo pelos arqueólogos. Isso se deve à capacidade de resistência da maioria dos materiais usados nas construções. Os edifícios testemunharam as práticas sociais e foram construídos segundo essas práticas. A estreita relação entre Arquitetura e História não é algo novo, pois o Manifesto de Amsterdã (Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico) de 1975 já apontava tal relação. Apesar de ser um documento escrito e direcionado à Europa, os seus princípios são universais, como, por exemplo, reconhecer que o patrimônio arquitetônico é uma expressão insubstituível da riqueza e da diversidade da cultura.

Dada a quantidade de informações que podem ser obtidas com uma análise da arquitetura, nada mais correto do que a Arqueologia estabelecer uma interface objetivando obter dados sobre os testemunhos do passado.

1.2 ARQUEOLOGIA RELIGIOSA NO BRASIL

Como já foi exposto anteriormente, na Arquitetura religiosa, os espaços são divididos em primários (capela-mor e nave central) e secundários (dependências laterais). Agora, veremos como se configuram esses espaços na Arquitetura religiosa no mundo luso-brasileiro. Por exemplo, qualquer que seja o tipo de planta utilizado, a presença da capela-mor é freqüente, sendo

raros os casos em que ela não esteja presente. Sobre as sacristias, Alvim (1999, p. 89) escreve que

Os espaços secundários laterais à capela-mor correspondem a uma necessidade funcional de apoio ao culto, encontrando-se, por isso, tanto em exemplos simples quanto em plantas complexas, embora atuem também como reforço de sua estrutura.

Já (idem)

As dependências laterais à nave atendem a aspectos formais, funcionais e construtivos. O formal confere à planta contorno externo regular; o funcional advém da exigência de articulação entre os espaços; e o construtivo, do crescimento dimensional da nave e dos problemas técnicos de sua construção.

Uma das características da Arquitetura religiosa colonial brasileira é relativa à espacialidade e volumetria das edificações, tanto nas mais simples quanto nas mais complexas. Isso é um indicador de clareza formal.

Na Arquitetura religiosa, os espaços são divididos em primários (capela-mor e nave) e secundários (dependências e anexos) e, na maioria das vezes, esses espaços secundários são diminuídos, em importância, nas análises das plantas religiosas.

O espaço da capela-mor é destinado às celebrações religiosas, uma valorização do altar principal e seu acesso é limitado às pessoas que participam da celebração. Mesmo assim, há pontos onde apenas é permitida a presença de membros do poder eclesiástico. A capela-mor reforça o direcionamento espacial, qualquer que seja o tamanho da nave. Tal direcionamento fica evidente na Igreja Nossa Senhora da Conceição, onde, mesmo com o grande tamanho da nave, o olhar é sempre direcionado para a capela-mor. “Pela análise das plantas não existem modelos, regras ou padrões estabelecidos para as dimensões da capela-mor” (ALVIM, 1999, p. 47).

O espaço da igreja é um espaço disciplinador. Não como o de uma instituição total, mas disciplinador na medida em que impõe certas regras de conduta, de vestimenta e de ocupação do espaço. O único espaço público é o da nave central, mas, mesmo ali, as pessoas têm que apresentar uma vestimenta adequada e um comportamento de acordo com o ambiente, pois estão na casa de Deus. Os espaços encontram-se hierarquizados e o acesso ou exclusão dependem do grau de poder de cada indivíduo no sistema eclesiástico ou da situação do momento.

Em alguns casos, os espaços secundários estão localizados em ambos os lados da capela-mor. Em certos exemplos, um corredor lateral à nave é o responsável pela melhor articulação entre os espaços primários e secundários.

Fig. 1 – Capela-mor da Catedral Metropolitana de Manaus

Na Arquitetura religiosa, existem vários tipos de nave. A da Catedral Metropolitana de Manaus, Igreja Nossa Senhora da Conceição, é do tipo de uma única nave retangular de largura igual à da capela-mor. Pode-se dizer que

esse é o modelo característico da Arquitetura religiosa brasileira. Esse tipo de planta (ALVIM, 1999, p.99)

decorre da relação entre a largura e o comprimento do lote, o qual não permitiu a criação de um ambiente posterior suficiente para suas funções, fato suprido pelo crescimento em largura das dependências laterais da capela-mor. Optou-se então por um recorte no contorno da planta, cuja organização segue o esquema de dois corredores.

As igrejas no Brasil, como em todo o mundo, procuram atingir o poder através da majestade do templo, independentemente do estilo: gótico, neoclássico, ou modernista. O sentido da visão é o mais estimulado no objetivo de atingir o poder. Ao entrar em uma igreja gótica, o seu aspecto grandioso e a penumbra do lugar imediatamente estimulam o cidadão a reconhecer e incorporar, mesmo que momentaneamente, o discurso da igreja. O mesmo acontece quando se percorrem os templos brasileiros, tanto no esplendor dos templos barrocos como nos neoclássicos. Machado (2003, p. 4) afirma que *"uma aproximação intuitiva do discurso da Igreja no território da cultura luso-brasileira de imediato nos permite reconhecer no precioso acervo da arquitetura religiosa, sobretudo nos templos barrocos, o poder do convencimento atribuído ao deslumbramento dos sentidos"*. Nessa argumentação, além da visão são incluídos a audição e o olfato.

No fundo, a Arquitetura religiosa no mundo todo, em seus detalhes, procura servir à explanação da doutrina, dos dogmas, e tornar o intelecto mais suscetível à palavra, por meio de cantos, sermões ou orações e, assim, influir no comportamento da coletividade. A comunicação oral, a arquitetura, a ornamentação do edifício, o mobiliário são elementos que, em conjunto, vão influenciar cada indivíduo, atingindo, dessa forma, a coletividade, o comportamento social.

A Arquitetura religiosa tem sempre um aspecto prático e outro ideológico. O caráter simbólico, ideológico, da Arquitetura fica evidente no texto

abaixo, que se refere à Arquitetura religiosa do estilo gótico (LEMOS, 2003, p. 27).

Foi por um ato de religião (devote) e por amor à beleza da casa de Deus. Essa beleza deve, por outro lado, dar aos fiéis um gosto antecipado da beleza do céu.

O estilo gótico, no campo da Arquitetura religiosa, demonstrando todo o crescente poder da Igreja Católica, produziu obras como a Catedral de Notre Dame (França), a mais famosa catedral gótica do mundo, às margens do não menos famoso rio Sena; a Catedral de Milão (Itália), a mais imponente e grandiosa catedral gótica italiana; a Catedral de Palma de Mallorca (Espanha), cuja construção foi iniciada em 1386, e é uma das maiores catedrais góticas do mundo, entre outras.

Esse estilo foi tão importante na Arquitetura religiosa que várias características do gótico são exaustivamente repetidas. Segundo Campiglia (1960), o gótico italiano serviu de inspiração para numerosas igrejas e conventos brasileiros, em especial os dos franciscanos.

No Brasil, um dos principais movimentos artísticos presentes na Arquitetura religiosa é o Barroco, produtor de uma arquitetura diversificada e imponente. O período do Barroco produz uma arte estilisticamente não uniforme, mas essa falta de uniformidade não significa ausência de elementos comuns. As principais características da Arquitetura religiosa Barroca são:

- 1- Plantas irregulares, complexas;
- 2- Uso da Voluta;
- 3- Ganho de importância das cúpulas, valorizadas por decorações;
- 4- Fachada principal valorizada.

As principais igrejas desse período estão em Minas Gerais, especialmente nas cidades históricas; na Bahia, notadamente em Salvador; em Pernambuco, no Recife; e no Rio de Janeiro, na capital. Porém, deve-se

ressalvar que o barroco mineiro é diferente do carioca. Já São Paulo, que não apresentava, ainda, um poderio econômico, revela um barroco bem modesto. Essa mesma diferenciação pode ser feita para o continente europeu.

A chegada da corte portuguesa ao Brasil e, posteriormente, a vinda da missão artística francesa foram responsáveis por transformações na arte brasileira, e a Arquitetura não ficou de fora dessa mudança promovida em nosso país. O Barroco, que produziu excelentes obras na Arquitetura religiosa como, por exemplo, o mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro ou as igrejas mineiras das cidades de Mariana e São João del Rey, entre outras, acaba substituído pelo estilo neoclássico. Na Arquitetura, o principal nome é Grandjean de Montigny.

No norte do Brasil, a ocupação territorial realmente só aconteceu a partir da segunda metade do século XVII. Antes, havia incursões para o domínio do território e, enquanto as regiões litorâneas brasileiras já estavam ocupadas, a Amazônia ainda vivia tal processo. O resultado é que, em Manaus, a Arquitetura religiosa dominante é neoclássica. O Barroco, citado anteriormente, tão importante no Sudeste e no Nordeste brasileiros, é inexistente em Manaus: não há uma só igreja barroca na cidade. Outro movimento artístico muito importante é o Ecletismo, mas das três principais igrejas de Manaus, duas foram construídas sob o padrão estético do neoclássico, movimento que recupera os valores da Antigüidade e do Renascimento.

Nas palavras de Koch (1998, p. 60):

o aspecto externo da arquitetura neoclássica é caracterizado pela parede frontal do templo grego com tímpano triangular, ou pela elevação por colunas (pórtico). Meias-colunas, pilastras e cornijas conferem harmonia ao edifício, enquanto mútulos, pérolas, contas, palmetas e os ornamentos sinuosos da Grécia clássica funcionam como decoração ao lado das guirlandas, urnas e rosáceas. A

impressão geral no entanto é de frieza, muitas vezes de pobreza, apesar da monumentalidade.

Em Manaus tem-se a igreja Nossa Senhora dos Remédios, inicialmente uma simples capela localizada no limite urbano de Manaus, ou melhor, Lugar da Barra. Essa igreja, construída ainda no período colonial, chegou a ser a Matriz durante a reconstrução da Nossa Senhora da Conceição, após o incêndio ocorrido no século XIX. Atualmente, possui proporções maiores que as originais.

Durante o século XIX, a Capela sofreu várias reformas e ampliações, como por exemplo: em 1857; em 1863; em 1868; em 1870; em 1875; em 1876; e em 1889. Durante o século XIX, a Capela sofreu várias reformas e ampliações, como por exemplo: em 1857; em 1863; em 1868; em 1870; em 1875; em 1876; e em 1889.

As diversas reformas passadas pela Igreja Nossa Senhora dos Remédios, em especial a do início do século XX, dificultam a compreensão de seu aspecto original.

A igreja Nossa Senhora dos Remédios, foi destruída em 1821, mas foi reconstruída em 1827, tem a forma de um caixote. Sua fachada principal é composta por uma pequena escadaria de mármore, que dá acesso à igreja, e que, aliás, contorna todo o edifício, como nos templos gregos. Trata-se de um prédio de dois pavimentos que possui quatro lesenas e dois cunhais com base, fuste liso e capitel coríntio. No pavimento inferior, apresenta uma porta em arco pleno. No segundo pavimento, cinco janelas, também em arco pleno. Sobre o segundo pavimento possui um pequeno entablamento sobre o qual se ergue um frontão triangular.

A outra importante igreja da cidade de Manaus é a de São Sebastião. Construída sob a direção da Ordem Franciscana, a igreja foi inaugurada em fins do século XIX (1888), após 20 anos de construção. Foi construída com

apenas uma torre – é possível que esse artifício tenha sido usado para pagar menos impostos, dado que, em Manaus, havia duas outras igrejas que detinham as benesses eclesiásticas: as igrejas da Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora dos Remédios, ambas melhor localizadas para a época, já que se situavam de frente para o rio Negro, em duas elevações típicas da topografia local.

Atualmente, a fachada da Igreja de São Sebastião é assimétrica, apresentando apenas uma torre em estilo gótico. Seu corpo central apresenta um pórtico composto por colunas da ordem toscana, e a entrada do edifício é feita por arcos plenos. No segundo pavimento, sobre o pórtico, existe um óculo e um nicho com a imagem de São Sebastião. Sobre a entrada, mas na parte superior do edifício, tem-se um frontão triangular. Esse corpo central, a cúpula, somado à planta baixa do prédio, que é simétrica e em forma de cruz grega, dá a sensação de que o estilo arquitetônico da igreja seja o neoclássico. Mas a existência de elementos medievalistas nos corpos laterais não permite segurança quanto a essa afirmação.

As pinturas decorativas, a quantidade de elementos decorativos e o mobiliário fazem do interior dessa igreja um dos mais expressivos da cidade, seja em matéria de templo religioso, seja de qualquer outro tipo de construção.

2 ALGUNS DADOS SOBRE O MUNICÍPIO DE MANAUS

Capital: Manaus

Número de Municípios: 62

Fig. 2 – Mapa do Estado do Amazonas⁹

⁹ Fonte: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2004.

Muitas das informações aqui contidas provieram do Relatório Urbano Ambiental Integrado, que faz parte do programa Geo-cidades, organizado pela Prefeitura Municipal de Manaus (Geo-Manaus) e disponível em seu sítio. Trata-se de um projeto destinado à América Latina e ao Caribe, visando à melhoria ambiental e sócio-econômica das cidades envolvidas, com base na metodologia GEO (Global Environment Outlook), um projeto iniciado, em 1995, pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), para avaliar o estado do meio ambiente nos âmbitos global, regional e nacional. No Brasil, esse programa teve a participação do governo federal através do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Outra importante fonte de dados foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sobre a ocupação pré-colonial da região de Manaus foi usada, basicamente, a dissertação de Mestrado de Corrêa (1994).

Fig. 3 – Localização de Manaus, vista por satélite¹⁰

¹⁰ MIRANDA, E. E. de; COUTINHO, A. C. (Coord.). **Brasil Visto do Espaço**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2004. Disponível em: <<http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 15 ago. 2004.

Fig. 4 – Cidade de Manaus¹¹

A revelação sistemática do conhecimento da arqueologia pré-colonial do Amazonas data de bem pouco tempo. O principal programa de arqueologia na Amazônia e, em especial, no Estado do Amazonas, até a metade dos anos 80, foi o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (PRONAPABA), voltado para a arqueologia pré-colonial e, portanto, responsável pelo estabelecimento do modelo a seguir e, conseqüentemente, pela organização das tradições citadas.

¹¹ Fonte www.dig.inpe.br/catálogoMSS.

Sobre a ocupação pré-colonial da região de Manaus, a arqueologia aponta a existência das seguintes tradições ceramistas: 1. Policromada bacia amazônica; 2. Borda incisa; 3. Inciso ponteadada.

A ocupação pré-cerâmica da região amazônica é pouco conhecida, o que não significa que o local não tenha sido povoado por grupos pré-ceramistas, mesmo porque, em toda a Amazônia legal brasileira, diversos artefatos de ponta de flecha ou lascados têm sido encontrados, mas totalmente fora de contexto, pois esses achados, geralmente, ocorrem em áreas de garimpo.

A tradição Policroma da bacia amazônica está amplamente dispersa pela região e caracteriza-se por possuir uma cerâmica com decoração bastante variada, com destaque para o tipo acanalado. O tempero ou antiplástico usado na cerâmica também é muito diversificado. A tradição “borda incisa”, encontrada na região próxima a Manaus, caracteriza-se por apresentar uma cerâmica decorada por incisões na borda e pela presença de cachimbos tubulares e carimbos em cerâmica. Já a tradição inciso ponteadada apresenta uma cerâmica com decoração incisa e modelada.

Após a conquista e o domínio do território da Amazônia, a região apresentava duas capitanias: a do Grão-Pará e a do Maranhão. A primeira tinha como sede Belém. No entanto, as dificuldades em controlar um território tão vasto fizeram com que o capitão-general do Grão-Pará e presidente da comissão demarcasse limites com as colônias espanholas. Francisco Xavier de Mendonça Furtado propôs a João de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, em Lisboa, a divisão da capitania do Grão-Pará. Assim, em 1755, foi criada a capitania de São José do Rio Negro, com sede em Mariuá, que, em menos de um ano, passou a ser chamada de Barcelos. Em 1791, a capital da província, sede da capitania, é transferida de Barcelos para Lugar da Barra, que tem localização mais estratégica, situada próximo ao encontro dos rios Negro e Solimões, e elevada à categoria de vila, originando uma fase de crescimento

da povoação. A ordem, dada por Manoel da Gama Lobo D'Almada, governador da província de São José do Rio Negro, sem o consentimento do governador do Pará, trouxe transtornos à nova capitania, inclusive havendo o retorno da sede para Barcelos no ano de 1799. Mas, em 1852, Manaós (um dos nomes da atual Manaus) foi definitivamente elevada à capital.

O modelo português de expansão colonial usado no Brasil e, conseqüentemente, na Amazônia era um *“sistema que tentava reduzir a colônia a um mero prolongamento produtivo do Reino”* (SOUZA, 1994, p. 51). Nesse modelo, estava inserida a construção de fortes, cidades e missões, no intuito de obter *“a adesão dos elementos nativos para a ordem social da colônia”* (idem). Essa empreitada é resultado da experiência colonizadora portuguesa em outros continentes.

A cidade de Manaus não fugiu à regra, sendo originária da fundação da Fortaleza de São José do Rio Negro, erguida por ordem de Portugal no ano de 1696. Construída em pedra e barro, contou com a mão-de-obra de nativos catequizados pelos missionários, reunindo tribos dos Tarumã, Manáos, Baré, Passe e Banibes. Mas, tal como a capela carmelita, o forte logo ficou em ruínas. A relação, evidentemente, não foi pacífica: as investidas de dominação dos portugueses encontraram forte resistência e muitas aldeias foram saqueadas e rebeldes, dizimados.

A região desenvolveu-se por ser ponto de parada para aqueles viajantes que se deslocavam em direção ao alto e médio rio Negro ou para os que retornavam rumo a Belém. O forte, também, serviu de abrigo para os portugueses expulsos por povoados de índios no médio rio Negro. A aldeia que se formou no local chamou-se, inicialmente, Lugar da Barra ou Barra do Rio Negro. Mais tarde, passou a se chamar Manaus. Seu mapa mais antigo, datado de 1852, mostra a malha urbana de uma cidade pequena, de ruas

estreitas e quarteirões irregulares¹² (CORRÊA, 1966; MESQUITA, 1995; VIEIRA, 1888).

Em 1848, a Manaus ou Barra do Rio Negro era assim descrita por um italiano que a visitou (ISEBURG, 1881, p. 171-2):

A cidade tem a extensão de aproximadamente uma milha; andando da igreja dos Remédios até a outra dita do Hospital, encontram-se três grandes enseadas onde estão ancorados bergantins, vigilengas e outras embarcações menores. Pode-se ir aos diversos bairros por meio de três longas pontes de madeira que interligam a cidade. O porto seguro e defendido de vários ventos; possui um pequeno canteiro para a construção de navios e, no alto da colina, uma olaria. Tudo isso anuncia o aproximar-se da civilização. Encontram-se muitos edifícios de pedra e tijolos, a maioria de propriedade de um italiano, nosso compatriota, que ele mandou construir.

As praças são espaçosas e em forma de um quadrado; as ruas amplas e com traçado retilíneo, mas sem calçamento; as casas de um só andar, de estilo moderno. Encontram-se muitos magazines de quinquilharia e outras manufaturas e tecidos europeus, apesar do ativo comércio que mantém a república da Venezuela; é bem fornido o empório de mercadorias e dos produtos provenientes do Alto Amazonas e dos rios Purus, Javari, Jutai, consistindo de pirarucu seco, castanha, copaíba, salsaparrilha, algodão e tabaco.

Alfred Russel Wallace (1979), que visitou a cidade um ano mais tarde, em 1849, tem uma visão da Barra do Rio Negro bastante parecida com a descrita acima. A descrição acrescenta que a fortaleza da Barra já se encontrava em ruínas e que a cidade continha duas igrejas, possivelmente a igreja dos Remédios, já citada, e a de Nossa Senhora da Conceição. Na leitura do texto, fica evidente, além da singela descrição da cidade, o menosprezo do autor pelos portugueses e brasileiros que lá habitavam assim como pela própria cidade, enfadonha e cujo relevo irregular tornava os passeios desagradáveis.

¹² Ver anexo 05.

Já o casal Agassiz, que esteve na cidade no ano de 1865, elogia a escolha do local onde foi erguida a cidade de Manaus, prevendo, inclusive, que Manaus seria uma cidade próspera em termos de comércio, em função de sua localização.

O município de Manaus está localizado na região Norte do Brasil, tendo como limites os municípios de Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Careiro da Várzea, Iranduba e Novo Airão, com uma área territorial total de 11.401,06 km² (segundo a lei municipal 279/1995, a área municipal corresponde a 11.458,5 km²). Atualmente, o município de Manaus apresenta uma população total de 1.403.796 habitantes, com uma concentração de 99,35%, na área urbana - 1.394.635 habitantes, que corresponde a apenas 3,3% do território municipal - e 9.161 vivendo em áreas não urbanizadas (IBGE, 2000).

Fig. 5 – Localização do Município de Manaus e Microrregiões¹³

A capital do Estado do Amazonas, Manaus, localiza-se aos 3°15' de latitude sul e 60°15' de longitude oeste, numa excelente posição geográfica. Está situada sobre um sistema de colinas do Tabuleiro Terciário de Manaus, um baixo planalto arenoso e pobre, esculpido no arenito da formação de

¹³ Fonte: Prefeitura Municipal de Manaus.

Manaus, que se desenvolve na barranca e pode atingir uma altura de 40 metros acima do nível médio do rio Negro, na confluência deste com o Solimões. A estrutura urbana de Manaus, segundo Ab'Saber (1953b, p. 22), obedece aos elementos topográficos:

1. Uma “barreira” fluvial alongada e relativamente contínua, na margem esquerda do rio Negro; 2. em praia de estiagem de 10 a 20 metros de largura, na base da barreira, totalmente inundáveis durante as cheias; 3. em colinas suaves e de níveis variáveis no reverso da barreira; 4. em níveis de terramento nos flancos dos igarapés e ligeiras rampas de acesso entre os terraços e os diversos níveis de colinas esculpidas no disco do Tabuleiro Terciário.

O clima do município de Manaus é equatorial quente e úmido, do tipo Af, pela classificação de Köppen, na qual a letra “A” significa clima tropical e a letra “f”, chuvas durante o ano inteiro. A pluviosidade média é de 2.000 mm/anuais, sendo 60 mm no mês mais seco. O período mais chuvoso vai de maio a junho e a amplitude térmica, em todos os níveis, é baixa, já que não há grande diferença entre inverno e verão. É digna de registro também a alta umidade relativa média do ar, que chega a atingir 80%.

A rede hidrográfica do município de Manaus abrange quatro bacias, todas contribuintes da grande bacia do rio Negro¹⁴. Duas encontram-se integralmente dentro da cidade – a do igarapé de São Raimundo e a do igarapé do Educandos – e duas parcialmente inseridas na malha urbana – a do igarapé do Tarumã-Açu e a do rio Puraquequara.

A cidade de Manaus é totalmente cortada por igarapés. Apenas na região central, foram aterrados os igarapés do Espírito Santo, da Ribeira, do Mocó, do Aterro, da Bica e o de São Vicente. Os dois primeiros margeavam a atual Catedral Metropolitana de Manaus, Igreja Nossa Senhora da Conceição. O aterro de alguns igarapés e a poluição de outros trazem graves prejuízos ambientais para o município.

¹⁴ Ver figura 2.5.

O igarapé do Tarumã-Açu, que em seu trecho inferior corresponde ao limite ocidental da área urbana, apresenta diversos afluentes de sua margem esquerda nascendo na Reserva Ducke (pertencente ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA) e percorrendo as Zonas Norte e Oeste de Manaus.

O rio Puraquequara, afluente da margem esquerda do rio Amazonas, também apresenta parte de sua bacia localizada dentro de área ocupada e de áreas urbanas e consideradas como de uso agrícola, atravessando parte da zona leste da cidade de Manaus. Esse curso d'água, em seu trecho inferior, corresponde ao limite oriental da área urbana e já começa a sentir os efeitos da expansão da cidade em suas fronteiras.

O rio Negro, que banha as orlas sul e norte da cidade tem suas nascentes localizadas na depressão do Orenoco, percorrendo cerca de 1.550km até encontrar o Solimões, formando o rio Amazonas, na baía do “encontro das águas”. Desse longo percurso, o rio Negro tem cerca de 780km navegáveis, cuja maior parte encontra-se, evidentemente, em seu curso inferior. As condições favoráveis à navegação estão também presentes em muitos dos seus afluentes como o igarapé do Tarumã-Açu e o rio Puraquequara. Isso se deve à reduzida existência de desníveis ao longo de seus cursos. Na cidade de Manaus, registra-se apenas a presença de duas quedas d'água: a Cachoeira Alta e a Cachoeira do Tarumãzinho, ambas no Tarumã

O rio Negro, em seu trecho médio e inferior, possui dois arquipélagos fluviais: o Anavilhanas, localizado próximo a Manaus, onde o IBAMA criou uma Área de Preservação Ambiental – APA de Anavilhanas - e outro, situado próximo à confluência dos rios Branco e Negro, perto da cidade de Barcelos, Mariuá, o maior arquipélago fluvial do mundo.

construções da cidade, como o Tribunal de Justiça, o Teatro Amazonas e o Prédio da Alfândega, entre outras.

Em 1955, iniciam-se os projetos de ocupação, colonização e desenvolvimento da Amazônia, com abertura de estradas, projetos industriais, hidrelétricos e de mineração, exploração de petróleo e gás natural, e a criação, em Manaus, da Zona Franca.

Apesar de não constituir uma aglomeração conurbada¹⁶, como as demais onze metrópoles brasileiras, a influência exercida por Manaus sobre a região abrange mais de duas dezenas de municípios localizados ao longo dos rios Solimões (Iranduba), Negro (Careiro da Várzea) e Amazonas (Itacoatiara). Em que pese sua área urbana estar cercada por grandes extensões de florestas tropicais e pelos caudais desses cursos d'água, a grande maioria dos municípios amazonenses estabeleceram-se nas áreas ribeirinhas desses rios e afluentes, resultado da imensa influência que os rios causaram e causam na região amazônica. Ainda hoje, o transporte de cargas e pessoas é feito, predominantemente, por via fluvial.

O maior porto fluvial do país, o de Manaus, é o ponto de convergência de navios de passageiros e de cargas, tanto de cabotagem como de longo curso, que garantem a conexão da cidade com portos nacionais e internacionais. Esse porto recebe ainda embarcações regionais de todo tipo, que viabilizam a ligação com inúmeros núcleos da região amazônica. Por sua estratégica localização geográfica, Manaus tornou-se um eixo da navegação fluvial da Amazônia e do Brasil. Esse porto foi fundamental para o crescimento de Manaus, servindo de base para o comércio (predominantemente, a exportação de produtos amazônicos) e para o transporte de passageiros. Desde 1864, o porto de Manaus já aparece nos relatórios da Companhia de Navegação da Amazônia, criada em 1850.

¹⁶ Conurbação - Aglomeração urbana formada por várias cidades.

Há também outros portos que movimentam cargas e passageiros entre a cidade e portos de localidades próximas. Dentre eles, destacam-se o de São Raimundo (a partir de onde é possível acessar os municípios de Iranduba e Manacapuru) e o da CEASA (situado no início da Br-319, que liga Manaus a Porto Velho), onde atracam balsas e *ferry boats*, que transportam passageiros e veículos de carga para os municípios limítrofes de Manaus, localizados ao sul e sobre as margens direitas dos rios Negro e Amazonas tais como Autazes, Nova Olinda do Norte e Careiro da Várzea.

Entre as rodovias que permitem o acesso a Manaus, destaca-se a BR-319, que liga a capital ao Estado de Rondônia (Porto Velho), partindo do porto de Careiro da Várzea em direção ao sul e conectando as cidades de Manicoré, Humaitá e Lábrea (acessada pela Br-320). Entretanto o estado de conservação dessa estrada é péssimo e freqüentemente ela não é transitável em boa parte do trecho, tanto que não há linhas de ônibus entre Manaus e Porto Velho. A parte transitável na maior parte do ano vai da cidade de Manaus à de Manaquiri, ainda no Estado do Amazonas.

Ao norte, o município de Manaus interliga-se ao Estado de Roraima através da rodovia BR-174, que também permite acesso ao município de Presidente Figueiredo, onde estão localizadas a mineração de estanho Taboca, pertencente ao grupo Paranapanema, e a Usina Hidrelétrica de Balbina. Esses dois empreendimentos fazem do município o segundo mais rico do Estado

Essa rodovia federal, em conjunto com a rodovia estadual AM-010, forma um importante eixo de saída norte de Manaus, constituindo um dos principais vetores de expansão da cidade. A rodovia AM-010 permite a ligação com os municípios de Rio Preto da Eva, Itapiranga, Sikves e Itacoatiara.

Uma outra rodovia importante é a que liga Manaus a Manacapuru, AM-070, passando por diversos municípios importantes, como Iranduba ou Cacau Pireira. Essa estrada, apesar de não fazer ligação com nenhum outro

Estado da federação, é bastante movimentada, por permitir acesso a diversas áreas de veraneio e de lazer da população manauara.

A Prefeitura Municipal de Manaus (www.pmm.am.gov.br) implantou um trabalho de saneamento nos igarapés, córregos, canais e cursos d'água, denominado Programa SOS Igarapés, na tentativa de evitar:

inundações, erosões diversas, destruição do pavimento asfáltico, subida de nível dos canais e igarapés, deslizamento e desmoronamento de barrancos com soterramento de casas, além do grave prejuízo causado à saúde pela proliferação de doenças surgidas com as enchentes. Vale ressaltar que o "Programa SOS Igarapés" vem atuando em três frentes paralelas: remoção do lixo, preservação das nascentes dos cursos d'água, canalização dos igarapés e urbanização das margens.

Mesmo com esse programa, a cidade de Manaus ainda apresenta uma baixa proporção de saneamento básico (água canalizada e redes de esgoto e de drenagem urbana), se comparado com outras regiões metropolitanas do Brasil. Em função da ocupação desordenada da cidade, as enchentes continuam a assolá-la, destruindo ou poluindo as nascentes dos igarapés.

Em termos populacionais, a cidade de Manaus, em 1787, continha apenas três ruas e cerca de 300 habitantes entre brancos, índios e escravos; em 1827, a população subiu para aproximadamente 3.000 pessoas; 23 anos depois, Manaus tinha uma população de 4.000 habitantes; entre 1889 e 1920, passou de 10.000 para 75.000 habitantes.

Nos anos 70, “a cidade de Manaus ocupava uma área de 25.32km² com população de 311.622 habitantes, o que resultava numa densidade populacional de 12,3 hab./km²” (VIEIRA, 1999, p. 114), índice elevado, para o qual, com certeza, também contribuiu o importante papel exercido pelo programa federal Zona Franca de Manaus.

Na década de 1980, o aumento populacional na área urbana de Manaus continuou. Destacam-se os índices de crescimento da cidade de Manaus, que apresentava, na época, cerca de 612 mil habitantes na área urbana. O crescimento, nesse período, pode ter duas explicações: a expansão do parque industrial e a consolidação do setor de comércio, especializado em produtos de alto consumo.

Apesar de haver um aumento populacional na década de 80, esses anos marcam o início do declínio de crescimento, pois, nessa década, o crescimento populacional de Manaus foi de 6% ao ano, inferior ao da década anterior (8% ao ano). Esse fato pode ter sido uma consequência da retração econômica, que repercutiu intensamente no parque industrial e nas atividades comerciais da cidade, originando uma redução na força de trabalho empregada no distrito industrial da zona franca de Manaus.

A partir da década de 1990, observa-se uma perda significativa de população na área rural de Manaus e região. O Município de Manaus que, em 1980, possuía 21.540 habitantes na área urbana, passa a contar, em 1991, com apenas 4.916 pessoas vivendo na área rural, embora, em 2000, tenha-se verificado que essa população era composta de aproximadamente 10 mil habitantes (Prefeitura Municipal de Manaus).

Segundo Vieira (p. 113), Manaus, atualmente, conta com uma população superior aos 1.500.00 habitantes,

ocupando uma área superior a 433 km² (dados não oficiais), sem a preocupação de novas áreas verdes, sem preservação da vegetação das margens e cabeceiras dos igarapés, assim como a vegetação das áreas com declividade acima dos 15%, com a derrubada indiscriminada de vegetação nativa para expansão do sítio urbano e até mesmo a derrubada de árvores centenárias das vias públicas, tudo em nome da “modernização”.

Fig. 7 – Centro de Manaus, com vistas do porto e da Catedral Metropolitana de Manaus

Nas últimas décadas, Manaus vem enfrentando problemas urbanos e ambientais, causados pelo expressivo crescimento urbano desordenado e conseqüente redução da cobertura vegetal, e pela ocupação de áreas inadequadas como vertentes, fundos de vale e margens de igarapés, que cortam as unidades topográficas do sítio urbano. Os respectivos problemas estão associados ao esvaziamento de grandes espaços no interior e no campo, por falta de uma infra-estrutura básica adequada e de incentivo para a fixação do homem no interior, fazendo com que o êxodo rural flua diretamente para a capital do Estado. Além disso, o modelo econômico da zona franca de Manaus, no final dos anos 60, com a oferta de emprego no setor industrial, funcionou como atrativo para o contingente de migrantes, não só do campo ou interior do Estado, mas advindos de outras regiões em busca de melhores condições de vida. Assim, novos espaços foram sendo ocupados e as alterações ficando evidentes, uma vez que Manaus não dispunha de recursos para implantar as obras de infra-estrutura para acompanhar o seu crescimento rápido. No decorrer do tempo, a cidade passou a enfrentar todas as dificuldades oriundas dessa urbanização: invasões, proliferação de bairros de baixa renda, poluição

dos cursos de água e saneamento básico deficitário, que não atendia à maior parte das novas ocupações, principalmente, na periferia.

Em relação ao patrimônio edificado de Manaus, a situação tornou-se calamitosa, apesar dos esforços na preservação/conservação dos edifícios. Mas, praticamente, todo o trabalho estava voltado apenas para os edifícios de poder político e econômico da cidade. Como exemplo, pode-se citar o teatro Amazonas, o tribunal de Justiça, o palácio Rio Negro etc.

No âmbito federal, foram tombados os seguintes bens:

1. Teatro Amazonas;
2. Reservatório do Mocó;
3. Mercado Adolfo Lisboa ou Mercado Municipal, compreendendo os pavilhões e jardins, o embarcadouro e o trecho correspondente da margem do rio em Manaus;
4. Conjunto Arquitetônico do Porto: instalações portuárias (Alfândega e Guardamoria, Escritório Central e Fachada Anexa), Setor Administrativo, Setor de Operações, Antigo Prédio do Tesouro, Museu do Porto, Antiga Casa de Tração Elétrica, Armazéns, Road-Way e Bomba de Incêndio.

O teatro Amazonas é uma construção eclética, de três pavimentos, iniciado na administração do governador Eduardo Ribeiro e inaugurado em 1896, ainda incompleto. O teatro foi mais um capricho ocasionado pela prosperidade advinda do ciclo da borracha do que uma necessidade da sociedade manauara. Sua construção, certamente, foi influenciada pela vontade de se copiarem os hábitos europeus, podendo entender-se, então, a construção de um teatro grandioso, numa cidade com uma população de aproximadamente cem mil pessoas.

Após 1892, aprovou-se uma lei que facilitava a fixação em Manaus de artistas, o que impulsionou as obras no teatro. O projeto arquitetônico foi elaborado por B. A. de Oliveira Braga, do Liceu de Engenharia de Lisboa. A

decoração interna ficou a cargo de diversos artistas, com destaque para Domenico de Angelis; a externa foi realizada por Henrique Mazalloni. A construção do teatro apresentou soluções avançadas para a época, destacando-se a estrutura metálica da cobertura, incluindo a cúpula. Devido à dificuldade de importação de materiais (uma realidade em todas as obras de Manaus), colunatas, alisares, óculos e balaústres foram feitos de cimento, alvenaria e reboco, mas com pintura decorativa para parecerem mármore e outros materiais nobres. A cúpula é revestida externamente em cerâmica policromada, telhas em escamas e áreas em vidros coloridos. O teatro Amazonas recebeu diversas reformas. Na administração de Efigênio Sales, foram retirados os sete camarotes frontais da segunda ordem, construindo-se uma arquibancada, encimada por uma grande concha estilizada. Também houve supressão de paredes internas, que separavam dois corredores longitudinais e contínuos às frisas da primeira ordem. Ampliou-se o local da orquestra e foram feitas obras de estuque e pintura no vestíbulo e corredores (dados recolhidos no sítio do IPHAN).

As fachadas externas do teatro formam um grande caixote, dando a impressão de tratar-se de uma obra neoclássica, assim como alguns elementos da fachada, porém seu frontão é curvilíneo, apresentando uma cúpula que compromete toda a estética do edifício, mais um elemento que dificulta identificar esse prédio como neoclássico. A fachada principal pode ser dividida em três partes: um corpo central e duas alas laterais. Em uma análise descuidada dessa fachada, pode-se, a princípio, considerá-la neoclássica, porém, com uma observação mais cuidadosa, percebe-se que a impressão inicial é errônea. A simetria das alas laterais contribui decisivamente para a impressão inicial, mas o corpo central, além de apresentar o já citado frontão, é totalmente assimétrico. As janelas do segundo andar seguem o padrão neoclássico, diferindo das laterais e quebrando, inclusive, a harmonia da construção. Mas analisando o interior do teatro, nota-se a harmonização entre diversos estilos artísticos: a sala de concertos, por exemplo, é oval.

O Reservatório do Mocó é o primeiro reservatório d'água de Manaus e está, até hoje, em funcionamento. Começou a ser construído na administração do governador Eduardo Ribeiro. É um prédio de dois pavimentos com estrutura em ferro, de origem inglesa, recoberta por pedra e alvenaria nas fachadas, que são quatro no total, formando um grande caixote: é um fiel representante da estética neoclássica. Segundo Mesquita, a cobertura da estrutura de ferro era um procedimento comum durante algumas décadas até o ferro ser reconhecido como “*um material, que além de funcionar como estrutura, poderia ser utilizado na fachada das construções*” (MESQUITA, 1992, p. 323).

O Mercado Adolfo Lisboa ou Mercado Municipal é um dos exemplares da arquitetura de ferro de Manaus. Começou a ser construído em 1880, pela firma *Bakus & Brisbin*. O mercado está localizado entre o rio Negro e a cidade, com fachadas para ambos os lados. A fachada voltada para a cidade foi revestida por alvenaria, no início do século XX. O conjunto de prédios forma um dos exemplares do ecletismo manauara. Esse mercado seria uma cópia do parisiense *le Halle*.

O calçamento do mercado municipal é de laje de cantaria, de forma retangular. As salas laterais possuem vinte boxes. Em 1890, foram construídos dois outros pavilhões, também em ferro e cobertura de zinco. Sua estrutura é formada por beirais abertos, encimados por arcos de ferro, os quais são sustentados por colunas, também em ferro. Nas duas fachadas principais, fechando os arcos, há gradis de ferro com ornatos decorados, acompanhados por vidros coloridos. Por volta de 1908, foi construído o pavilhão posterior para a comercialização de tartarugas, o qual possuía iluminação à querosene. Tal pavilhão teve a estrutura em ferro construída pela companhia *Walter Macfarlane, Glasgow*. Seu formato difere dos outros, pois é totalmente fechado, possuindo cobertura em quatro águas, feita com chapas onduladas. A construção possui venezianas em todo o seu contorno, tendo oito entradas de acesso (uma em cada fachada principal, e três em cada lateral). A construção

também possui frontões formados por gradis ornados em ferro e vidros coloridos. Ladeando esse pavilhão, existem dois menores, de forma octogonal, possuindo também venezianas laterais em seu contorno e janelas em vidro. As janelas são encimadas por gradis de ferro, decorados com motivos florais.

O conjunto arquitetônico do porto de Manaus começou a ser construído em 1850, no momento em que a comarca do Alto Amazonas foi elevada à categoria de província, sendo autorizada a navegação pelo rio Solimões/Amazonas e seus afluentes. Mais tarde, veio a regulamentação do comércio da borracha, o que fez de Manaus sede das principais casas exportadoras. Manaus passou a ter uma situação privilegiada. No final do século XIX, foi necessário executar obras de melhoria do porto, com o objetivo de facilitar o escoamento da borracha, produto responsável, na época, pelo índice de cerca de 30% das divisas nacionais.

Em 1900, o contrato foi fechado entre o governo federal e a firma *B. Rymkierwiez & Cia*, transferido entretanto para a firma inglesa *Manaos Harbour Limited*, que iniciou as obras em 1902.

O porto foi construído, respeitando-se o fenômeno de "cheia" e "vazante" do rio Negro. Um antigo igarapé teve que ser aterrado e foi levantado um muro de arrimo. Este foi construído à jusante, acompanhando o pequeno trecho já existente de meados do século passado. Além do cais de alvenaria, foi construído um outro sobre bóias de ferro cilíndricas, flutuando independentemente do nível do rio. A forma de pensar arquitetura do início do século está bem representada no porto, na "arquitetura de engenheiros", onde o ferro aparece com soluções formais próprias (armazéns com chapas onduladas de vedação, *road-way* sobre bóias flutuantes). "Porém, quando se trata dos edifícios da alfândega e da administração, temos a estrutura de ferro escondida sob vedações de alvenaria, com elementos alusivos a estilos passados". Os prédios da alfândega e da guardamoria representam uma transição entre o conjunto de armazéns e os edifícios da *Manaos Harbour*, por

utilizarem o sistema de pré-moldagem. Os armazéns foram construídos no período de 1903 a 1910, com exceção do nº 15, que foi de "fabricação belga e é anterior às obras do novo porto, tendo sido construído pelo Estado, provavelmente por volta de 1888" e incorporado ao patrimônio da *Manaos Harbour*, mas diferindo dos demais por conciliar as soluções técnicas com as soluções estéticas. Fazem parte do acervo as seguintes edificações: Escritório Central e Fachada Anexa; Setor Administrativo; Setor de Operações, antigo Prédio do Tesouro; Museu do Porto; Antiga Casa da Tração Elétrica; Armazéns nºs 3, 4, 5, 10, 15, 18 e 20; *Road-Way*; Bomba de Incêndio (dados no sítio do IPHAN).

Atualmente, no âmbito federal, estão em processo de tombamento em Manaus, diversos bens.

Um deles é o Palácio da Justiça (AM), situado no centro de Manaus, nos fundos do teatro Amazonas, um prédio de dois pavimentos, que começou a ser construído em 1894, no governo de Eduardo Ribeiro, inaugurado, ainda incompleto (como costuma ocorrer nas obras públicas de Manaus), em 1900, no governo de Silvério Nery.

O estilo arquitetônico do prédio é eclético, com evidente predomínio de elementos neoclássicos, perceptíveis na simetria do edifício, na forma (um grande caixote retangular) e na horizontalidade de suas linhas. O prédio, com cinco corpos é assim descrito por Mesquita (1992, p. 278):

janelas e portas em arco pleno, enquanto no segundo pavimento são todas janelas de púlpito de verga reta emolduradas por edículas com frontões curvos e triangulares. O corpo central contém um pórtico com quatro colunas e duas pilastras em cada andar, sendo de ordem toscana a do primeiro pavimento e compósitas, a do segundo. Sobre o entablamento do segundo pavimento, existe uma platibanda com balaustrada, interrompida por pedestais (estilobatas) que apóiam o centro de uma escultura (feminina) alegórica à justiça e, ao lado, quatro vasos. Os corpos laterais ao centro contêm, em cada pavimento, três janelas, enquanto que os corpos das

extremidades, somente duas janelas. Sobre a cornija destes corpos estende-se a platibanda com balaustrada interrompida por pedestais que sustentam diferentes vasos.

Os vasos citados acima compõem um elemento decorativo, que serve de coroamento à balaustrada da platibanda.

Durante toda a sua existência, o prédio nunca deixou de exercer as atividades para qual foi construído e ao longo desse tempo passou por inúmeras reformas e restaurações, sem, no entanto, ocorre significativa alteração em seu conjunto.

O interior desse edifício também merece destaque em razão da diversidade de ornamentos, da pintura decorativa (marmorização) e dos espaços do palácio, que contêm colunas de diversas ordens, uma bela escada em estilo barroco com guarda-corpo e trabalhos em estuque no teto.

Outro bem em processo de tombamento é:

O antigo quartel da Polícia Militar (AM) é um prédio de dois andares situado no centro da cidade de Manaus, em uma das principais praças, a Heliodoro Balbi, fazendo parte do Conjunto Arquitetônico da Praça. Um logradouro público ladeado com o colégio Amazonense D. Pedro II. Esta praça conhecida. Popularmente, como praça da policia, já teve vários nomes, como por exemplo: Largo do Palacete, pois, assim era chamado o prédio da Polícia ou Largo do Liceu por estar defronte ao Liceu Amazonense, nome que dado a escola secundária erguida em 1886, depois Colégio Pedro II. Hoje homenageia o professor de Literatura do Ginásio Pedro II. Heliodoro Balbi foi formado em Direito na faculdade do Recife. Foi fundador da Academia Amazonense de Letras, político e jornalista.

O edifício foi comprado ainda em construção (em 1867) para abrigar a Tesouraria Provincial, Com certeza é um dos prédios mais antigos da cidade e, apesar das inúmeras ampliações e reformas o prédio, externamente, ainda

mantém suas linhas neoclássicas, caracterizada pelas linhas retas e simétricas, apesar de apresentar frontão curvo. Como toda obra em Manaus, esta também demorou muito para ser concluída, tanto pela carência de mão-de-obra quanto por falta de materiais. O prédio que serviria ao Tesouro Provincial apenas foi concluído em 1874 e inaugurado um ano depois, passando então a brigar diversas repartições públicas, Durante muito tempo serviu de quartel da Polícia Militar, em 1876 o prédio passa a abrigar a guarda policial do Amazonas. A partir de 1979 passa a abrigar o Quartel do Comando Geral da Polícia Militar.

Já o Estado do Amazonas tombou os seguintes imóveis:

1. Colégio Estadual Dom Pedro II;
2. Igreja Nossa Senhora da Conceição;
3. Reservatório do Mocó;
4. Centro de Artes Chaminé.

O colégio D. Pedro II é uma construção neoclássica de dois pavimentos, situado no centro de Manaus, numa das principais vias da cidade, a avenida 7 de setembro. Inaugurado na segunda metade do século XIX, o antigo Liceu Provincial é um edifício simétrico, característico do estilo neoclássico. Possui, na fachada principal, uma pequena escadaria de acesso, com colunas sem base com fuste dórica e capitel jônico e frontão triangular, rompendo a balaustrada de cantaria do segundo pavimento, margeando os dois lados da entrada principal, com três janelas em cada pavimento, intercaladas com lesenhas do mesmo tipo das colunas.

A Catedral Metropolitana de Manaus, Igreja Nossa Senhora da Conceição, faz parte de um conjunto arquitetônico de interesse histórico do centro (em termos geográficos e históricos) da cidade de Manaus. O Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – Termo Geral de Referência (PPSH), elaborado pelo IPHAN, define como centro histórico um sítio urbano situado na parte central da área-sede do município, como o caso em questão. Na

realidade, o centro de Manaus possui uma série de edifícios espalhados por toda a zona central, fato que levou o Estado do Amazonas a definir uma Área Histórica Urbana de Interesse Patrimonial e um Sítio Histórico.

O Centro de Artes Chaminé é uma construção de 1910, em dois andares e em estilo eclético. Sua função inicial era a de uma central de tratamento de esgoto, mas nunca chegou a funcionar com essa finalidade. O nome Chaminé vem do fato de existir, no lado sul, uma pequena chaminé construída em tijolos e coroada por uma estrutura em ferro. Passou a ser Centro de Artes em 1993. Foi fechado em 1997 e reaberto, como Ateliê de Restauro, em 1999.

Além do Patrimônio Arquitetônico tombado, merecem destaque, nas esferas estadual e federal, as seguintes construções: Tribunal de Justiça; Sociedade Beneficente Portuguesa; Igreja dos Remédios; Santa Casa de Misericórdia; Alfândega; Correio central; Instituto Benjamin Constant; Palácio Rio Branco; Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas; Cervejaria Miranda Corrêa.

Todos esses edifícios e outros, não citados, estão dentro do centro histórico de Manaus¹⁷.

¹⁷ Ver anexo 06.

3 A ORDEM DO CARMO

3.1 ORIGEM, HISTÓRIA E CONSTITUIÇÃO

Na Idade Média, muitas pessoas se associaram a ordens religiosas sendo fundadas diversas ordens, como por exemplo: Franciscanos, Beneditinos, Dominicanos, Carmelitas, entre outras. E em todas estas Ordens agregou-se um grande número de laicos.

Entre as diversas ordens que trabalharam no Brasil, passa-se a relatar um pouco da Ordem Carmelita que surgiu no século XII, em torno de 1177 (há controvérsias em relação à data de sua origem), sendo elevada à categoria de Ordem Mendicante, e conseqüentemente a uma Ordem apostólica, pelo Papa Inocêncio IV no ano de 1245. A Ordem era chamada, inicialmente, pelo nome de “Fraternidade da Beata Virgem Maria do Monte Carmelo”.

A criação mítica da Ordem do Carmo está relacionada com a aparição da Maria Santíssima aos profetas Elias e Eliseu. Reproduzindo a vida simples dos profetas, os irmãos carmelitas, entregaram ao Papa, uma série de normas que exaltavam o modo de vida que os irmãos já levavam no monte Carmelo, Palestina (O monte Carmelo faz parte de uma cadeia montanhosa situada entre o mar Mediterrâneo e a Palestina, as planícies de Saron e Esdrelon). Em outras palavras, a origem da Ordem do Carmo é atribuída a um grupo de pessoas desejosos de uma vida menos laica, inspirada nos profetas. Eles consideravam a Virgem Maria a mais simples de todos os seres humanos e concluíram de que fazendo as coisas simples de cada dia, estariam de alguma forma, resgatando o sentido mais profundo da vida cristã. Os profetas não indicavam uma nova doutrina nem tampouco um novo caminho, apenas propunha uma vida mais disciplinada e mais cristã. É indubitável a vocação carmelitana inspirada na Virgem Maria e no seu filho e, conseqüentemente na Santíssima Trindade.

Esta primeira regra dos carmelitas, datada entre 1207 e 1214, exalta os princípios da obediência, solidão e castidade dentre outros, realçando o modo de vida dos profetas que inspiraram a Ordem. Esta regra é à base da vida na Ordem do Carmo. Esta primeira regra, que deveria permiti-los levar uma vida religiosa fiel a Jesus Cristo e servir a sua família com um coração puro e conscienciosa limpa foi feita e entregue por Albert Avogadro, patriarca de Jerusalém, ao Papa Inocêncio IV.

Para viver em consonância com os ensinamentos de Jesus Cristo, os carmelitas deveriam entre outras coisas, meditar dia e noite a palavra do Senhor, orar juntos ou só muitas vezes ao dia, purificasse de todo pecado e conformar a própria vontade diante a de Deus buscando na fé o diálogo e discernimento. A Regra Carmelita é a más breve entre as regras conhecidas.

No ano de 1251 a Virgem Maria teria aparecido em sonho para São Simão e lhe entregue o Santo Escapulário (Hábito religioso com origem nos conventos e mosteiros), fato que ajudou a irmandade se espalhar, inicialmente na Europa e, posteriormente, em todos os continentes. E, contribui solidamente para difundir a devoção a Nossa Senhora.

O Santo Escapulário da Virgem do Carmo é mais que um hábito religioso é um símbolo de tradição e foi aprovado pela igreja e aceito pela Ordem do Carmo como manifestação da Virgem Maria aprovando e reforçando o compromisso de imitar sua vida. Na Ordem do Carmo o Escapulário tornou-se um símbolo do modo de vida. O Escapulário exige um compromisso cristão: viver de acordo com os ensinamentos do evangelho, receber os sacramentos e professar uma devoção especial a Virgem. O Escapulário não é uma garantia automática de salvação nem tampouco um protetor mágico, ele é um símbolo de introdução na Ordem do Carmo.

Os Terceiros Carmelitanos recebiam um Escapulário de tamanho reduzido como um sinal de que pertenciam a Ordem. Na prática o Escapulário,

para os Terceiros, pode ser substituído por uma medalha que tenha de um lado a imagem do Sagrado Coração e de outro a da Virgem Maria.

A devoção a Nossa Senhora está associada com a história da Ordem Carmelita. Atualmente, esta devoção, ainda é muito cultuada pelos cristãos, independente da ordem religiosa que pertençam ou mesmo não pertencendo a nenhuma, pois, a Virgem permite uma convergência de devoção, de amor e respeito por parte de todos. Mas, em relação à Ordem do Carmo, a Nossa Senhora é a Mãe da Ordem e, conseqüentemente, a Senhora de cada um dos seus membros.

No século XVI (1562) Teresa de Jesus e João da Cruz (1568) entram na Ordem do Carmo em um período de crise da vida religiosa e assumem a responsabilidade de reportarem a Ordem do Carmo as suas origens, meio essencial para a vida religiosa e para a missão da Igreja. Essa reforma recupera o objetivo da Ordem, os ideais do profeta Elias, restabelecendo a primeira regra do Carmo. Principalmente Teresa de Jesus renovou o espírito carmelitano, a vocação à oração um verdadeiro tesouro carmelita e cristão (na medida em que é um testemunho de fé), a liturgia, a iconografia carmelitana, fidelidade a Igreja e o apostolado. João da Cruz, também, foi importante ao restaurar o modo de vida da Ordem, desta forma, os carmelitas recuperaram a tradição do Carmelo. Ao longo do processo de reforma, Teresa de Jesus e João da Cruz sempre tiveram o cuidado como compromisso a Nossa Senhora e a sua proteção. Teresa de Jesus, também, se ocupou com o trabalho missionário da Igreja.

Teresa de Jesus influencia bastante, a formação do corpo feminino carmelitano. Sua dedicação a ordem, sua rápida canonização contribuirão para que Tereza de Jesus tivesse o papel de destaque na Ordem do Carmo. O trabalho de reforma no corpo masculino ficou a cargo de João da Cruz. Desta reforma surgiu a Ordem dos Carmelitas Descalços. Ambos, posteriormente, tornaram santos.

Essa reforma foi realizada, pois havia uma nova quebra da 'unidade' da Igreja, e, sobretudo as profanações da Eucaristia e do Sacerdócio. Produtos de atenção de Teresa de Jesus e João da Cruz.

Mesmo após a reforma, a Virgem Maria do Monte Carmelo continuou sendo o símbolo da vida contemplativa, de meditação, devotada a oração e entrega total a Santíssima Trindade. A Virgem continua sendo o ideal cristão que deve ser imitado. Os ideais do Carmo, representados na Nossa Senhora estão cada vez mais vivo no pensamento cristão.

A Ordem do Carmo, desde o século XVI, como outras ordens eram compostas por frades (Ordem Primeira), monjas (Ordem Segunda – Vivendo em clausura) e Terceiros divididos em seculares (composto por leigos, institutos seculares, afiliados pelo Escapulário ou pelo Prior) e os regulares (são congregações de religiosos de vida ativa afiliada a Ordem). A Ordem Terceira do Carmo, ou seja, a regularização da entrada de fiéis leigos à Ordem Carmelita, ocorreu no ano de 1452, com a bula Cum Nulla do Papa Nicolau V. As confrarias ou fraternidades, que são associações onde os membros participavam das benesses e sufrágios espirituais tiveram importância na formação das ordens terceiras. Tanto que no século XVII a Ordem Terceira aceita todos os confrades que emitissem os votos da Ordem. Essa organização tripartida hierárquica é baseado no exemplo de outros Mendicantes.

As Monjas Carmelitanas, que vivem em clausura, existem desde o ano de 1450, em busca de uma maior espiritualidade. As mulheres adaptaram - sob a vigilância dos religiosos - a sua condição feminina a Ordem do Carmo e sua Regra. Conhecidas pela capacidade de oração, de trabalho e de penitência.

Posteriormente, foi admitida a entrada de mulheres desde que viessem em castidade. Durante muito tempo era proibido aceitar irmãos

professos em outras ordens terceiras. Sobre o funcionamento dessa ordem na cristandade ocidental, Martins (2001, p. 21) relata o seguinte:

Em determinadas comunidades, o prior geral conseguiu introduzir os três votos de castidade, obediência e pobreza, assim como a estrita clausura. Somente em 1476, na bula Dum Attenta, de Sixto IV tal licença de agregação foi estendida a quaisquer grupos de pessoas casadas ou não, homens e mulheres.

Esta bula permitiu, também, que a Ordem Terceira dos Carmelitas se organizassem segundo o modelo da Ordem Terceira de Penitencia e de outros Mendicantes. Nesta últimas ordens os terceiros são afiliados, ao contrario das Ordens Monásticas onde eles são agregados através do fenômeno da Oblação¹⁸, e a vida religiosa é orientada pela Regra de cada Ordem.

Uma das funções das ordens terceiras era a de ajudar os seus membros de qualquer filial, seja em Portugal ou na América Portuguesa, é claro que esta ajuda não era gratuita, os membros terceiros de outras filiais, sejam de Lisboa, Rio de Janeiro, Recife, ao chegar na Ordem do Carmo ou outra, era obrigado a pagar uma quantia a ser estipulada por uma comissão formada com esta finalidade, além disso, ao fazer parte de uma ordem terceira, o membro receberia auxílio espiritual e material para suas jornadas em terras brasileiras ou portuguesas. Os membros das ordens eram encorajados a contribuírem regularmente.

Para obter as vantagens das ordens terceiras bastava obter uma patente expedida uma das filiais das ordens terceiras localizada em Portugal ou nas colônias portuguesas na América ou, ainda, nas ilhas atlânticas. Mas de modo geral essas patentes permitiam aos irmãos terceiros se estabelecerem em filias das ordens espalhadas pelo mundo português.

¹⁸ A Oblação tem origem no sistema feudal e consiste na prestação de trabalhos a um Mosteiro feito por um leigo.

Segundo Martins (2001, p. 288)

Um dos traços que distinguem de modo mais nítido as ordens terceiras em relação as simples irmandades consistia em constituir em aqueles institutos universais, cujos soldícios estavam disseminados em diversas regiões da cristandade.

Atualmente, para pertencer a Ordem Terceira do Carmo tem-se que realizar os votos e ter devoção a Nossa Senhora, espírito de oração e praticá-la, adotar uma vida sacramental. Além desses requisitos, o candidato é minuciosamente investigado.

Os dirigentes da Ordem Terceira são eleitos pelos membros da irmandade, os diretores são: prior, sub-prior, secretário, procurador, tesoureiro, definidores e zelador, esses cargos são remunerados. É a mesa diretora da Ordem que permite ou não a entrada de um membro.

3.2 OS CARMELITAS NO BRASIL

A influência da cristandade no mundo ocidental, inclusive no Brasil, é tão grande que Marcoy (2003) ao descrever uma vila construída a mando de Mendonça Furtado (Lugar da Barra atual Manaus) relata que havia três vias uma representando Deus pai, outra o Filho e por fim mais uma a do Espírito Santo, portanto tem-se aí a Santíssima Trindade. Outro exemplo desta influência, são os endereços dados que sempre davam como referencia um edifício cristão, como igreja, hospital, conventos etc. Na atualidade, esta influencia pode ser observada na quantidade de feriados católicos presentes em nosso calendário e hoje o Estado brasileiro é laico, o que não acontecia nos períodos colonial e imperial.

O estudo das ordens eclesiásticas no Brasil, só teve interesse acadêmico, a partir dos anos 40 do século XX e, mesmo assim com enfoque

arquitetônico e/ou artístico. Fato que despertou uma forte participação da antiga Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –SPHAN, (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional – IPHAN) como pode ser percebido pelas inúmeras publicações sobre o assunto.

O Cristianismo teve um papel bastante importante na época do Brasil Colônia e até mesmo durante o Império brasileiro. Até essa época o catolicismo era a religião oficial do Estado brasileiro. As Ordens Religiosas vem confirmar essa assertiva, dos Jesuítas até a ultima ordem estabelecida no Brasil teve sua importância, seja na formação do território ou mesmo na manutenção do status *quo* vigente.

Enquanto que Portugal creditava o papel de evangelização da América à Companhia de Jesus (jesuítas), a Espanha fortalecia as Ordens Terceiras, na realidade nem todas, neste trabalho de conquistar almas nas terras recém-descobertas, mas os carmelitas foram impedidos de entrar no continente americano pelo Rei espanhol Felipe II no tempo da colonização, já os carmelitas portugueses não tiveram problemas em participar do processo de evangelização no território brasileiro.

Com este cenário, a união Ibérica veio favorecer a entrada de todas as ordens na América portuguesa, fato que começou a acontecer a partir de 1580. O primeiro convento Carmelita construído no Brasil foi em Olinda (PE), vindo posteriormente o da Bahia, Santos, Rio de Janeiro e São Paulo. É provável que o convento de Olinda seja na realidade, uma construção de uma Beata ou tenha sido construído por quatro carmelitas que desembarcaram lá naquele ano.

Um século depois o grande número de construções carmelitas tornou-se necessário que os carmelitas no território brasileiro fossem organizados em dois comissariados um no Rio de Janeiro e outro conhecido como Bahia-Pernambuco. Esses comissariados passaram a ser denominada

de províncias em 1720, Atualmente, uma das Ordens Terceira do Carmo do Rio de Janeiro pertence a província de Holanda, outras províncias brasileiras foram assumidas por províncias européias, com o intuito de reorganizar a Ordem do Carmo.

No período colonial cabia aos religiosos (MACHADO, 2003, p. 15)

A assistência aos colonos, a educação das crianças. A pacificação dos grupos indígenas mais próximos aos agrupamentos portugueses e simultaneamente conquistar-lhes a alma para o catolicismo fazendo-os súditos cristãos do rei português.

A convenção dos indígenas não foi uma tarefa fácil para qualquer ordem religiosa, mesmo se tendo vários recursos para persuasão. Uma bula papal do ano de 1537 creditando ao índio a capacidade de ser catequizado veio complicar mais a ação de catequese, pois, a partir desse momento os indígenas não poderiam mais ser usados como mão-de-obra escrava, o que trouxe como consequência o litígio entre colonos e religiosos. Já que muitos colonos portugueses tinham índios como escravos.

A igreja (como instituição) no Brasil sempre foi parceira do Estado (especialmente no Brasil Colônia e no Brasil Império), seja na conquista e manutenção de territórios ou na manutenção da ordem vigente. Tanto que um sermão de um frei carmelita contra as características do patriarcado do Brasil Império causou um grande problema para a Ordem. Apesar do sermão não conter “*qualquer contestação à ordem vigente*”. (op. cit., 2003, p. 109), mas critica o comportamento da classe dominante brasileira. A fidelidade do clero ao Estado brasileiro pode ser visto nos sermões e atitudes da igreja, o que não podia ser diferente, pois, era a religião oficial do Brasil. Fato este que, por um lado, trazia privilégios, por outro, exigia compactação com o *establishment*.

Uma das críticas, do sermão citado acima, era sobre o comportamento promiscuo da classe dominante em relação aos seus escravos,

fato este bastante comum, tanto que Alfred Wallace (1979, p. 110) cita que “*e bem provável que não existia uma única pessoa dentre as nascidas no local de sangue inteiramente europeu, tão considerável foi a miscigenação entre portugueses e índios*”, mesmo dando um desconto a visão preconceituosa que Wallace tinha dos portugueses e brasileiros, o fato é que tal relação era fato corriqueiro. Portanto qualquer crítica ao poder dominante por mais suave que fosse gerava um grande problema para a Igreja.

Com a instalação da República, a igreja deixa de ser a religião oficial, os privilégios, das épocas colonial e imperial são perdidos. Esta separação causa, em um primeiro momento, uma reação contrária da igreja a nova situação, como pode ser percebido no documento de 1890 denominado Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, e assim analisado por Machado (2003, p. 130).

O documento critica o decreto do Governo Provisório da República que estabeleceu a separação entre Igreja e Estado, instaura a liberdade de culto e equipara a igreja Católica às demais igrejas; e delineia o comportamento a ser adotado pelos católicos em face a esses fatos consumados pelo decreto.

O item deste documento que demonstra o poder da Igreja no Brasil Colônia surge quando a Igreja reclama os privilégios perdidos e pedindo sua restauração baseada nos serviços prestados durante o período colonial. Primeiro os Jesuítas, depois outras Ordens foram fundamentais na fixação do território na época do Brasil Colônia.

As relações das ordens terceiras no Brasil, não foram tranquilas, em Itu tem-se um bom exemplo dos atritos surgidos entre as ordens eretas no Brasil. Por concessão do Reino a Ordem Terceira de São Francisco fundou nesta cidade uma filial da ordem com algumas regalias e quando a Ordem Terceira do Carmo entrou em Itu, os irmãos da Ordem Terceira Franciscana resolveram lutar pelas concessões oferecidas e entre essas regalias estava o monopólio das práticas eclesiais.

No nordeste brasileiro a Ordem do Carmo esteve presente nas principais cidades desde o Brasil Colônia, da Bahia até o Piauí. Na capital do estado da Paraíba, a cidade de João Pessoa, teve uma igreja erguida no final do século XVI. Este monumento religioso detém a partir do séc. XVII, em painéis feitos com azulejos portugueses trechos da história da ordem terceira do Carmo. Essa igreja recebeu uma intervenção em 1992 com a participação do IPHAN e da Ordem Terceira do Carmo. Os serviços de restauração concentraram-se na capela-mor, nave central e galilé, fora da estrutura do edifício foram restaurados as ferragens, os bancos e esquadrias e a restauração das pinturas decorativas.

A América portuguesa foi bastante influenciados pela obra do frade José de Jesus Maria, intitulada Tesouro Carmelitano, como pode ser verificado pela venda de edições deste livro na Ordem do Carmo do Rio de Janeiro. Martins (2001, p. 63) cita a venda de diversos exemplares entre os anos de 1758 e 1810, mas ressalta que pelo valor monetário, deve-se tratar de uma obra homônima, publicada na colônia e mais condensada que a publicada em Portugal.

No Brasil a Ordem do Carmo se estabeleceu em todo o território luso-brasileiro, existem importantes centros dessa Ordem em São Paulo, Ouro Preto, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e todas as cidades ou vilas importantes na época do Brasil Colônia. Qualquer cidade brasileira que indicasse um desenvolvimento econômico era suficiente para o estabelecimento de uma Ordem religiosa, inclusive a do Carmo.

No Estado do Maranhão, quando o povoamento se processa através dos índios, no local onde hoje está o município de Alcântara, existia uma grande aldeia dos índios tupinambás, cujo nome era Tapuytaperá, e que por sua vez tinham - na conquistado dos índios tapuios. Assim é que, fundada São Luís, as primeiras correspondências trocadas entre os franceses, já faziam referências a Tapuytaperá.

De Alcântara partiram expedições francesas em direção aos rios Amazonas e Tocantins, e bem mais tarde acontece, a colaboração direta dos índios em favor dos franceses, quando a batalha firmada com os portugueses na conquista de São Luís.. Em 1651 foi construído o convento dos Mercedários e dos Carmelitas. Em 1716 os padres jesuítas fundaram um colégio.

Alcântara era considerada um grande centro de produção e devido a sua proximidade com São Luís era responsável pelo abastecimento da capital de vários produtos, principalmente de sal. A necessidade de produzir cada vez mais e a incapacidade de ter os índios como escravos (Bula papal de 537), colaborou para que fossem levados um grande número de negros para Alcântara, transformando-a em um grande centro de escravidão.

No atual Estado do Tocantins tem uma cidade chamada Monte do Carmo, arraial fundado em 1741 com o nome de Nossa Senhora do Carmo, o motivo para a criação do arraial foi a descoberta do ouro na região. A Coroa Portuguesa enviou um representante para garantir os seus lucros e os interesses da igreja. Os Xerentes sempre revoltosos foram exterminados, por estarem sempre atacando o arraial do Carmo e os que iam garimpar o ouro. A Igreja de Nossa Senhora do Carmo, uma construção de 1801 que está ligada à própria história da cidade e tem ao seu redor casas antigas (conforme, o padrão luso-brasileiro de ocupação).

Mais um dado para revelar a relação estreita entre Igreja e Estado, no Brasil Império. pode ser vislumbrado na festa religiosa no município de Monte Carmelo, onde as figuras do imperador e da imperatriz se fazem presente.

Ouro Preto (MG), antigo arraial de Vila Rica, é outra cidade com forte presença da Ordem do Carmo. Não por acaso, a devoção a Nossa Senhora do Carmo desde o ano de 1747 é uma realidade. Com a fundação da Ordem do Carmo em 1751 (na realidade não é a fundação da Ordem e, sim é o

ano em que Roma autoriza que a Ordem de Vila Rica torna-se uma irmandade autônoma), esta devoção se consolidou. Foi em sua homenagem que diversos artistas produziram obras que, atualmente, formão o riquíssimo patrimônio cultural brasileiro e, em especial, o mineiro. E, que ainda hoje pode ser visto na Igreja do Carmo. A majestosa igreja do Carmo foi construída no mesmo local onde existia a modesta capela de Santa Quitéria que serviu de templo para os carmelitas. A capela e, posteriormente à igreja do Carmo está localizada em um terreno, na época afastado de Ouro Preto. Atualmente, a igreja do Carmo está no centro de Ouro Preto, graças a expansão da cidade.

Mas, como a capela pertencia à outra Irmandade a Ordem do Carmo, assim que resolveu a construção da nova igreja (LOPES, 1942, p. 13)

procurou logo a Ordem entrar em acordo com a Irmandade de Santa Quitéria, no sentido de obter o terreno ocupado pela primitiva capela.

Em virtude disso, compareceu a mesa o Procurador da referida Irmandade e apresentou as condições impostas pela a mesma.

Ainda em Minas gerais, a Ordem do Carmo surge nas principais cidades, como, na cidade de São João Del Rey onde a igreja de Nossa Senhora do Carmo foi construída sob a estética barroca. No ano de 2002, em Belo Horizonte, diversas filiais da Ordem Terceira se reuniram para comemorar o aniversário da Bula Cum Nulla. Esta reunião contou com as ordens de Juiz de fora, Mariana e Belo Horizonte.

O Estado da Bahia, mais especificamente, Salvador foi cenário de intensa atividade política e religiosa, nos primeiros séculos da conquista européia, particularmente, de Portugal. Neste clima, não podia deixar de estar presente a Ordem do Carmo. Tendo na Igreja barroca da Venerável Ordem Terceira do Carmo, construída em 1708, um bom exemplo da presença carmelita na Bahia.

No Rio de Janeiro, existem duas filiais da Ordem Terceira do Carmo, uma vinculada a Arquidiocese e outra, conhecida como Convento da Ordem Terceira do Carmo da Lapa, teve sua origem quando da expulsão dos Capuchinhos do Brasil pelo Marques de Pombal e por ordem imperial os Terceiros Carmelitas da Lapa herdaram seus bens. Porém é a outra filial, também situada no centro da cidade do Rio de Janeiro, que contém hospital, um dos mais conceituados da cidade, além de outras instituições sendo a mais conhecida. E foi o próprio Marquês de Pombal que proibiu a entrada de brasileiros em qualquer ordem religiosa, chegando quase a extingui-las. Em Pernambuco passou a existir um só convento e que contava com quatro membros bem idosos.

Como se pode observar a Ordem do Carmo, desde o século XVI, estava presente no território brasileiro e sempre teve filial nas principais cidades de cada época. Por pertencer à religião oficial do Brasil, até a proclamação da República, promoveu facilidades a Ordem do Carmo para se fixar nas principais cidades brasileiras e em contrapartida, a Ordem até na catequese estava a serviço do Estado

3.3 OS CARMELITAS NO AMAZONAS

Na ocupação do Amazonas foram utilizadas três frentes, uma delas era dos missionários (Jesuítas, Franciscanos, Mercedários e Carmelitas). Estes últimos substituíram os Jesuítas ao longo do curso dos rios Solimões e Negro, aliás, a sua presença já é relatada na segunda metade do século XVII no alto rio Negro (REIS, 1965; MARCOY, 2001). Essas ordens não tinham só a missão de catequizar os índios, mas tinham também a incumbência de proteger o território dos espanhóis e de quem se aventurasse pela Amazônia.

O comissariado de Portugal manteve sobre sua guarda a província carmelitana do Maranhão e foi de lá que partiram os responsáveis pelas

missões carmelitas nas regiões dos rios Negro e Solimões. A fundação de missões ou a ocupação de povoados criados pelos jesuítas foi um ato de grande empenho já que as regiões eram remotas e pouco habitada por europeus.

Vale ressaltar, que no séc. XVIII á aproximadamente 100 Km. de Manaus, a Ordem dos Mercedários com a ajuda de índios fundaram a cidade de Santo Elias do Jaú, que mais tarde, por ordem do marquês de Pombal, mudou o nome para Airão. Em 1728, o frei carmelita Matias São Boaventura fundou na vila de Mariuá a missão de Nossa Senhora de Mariuá. Esta vila, mais tarde, chamada de Barcelos foi a primeira capital da província de São José do Rio Negro. No início de 1696, os carmelitas chegaram à fortificação portuguesa erigida em 1695 com o nome de Fortaleza de São José do Rio Negro, fundaram nas cercanias do Fortim, uma capela pequena de palha, dedicando-a a Nossa Senhora da Conceição (uma tradicional devoção). Mas essa capela em fins do século XVIII seu estado de conservação era tão ruim que o comandante da fortaleza mandou destruir e construir outra, mas o governador da província Manuel de Gama Lobo D'Almada ordenou sua demolição, por ser muito simples, e a construção de uma nova igreja com padrões estéticos que se incendiaria no ao de 1850. O papel dos carmelitas na fundação do Lugar da Barra foi essencial ao vencer a resistência e desconfiança dos índios que habitavam o local.

4 A CATEDRAL METROPOLITANA DE MANAUS, IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Fig. 8 – Catedral Metropolitana de Manaus

Sítio	Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.
Localização	Praça XV de Novembro
Autorização – IPHAN	Nº 135 de 31.7.2002

4.1 LOCALIZAÇÃO¹⁹ E DESCRIÇÃO

Essa foi a primeira igreja construída na então Barra do São José do Rio Negro, demarcando o início do povoado junto com o forte, hoje destruído, mas tendo seus alicerces procurados por uma equipe de arqueologia que conta com a Dr^a Érika Marion Robranh-Gonzalez e Paulo Zannettini.

A atual Catedral Metropolitana de Manaus²⁰ está situada na parte central da cidade, sobre uma elevação entre os igarapés do Espírito Santo e da Ribeira (ambos aterrados) com sua fachada principal voltada para o rio Negro, que até hoje, é o principal portão de entrada da capital amazonense. Junto com o teatro Amazonas, a Catedral de Nossa Senhora da Conceição foi até a metade do século XX, um ponto de referência quando se alcançava Manaus através do rio Negro.

A praça XV de novembro em que está localizada a igreja, já recebeu diversos nomes como, Largo da Olaria, praça da Imperatriz, praça do comércio ou praça Osvaldo Cruz. De todos esses nomes o mais importante é ter sido denominado de largo da Olaria e este foi um dos primeiros nomes, ainda, no Brasil Colônia.

No modelo de ocupação luso-brasileiro o núcleo do povoamento ocorria entre a igreja e o forte. A primeira capela construída por missionários carmelitas era de barro com cobertura em palha e seguindo o padrão ela devia ter um espaço interior pequeno e possuir um alpendre para abrigarem viajantes. Apesar das capelas construídas a partir da segunda metade do século XVI já serem construídas com materiais mais resistentes, esta ainda foi em argila e palha, provavelmente pela abundância de madeira e argila.

¹⁹ Ver anexo 06.

²⁰ Ver figuras 4.1.

Atualmente, duas das principais avenidas da cidade margeiam a Catedral e seu jardim, são elas: as avenidas Eduardo Ribeiro e a Sete de setembro. A localização da capela carmelita que teria sido o núcleo original da Catedral Metropolitana de Manaus é um ponto de controvérsia, pois segundo alguns interessados pelo tema a capela Nossa Senhora da Conceição estava localizada mais a oeste da atual (Tenreiro Aranha dentre outros). Sobre o assunto Artur César F. Reis (REIS, 1999, p. 48) coloca:

A igreja da Nossa Senhora da Conceição ficava onde hoje é a praça 09 de novembro: do centro para a Demétrio ribeiro até o terreno baldio que dá fundos ao edifício Anglo Mexican. Pela descrição de Alexandre Ferreira Rodrigues, ..., tem se idéia do estado em que chegara. Aos reclamos gerais, tinham iniciado a reconstruí-la, mas sem gosto e cheia de defeitos. Lobo D'Almada não deixou continuar a monstruosidade. Pô-la abaixo, fazendo erguer outra, de melhor aspecto, conquanto ainda não se destaca pelo aspecto arquitetônico. Fê-la erguer no estilo dos templos jesuítico.

Aqui cabe uma ressalva, construir um templo jesuítico, significava erguer uma igreja arquitetonicamente simples, sem ornamentação e sem estilo artístico, como a descrita por Maw. Os templos jesuíticos seguiam uma planta única na forma de um quadrado.

Outras fontes, como a do padre José Maria Coelho confirma que o governador provincial Manoel de Gama Lobo D'Almada começou a erguer a nova igreja no mesmo local que a erguida pelos Carmelitas. A nova igreja começou a ser construída em 1791 e incendiada em 1850 e novamente erguida em 1858 sendo inaugurada em 1878, devido há vários problemas, como falta de mão de obra, carência de recursos financeiros e problemas com os materiais para a construção. (MESQUITA, 1991, p. 58-78). Outra fonte, Alexandre Rodrigues Ferreira que em 1787 viajou pelo rio Negro, relata que a nova igreja foi erguida no mesmo local que a anterior e cita que a capela carmelita foi demolida por estar em mau estado de conservação, portanto, a igreja citada por Alexandre Rodrigues Ferreira é a ereta pelos soldados da fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, pois afirma que o comandante

ainda esperava que a olaria aprontasse as telhas para finalizar a cobertura, além disso sua estada na Barra do Rio Negro foi anterior a do governador Manoel Gama Lobo D'Almada. Sobre a igreja Alexandre Rodrigues Ferreira (1972, p. 537) escreve que,

A parede do frontispício ainda não está de todo intijucada; a que serve a porta principal da igreja, foi a da sacristia antiga; dos conhecimentos das proporções a que tinha quem dirigiu a construção da nova igreja.

Sobre a localização da igreja, Alexandre Rodrigues Ferreira cita a igreja localizada entre as residências do vigário e a do comandante e esta em frente à casa do forno da olaria e o primeiro aterro, encontrado nos jardins da atual igreja, é composto de material argiloso, como será visto mais adiante. Mas essa não é uma discussão da arqueologia, pois, através dos seus métodos não há como precisar o local original de construção da capela Carmelita.

Em 1858, o Presidente da Província, Francisco José Furtado, autoriza o início da construção da igreja com a fixação da primeira pedra do atual templo. O prédio foi custeado diretamente pela província o Amazonas e o império brasileiro. E a tradicional falta de mão-de-obra e de material fez com que a igreja só fosse dada como terminada em 1877. Um ano após o lançamento da pedra fundamental índios eram capturados para trabalhar na construção.

A atual catedral Metropolitana de Manaus tem linhas neoclássicas desde sua fachada até o seu interior, foi construída a partir de uma capela do século XVII, recebendo acréscimo posteriores até chegar às dimensões atuais. A sua fachada principal contém uma escada de acesso com cinco degraus, frontões triangulares sobre a porta principal, as janelas e duas torres sineiras.

Ao longo dos anos a Catedral Metropolitana de Manaus sofreu inúmeras intervenções desde a fundação da capela pelos missionários

carmelitas próximo a fortaleza de São José do Rio Negro. No séc. XVIII, a capela levantada pelos carmelitas estava em ruínas, então, o comandante do forte lá localizado, por ordem da Junta Governativa da Província, iniciou a construção de uma nova capela, mas por ordem do novo Governador da Província Manoel Lobo D'Almada mandou demolir e construir uma igreja maior e com um estilo artístico. Essa igreja sofreria um incêndio que destruiu toda a sua estrutura. A partir de então a capela de nossa Senhora dos Remédios passou a receber os atos paroquiais, na medida em que ficou sendo o único templo da capital da província Em 1858. O presidente da Província Francisco José Furtado iniciou a construção da atual igreja com recursos da Província e com apoio do Império Brasileiro, inicialmente são erguidas as paredes da sacristia e da capela-mor. Em 1872 a capela-mor recebe cobertura, as naves são concluídas e se tem a construção de cimbalhas, alguns anos depois, chega de Lisboa (Portugal) o altar que ficará na capela-mor, assim como os três altares laterais todos feitos em pedra de Lioz. O batistério, a balaustrada que separa a capela-mor da nave central e um altar lateral foi feito de madeira. A nave central possui quatro púlpitos que eram acessados por uma pequena escada de madeira retirada posteriormente e, até hoje, não foi recolocada.

A planta²¹ da igreja é simétrica com duas entradas laterais, além da entrada principal. Dois retângulos de diferentes tamanhos representam a nave central e a capela-mor, esse espaço é dividido por um arco cruzeiro (que curiosamente ainda mantém o brasão imperial) e uma balaustrada, as duas sacristias são formada por um quadrado, o que faz a planta ter padrão neoclássico. A nave central tem o formato retangular é delimitada por colunas que apresentam base, fuste liso e capitel jônico, existem dois corredores laterais (passam a ser comuns em igrejas a partir da segunda metade do século XVII) que apresentam a extensão da nave e terminam acessando as duas sacristias (do lado leste e oeste). Esses corredores que faziam a ligação entre os espaços principais da igreja com os secundários possuem quatro altares secundários, sendo que dois deles devem pertencem ao século XVIII,

²¹ Ver anexo 07.

pois, foram feitos em mármore, mas nenhum desses altares está associado a nicho. As colunas que separam a nave central dos corredores laterais possuem arcos fazendo a ligação, sendo que as dimensões atuais são resultado de uma intervenção posterior à construção da igreja. Num primeiro momento o vão dos arcos era dividido por uma coluna, que foi retirada numa das reformas que sofreu a igreja. Ao longo dos anos a igreja passou por inúmeras reformas e alguns acréscimos, mas a sua planta não foi alterada em sua estrutura. Hoje, a planta da Catedral Metropolitana de Manaus, igreja Nossa Senhora da Conceição, é composta por: consistório, capela-mor, sacristias laterais, nave central, corredores laterais, batistério, galilé e torres sineiras. O segundo andar possui dois corredores, com colunas e arcos, que levam a uma galeria usada para o coro da igreja. Essa igreja foi inaugurada em 1877, ainda incompleta.

Uma análise da fachada frontal (séc. XX) irá demonstrar a harmonia e equilíbrio das linhas neoclássicas do edifício. Os principais elementos constitutivos da fachada principal²² são:

1. As torres com sineira e bulbo
2. Frontão, tímpano e medalhão
3. Cunhal
4. Guarda-corpo
5. Lesenha
6. Portada
7. sobreverga
8. Embasamento

As torres sineiras *“construídas no plano de fachada são características importantes da arquitetura luso-brasileira, visto que, nas igrejas italianas e também em algumas portuguesas, as torres são, geralmente,*

²² Ver anexo 07.

colocadas no fundo dos edifícios ou no plano posterior ao frontão” (CAMPIGLIA, p. 10).

O sistema construtivo é um dos mais importantes determinantes do partido arquitetônico. Os materiais de construção disponíveis irão influenciar no sistema construtivo. Na construção da Catedral Metropolitana de Manaus, Igreja Nossa Senhora da Conceição, até casco de tartaruga foi usado. Isso se trata da utilização de um elemento cultural dentro de um sistema, talvez, com o objetivo de substituir algum material indisponível no momento.

Em 1916 a Catedral Metropolitana de Manaus recebe uma intervenção para a ornamentação do edifício

Nesta reforma são feitos melhoramentos principalmente na Capela-mor (pinturas a óleo) e a nave central ganha piso de mosaicos, pinturas de barcos, havia nesse tempo apenas as capelas do Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora das Dores, foram instalados os altares nos corredores laterais ainda hoje existentes. Foram alargados os arcos laterais inferiores e superiores para clarear mais o edifício. (Notícias da Diocese)

Na realidade a paginação do piso mostra que o mosaico citado anteriormente situado na nave central é todo circundado por mármore, e que os corredores laterais são em ladrilho hidráulico, portanto é provável que esta reforma tenha produzido um crescimento nas laterais da igreja. Outra informação é o aumento da largura dos arcos laterais, fato comprovado pela arqueologia.

Fig. 9 – Catedral Metropolitana de Manaus nas primeiras décadas do século XX

Em 1945, a igreja recebeu uma nova reforma, também com o objetivo de ornamentação, só que agora a atenção estava voltada para a ornamentação do templo com o objetivo de aumentar os deveres cristãos de salvação das almas. Aproveitou-se este momento para pintar as paredes laterais do Altar-mor, da abóbada e do nicho dedicado a Nossa Senhora da Conceição.

Treze anos depois dessa reforma, a igreja voltou a ser alvo de outra reforma, agora para restaurar as pinturas tanto laterais como na capela-mor e a rescisão das instalações elétricas e hidráulicas e a instalação de um órgão para o coro da igreja.

No ano de 1975, a Catedral Metropolitana de Manaus recebeu

reparos nos telhados, as telhas de barro foram substituídas por telhas de amianto, pintura externa, as paredes ganharam a cor cinza, asfaltamento do entorno que cobriram antigas pedras de calçamento, as luminárias passaram a ser de lâmpadas fluorescentes, os átrios ganharam lajotas esmaltadas, compra de novo órgão,

*substituição do forro da Capela de Nossa Senhora das
Dores. (Jornal “A Notícia”)*

Em 1986 a Catedral Metropolitana de Manaus recebeu reparos generalizados desde o telhado, que voltou a ter a cobertura com telhas de barro, foram trocados os caibros e madeiras que sustentam o telhado, foi mudado o assoalho das laterais superiores, recebeu uma nova instalação elétrica e hidráulica, piso dos átrios com cimento galvanizado, pinturas das portas e janelas, reinstalação da mesa de comunhão à frente da Capela-mor, remoção das escadas do púlpito (não foram reinstaladas), renovação do forro dos corredores laterais, superiores e inferiores, mudança de todo o forro na nova central, pinturas das imagens dos anjos e santos, bem como dos altares laterais, houve reforma nas duas sacristias e também foram mudados os lustres da nave central, sacristias e corredores.

Em Manaus se tem duas igrejas que surgem em relatos desde o século XVII, são elas: a Igreja dos Remédios e a de Nossa Senhora da Conceição. Após a construção das duas igrejas citadas foi construída em 1867 a igreja de São Sebastião com planta em forma de cruz grega e sua fachada atual somado a planta dão um aspecto neoclássico, conforme citado no capítulo um.

A localização dessas igrejas informa muito sobre como ocorreu o crescimento da cidade e a importância delas em relação ao poder eclesiástico. Pois, as duas primeiras estão situadas de frente para o rio Negro, principal portão de entrada da cidade, enquanto a de São Sebastião além de ser construída longe do rio não é visível para quem cega à cidade.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As abordagens teóricas dentro da arqueologia brasileira freqüentemente estão implícitos nos discursos, nos procedimentos metodológicos e nos artigos. Para South (1977) existe uma dependência entre método e teoria arqueológica. Segundo Funari (1999, p. 213-217) revelar as teorias que sustentam os trabalhos arqueológicos não é uma tarefa fácil, principalmente se levar em conta à diversidade teórica existente na arqueologia moderna. Explicitar a teoria arqueológica pode ajudar no desenvolvimento da arqueologia brasileira, pois, deve-se refletir sobre ela para poder mudá-la. Mas, para ser positivo, explicitar a teoria é necessário que o arqueólogo tenha, no mínimo, um bom conhecimento sobre as teorias mais utilizadas.

(In) Felizmente, a defasada lei 3.924/61²³ em nenhum momento se refere aos bens arqueológicos históricos, o que dificulta o trabalho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – e dos arqueólogos. Causando inclusive um sério transtorno, pois, como se responderá a seguinte pergunta: Qual a legislação brasileira que define um recurso arqueológico histórico?

O documento que mais se aproxima é o gerado no 1º seminário Brasileiro para a preservação e Revitalização de Centros Históricos²⁴, realizado na cidade de Petrópolis no ano de 1987, especialmente quando entende que um sítio histórico urbano é um espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Sítio histórico urbano é definido neste documento como sendo

Parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída assim como a vivência dos seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo aos novos espaços urbanos ser

²³ Ver anexo 01.

²⁴ Ver anexo 02.

entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação.

Ainda segundo este documento, a cidade deve ser entendida como uma forma de expressão cultural, logo todo espaço urbano é resultado de um processo de produção social, portanto, todo o edifício deve ser exaustivamente estudado sob o ponto de vista sócio-cultural.

A abordagem proposta leva em consideração que o sítio arqueológico urbano, a Catedral Metropolitana de Manaus, igreja Nossa Senhora da Conceição, faz parte de um contexto cultural maior construído com a sociedade manauense, mas respeitando o modelo de colonização português para a América.

Como o registro escrito tem bastante importância na Arqueologia Histórica, por isso, que os dados escritos e até orais não foram desprezados e podem ser divididos em cinco grupos: a cartografia, os documentos iconográficos, os escritos dos viajantes e cronistas, os relatórios dos governadores da província e os livros, artigos sobre Manaus e a Catedral Metropolitana. Sobre a iconografia, vale ressaltar que existe na Biblioteca Nacional uma aquarela de Franz Keller que retrata a atual igreja em construção.

A quantidade de informações necessárias para realizar um estudo arqueológico de qualidade na Catedral Metropolitana de Manaus, exigiu uma diversidade de conhecimentos que somente tendo a participação de outras ciências tornaria possível realizar uma pesquisa arqueológica que evidenciasse algo relevante. A título de ilustração, a contribuição de arquitetos, engenheiros e historiadores foram fundamentais quando se trabalhou no edifício, a participação de um geólogo e de um geógrafo colaborou de maneira efetiva quando a pesquisa estava direcionada para os jardins que ficam no entorno da catedral. A participação de um cadista proporcionou a realização de plantas, tanto nas etapas de campo como na de laboratório apresentando, por exemplo,

como ocorreu o desenvolvimento do prédio (algumas dessas plantas constam do anexo 07).

Sem o projeto de construção e com dados incompletos sobre a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, fez necessário levantar todos os elementos a fim de estabelecer um mínimo de critério ao estudo. Portanto, a abordagem metodológica proposta leva em consideração que o sítio arqueológico urbano, a catedral Metropolitana de Manaus, Igreja Nossa Senhora da Conceição, teve que ser estudada considerando uma série de dados históricos, de engenharia, de arquitetura dentre outros, que fazem desta pesquisa realmente inter e transdisciplinar.

Como a Catedral foi vista como um resultado de diversos fatores que influenciaram na sua localização, na organização dos espaços arquitetônicos, no estilo artístico usado influenciando, inclusive no desenvolvimento da malha urbana de Manaus. Essa multiplicidade de ponto de vista permite, no mínimo, suspeitar da abordagem teórica utilizada nesta pesquisa, Pois, como afirma Najjar (2001, p. 88) a perspectiva teórica adotada irá depender de como o pesquisador observa o objeto a ser estudado.

A pesquisa arqueológica na Catedral Metropolitana de Manaus, foi elaborada com o objetivo de atender uma solicitação da SEC, para encontrar restos materiais de culturas pré-coloniais. Então foi realizada uma visita ao local onde foi percebida a impossibilidade de encontrar tais vestígios, mas ficou evidenciado que seria possível realizar um trabalho que do ponto de vista da arqueologia se estabeleceria o crescimento dos espaços da igreja e, conseqüentemente, sua evolução cronológica.

Dentro dessa abordagem foi realizada prospecção nas paredes, objetivando com isto perceber os diversos momentos da construção da igreja pela identificação de diferentes sistemas construtivos. Comprovando a Antigüidade da parede da sacristia oeste (provavelmente a última a ser

construída) foi aberto um corte na tentativa de evidenciar alguma estrutura arquitetônica sob o solo atual. Numa outra etapa da pesquisa arqueológica ficou concentrada no terreno ao redor da igreja, com o objetivo de tentar estabelecer as atividades que se desenvolveram no entorno da igreja, mesmo sendo sabedor pelos documentos históricos que houve vários aterros neste entorno, mas acreditava-se que o último aterro apresentaria materiais de uma atividade no local.

Em 1885, o entorno da igreja Nossa Senhora da Conceição ainda não havia recebido nenhum ajardinamento. O primeiro processo de ajardinamento do entorno da catedral foi realizado no governo Eduardo Ribeiro, com o aterro definitivo do Igarapé do Espírito Santo, as obras duraram de 1894 até 1896. Mas este aterro não foi encontrado.

Fig. 10 – Escavação de um corte nos jardins da Catedral Metropolitana de Manaus

Toda área da Catedral (edifício e jardins) obedeceu a um superquadriculamento de 20 x 20 metros subdivididos em quadrículas de 2 x 2 metros e se fosse necessário seriam subdivididos em cortes de 1X1 m. e foram

escavados em níveis artificiais de 10 centímetros, que eventualmente, poderiam ser aumentados ou diminuídos conforme a estratigrafia ou o surgimento de estruturas arquitetônicas ou arqueológicas. Todo o sedimento retirado dos cortes realizado nos jardins da igreja foi peneirado em peneiras com tamanho de malha variado, em razão do tipo de sedimento, alguns níveis só poderiam ser peneirados em peneira de malha grande e, as vezes, as próprias mãos eram usadas para desfazer os blocos de sedimento.

O material recolhido foi limpo e catalogado para posterior análise, ficando sob guarda do laboratório de arqueologia da Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto do Estado do Amazonas, inicialmente instalado no prédio do antigo Centro de Artes Chaminé, localizado no centro de Manaus. Posteriormente o laboratório foi transferido para o antigo prédio da Secretaria de Justiça, também no centro de Manaus, onde funcionava um depósito do material arqueológico proveniente da equipe de arqueologia que procurava as fundações do forte de São José do Rio Negro.

Essa mudança paralisou por alguns dias a análise do material que estava sendo realizado. Esta paralisação ocorreu em virtude da grande quantidade de material arqueológico retirado dos aterros e, em função, da necessária re-arrumação do novo local. Apesar da estrutura física do centro de artes Chaminé ser muito boa, contando com um grande salão onde era depositado o material não analisado diversas salas onde funcionava o laboratório, uma para reunião e outra para escritório, isso apenas no primeiro piso. O centro deixava muito a desejar em termos de segurança e acessibilidade. O novo prédio apesar de menor era de acesso mais fácil e total segurança.

Este programa de arqueologia, como já foi colocado anteriormente, tem como hipótese de trabalho compreender o desenvolvimento pela qual passou a Catedral Metropolitana de Manaus, mas é claro, que ao estudar um edifício, estar-se-á analisando mesmo que superficialmente o uso e a

transformação do espaço urbano. Como a análise é em um dos prédios mais importantes dentro da malha urbana das cidades do ocidente, principalmente, dos séculos XVI a XIX e como a ocupação colonial luso-brasileira ocorreu sempre entre o poder religioso e o poder militar, um programa de arqueologia na Catedral Metropolitana de Manaus e, por sinal, a mais antiga igreja da cidade pode contribuir para o esclarecimento de como ocorreu o crescimento de Manaus.

Mas, tratando-se de uma igreja, o uso e a transformação do espaço arquitetônico é bastante restrito. Pois, ao longo dos séculos mudou o estilo da arquitetura, mas o uso e os espaços continuaram sem mudança. Por exemplo, a nave central de uma igreja gótica tem o mesmo uso que de uma igreja moderna, porém, o estilo arquiteto é muito diferente. A transformação do espaço se restringe ao estilo e ao tamanho do edifício. Por exemplo, os espaços de uma basílica serão sempre maiores do que de uma igreja.

O que o trabalho na Catedral Metropolitana de Manaus não pode ser entendido como sendo a aplicação de métodos e técnicas arqueológicas num estudo histórico. Neste programa em não se compreendeu a arqueologia como uma disciplina auxiliar da História, apesar da arqueologia utilizar-se de dados históricos. E no caso da Catedral ter havido algumas escavações para confirmar o que já estava descrito em livros ou documentado iconograficamente. Mas tal procedimento ocorreu por dois motivos: manter a equipe em atividade, enquanto preparava um outro local para ser pesquisado e por intervenção política, não era possível manter um grande número de pessoas sem atividade e havia uma cobrança para encontrar algo relevante.

O trabalho também não pode ser entendido como sendo arqueologia urbana, pois, não se estuda um bairro, uma vila, uma cidadela ou mesmo cidade, nem mesmo o desenvolvimento da malha urbana de uma dessas unidades citadas, e claro que estudando a igreja mais importante da cidade,

informações sobre a malha urbana apareceram, mas uma arqueologia urbana seria nas palavras de Andrade Lima (1989, p. 89):

analisar o uso e a transformação do espaço através do tempo nas cidades, por meio de evidências arqueológicas, porquanto elas definem os limites espaciais das atividades e da distribuição dos artefatos, lidando também, por conseguinte, com sociedades complexas.

É evidente que o estudo da Catedral Metropolitana de Manaus, não tinha como objetivo nem seria capaz de estabelecer os limites da cidade e só poderia se deter aos séculos XVII até a primeira metade do XX. Como um dos aterros foi identificado o local de onde vinha o material que até a primeira metade do século passado a cidade acabaria onde hoje está localizado o mais importante instituto de pesquisa da Amazônia, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA²⁵.

4.2.1 Arqueologia da Catedral

A pesquisa arqueológica de campo na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – Catedral Metropolitana de Manaus apresentou algumas peculiaridades no sentido em que os trabalhos arqueológicos iniciaram quando a reforma e restauração da igreja estavam em fase adiantada, com isso, a solução para alguns problemas só poderiam ser resolvidos com a promoção de ajustes nos procedimentos metodológicos. Por exemplo, estava prevista abertura de uma trincheira na parte inferior do jardim leste da catedral, o que não foi possível, em função das obras que ocorriam no local, então, optou-se por abrir quadrículas na parte superior do mesmo, onde as obras civis começariam num momento posterior.

²⁵ Ver anexo 07.

Fig. 11 – Trabalho para instalação das sub-estações que ocorreu após a pesquisa arqueológica

Das duas sacristias da igreja somente a do lado oeste foi liberada para a pesquisa arqueológica tanto em relação à escavação do solo quanto a prospecções nas paredes. A outra sacristia funcionava como escritório da empresa que realizava a reforma da igreja e como sala de reunião dos participantes das obras (restauradores, arquitetos e engenheiros).

Um outro problema que prejudicou o desenvolvimento dos trabalhos foi o fato de que os jardins são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Manaus, enquanto que o edifício pertence ao governo estadual. Todo o processo desde a criação do sub-projeto até o pedido de autorização ao IPHAN foi conduzido sem anuência da prefeitura e esta proibiu os trabalhos arqueológicos nas áreas onde a prefeitura já tinha realizado o projeto de ajardinamento, tal fato deve ter ocorrido em função do prazo estipulado pelo governo estadual para re-inauguração do edifício. De qualquer forma o caso foi levado ao conhecimento do IPHAN que garantiu a pesquisa dando, se necessário, garantias policias á equipe, só que isto causaria um atrito entre o

Estado e a Prefeitura, podendo prejudicar o prosseguimento do trabalho arqueológico. Felizmente os órgãos chegaram a um acordo e a pesquisa pode prosseguir sem a necessidade de atitudes drásticas.

A arqueologia na catedral, também provocou um questionamento em relação à importância do papel da arqueologia, por exemplo, era comum encontrar operários da empresa responsável pela reforma observarem as descobertas arqueológicas, principalmente, a diferença entre os sistemas construtivos encontrados na parede da sacristia. Evidência por eles já constatada, mas desprezada. Depois dessa pesquisa a arqueologia passou a ser vista com uma área que pode oferecer subsídios ao trabalho em edifícios antigos.

Durante toda a pesquisa de campo ou laboratório, freqüentemente os arqueólogos eram questionados sobre certos procedimentos. Todos que participaram da pesquisa queriam saber sobre os detalhes da cada intervenção, o motivo pelo qual se estava fazendo determinado trabalho. A seriedade com a qual levavam o trabalho arqueológico na catedral direcionou para os questionamentos, assim como, permitiu um bom aproveitamento dos dados levantados.

Mesmo se tratando de um programa de arqueologia histórica, o trabalho na catedral despertou entre os alunos que fizeram parte do programa um gosto, inclusive, pela arqueologia pré-colonial a ponto de se ter que definir uma equipe voltada para verificar as informações sobre sítios arqueológicos ou simples localização de algum artefato indígena.

Com o trabalho de laboratório no Centro de Artes Chaminé, um grande número de pessoas vieram comunicar o achado de cerâmica indígena ou mesmo a localização de um sítio arqueológico e o número de pessoas dispostas a confirmarem a informação era imenso, se houvesse a complacência da coordenação a pesquisa histórica pararia.

Fig. 12 – Vários períodos da Catedral Metropolitana de Manaus

A figura acima que mostra diversos momentos pelo qual passou a catedral deixa claro que o prédio, apesar das inúmeras reformas não sofreu importantes alterações. Já o seu entorno foi profundamente alterado, o declive, hoje, bastante acentuado no lado leste da igreja, não o era no século passado. Assim como o acesso ao rio Negro era bastante suave diferente de hoje que é bem marcado. O cruzeiro que aparece na fotografia do lado esquerdo não existe mais.

4.2.1.1 O Entorno da Catedral

O primeiro procedimento realizado nos jardins da igreja foi à limpeza do local que, inicialmente, ficou concentrada no setor leste com ênfase nos locais escolhidos para serem escavados, esse trabalho consistiu na retirada da grama e do material encontrado na superfície, que era basicamente composto

por refugo resultante da reforma e restauração da igreja e de objetos que retratavam a atividade social no entorno da igreja.

A escavação de ambos os setores do sítio só veio confirmar o que já era conhecido, todo o entorno da catedral era composto por diversos aterros. O primeiro aterro, o mais profundo deve ter tido a função de proteger o prédio de enchentes. Mas, como esse aterro era composto por tijolos, telhas e material argiloso, provavelmente, este aterro foi realizado ainda na época em que funcionava uma olaria no local. A disposição aleatória do material permite deduzir que este aterro não foi realizado para facilitar o acesso à olaria de quem viesse do lado leste.

Em termos gerais, e conforme relatório enviado ao IPHAN, o material arqueológico recuperado, no decorrer das escavações constitui-se de 3.000 (três mil) sacos pesando em média 15 kg cada, dos quais 590 (quinhentos e noventa) foram separados por tipo, lavados e marcados. Aos mais de 3.000 (três mil) sacos, soma-se o material selecionado em campo (grande parte analisada) e o proveniente da quadra 51²⁶.

O material resgatado e proveniente do aterro sanitário era composto por fragmentos de louça simples e decorada, das quais 1243 devidamente analisadas. Demonstrando uma variedade de decoração, como, por exemplo: decoração geométrica; com motivos florais; floral-geométrica; alto-relevo; com decoração composta (com mais de um motivo) e coloridas; além destes fragmentos, somam-se 5 garrafas de louça intactas ou parcialmente; recipientes para líquido em vidro, perfazendo um total de 1752 exemplares de diferentes tipos.

²⁶ Ver anexo 07.

Fig. 13 – Material no depósito no Centro de Artes Chaminé

Metais de diferentes tipos foram arrolados nesta categoria: ferro, ouro, prata, cobre, ágata (esmaltados), dos quais foram separados apenas os inclusos na subcategoria numismática, com 117 moedas no total.

As evidências biológicas foram distribuídas nas subcategorias: querato-osteo-odonto-malacológico; na sub-categoria, osteo, não tratados, se tem uma grande quantidade de ossos humanos e de animais; além de um casco de tartaruga amazônico; na sub-categoria, odonto, dentes humanos e de animais foram coletados; e na sub-categoria malacológico: se tem um exemplar de carapaça de gastrópode marinho com cerca de 6 cm e 21,5kg de carapaças de bivalves também marinhos. Além dos inclusos nesta macro-categoria, tem-se ainda um fóssil possivelmente da Formação Pirabas (aproximadamente 25 milhões de anos) e 20 ninhos de vespa do gênero *Triplexylon* (Insecta: Hymenoptera: Sphecidae), cujo um dos exemplares foi analisado pela Curadoria de Invertebrados do Museu Paraense Emílio Goeldi.

A estratigrafia²⁷ do sítio do lado leste era composta por três camadas de aterro. A primeira camada tinha 20 cm de profundidade no corte “B” quadra 51 do sítio e estava apoiada sobre uma camada de pedras (seixos arredados e não trabalhados) seguido de uma fina lâmina de areia. Depois disto até 1,35 m. solo apresentou grande quantidade de material proveniente do aterro sanitário que foi usado no local. A partir de então surgiu uma área de descarte de material de construção, especialmente tijolos queimados em forno. Na parte superior do corte, o solo permaneceu escuro e na profundidade acima referida, encontraram-se diversos ossos e fragmentos de carvão, o que leva a concluir que se trata de uma lixeira residencial.

A espessura da camada dependerá sempre do corte e da parede examinada, como se trata de uma área em declive e bastante acentuada na parte leste do sítio e com uma suave depressão no setor oeste. A leitura da estratigrafia do sítio é muito diferente de um setor para o outro, inclusive no setor oeste não são perceptíveis as três camadas citadas anteriormente.

Referentes à quadra 51, procedeu-se à escavação das quadrículas 73/72/63/62, em níveis artificiais de 10cm, a exemplo da técnica utilizada no interior da Igreja. Em razão deste corte possuir 8m², decidiu-se manter paredes divisórias, em forma de cruz, denominando-se cada um dos cortes com letras. A partir daí, procurou-se descer a escavação de cada corte, com 10cm de diferença entre eles. No terceiro dia, os cortes foram igualados no nível 90/100, já na camada de latossolo, a partir do nível 100, permaneceu estéril.

²⁷ Ver anexo 08.

Fig. 14 – Um corte no setor oeste dos jardins da Catedral

Ainda segundo relatório técnico do subprojeto de arqueologia entregue ao IPHAN, na ala oeste se abriu um corte no trecho final, localizado na quadra: 71, quadrícula 22, o qual revelou um piso de cimento na profundidade de 50 cm. Por conta disto, decidiu-se por ampliar a escavação. E com base no levantamento histórico, verificou-se de que se tratava do chafariz que lá existia no início do século XX.

Outra quadra escavada foi a de número 93, nesta quadra é que foi encontrado o casco de tartaruga. Na realidade a pesquisa na quadra 93 só foi possível, em virtude, do trabalho promovido pela empresa de engenharia, para a colocação da tubulação do ar-condicionado e que alertou a equipe de arqueologia sobre o achado do casco de tartaruga, imediatamente foram deslocado membros da equipe que iniciaram os trabalhos de arqueologia. Portanto. O achado do casco de tartaruga foi feito por operários da empresa e. por isso, não pode ser devidamente documentado.

Mas, esse achado em nada iria contribuir no estudo cronológico da edificação, pois, até o século XIX era comum utilizar casco de tartaruga em construções em Manaus.

Na central de ar-condicionado, só foi possível coletar o material cultural contido no sedimento colocado ao lado da obra civil. Já nas subestações, foi possível intervir e proceder à escavação de parte dos jardins e os cortes realizados mais tarde seriam usados para a implantação das duas subestações de ar-condicionado.

Importante ressaltar que, após a abertura do corte na quadra 71 a equipe teve que paralisar a pesquisa de campo, apesar do trabalho não ter sido dado por encerrado. Mesmo assim, não houve o abandono do sítio e se manteve sempre dois de seus membros acompanhando e registrando os trabalhos civis ali realizados, bem como, coletando material e fragmentos da Igreja que serviriam para compor o sub-projeto “Catedral em Pedacos” e do “Projeto Integrado de Aproveitamento Turístico e Resgate da Memória Cultural da Catedral de Manaus”, os quais estão expostos na sacristia oeste, local escolhido para sediar o núcleo inicial do Museu da Arquidiocese de Manaus.

Por fim, ressalta-se que a equipe toda se revezava nas atividades de escavação, peneiragem, seleção, etiquetamento e ensacamento, além de quantificar e registrar o material descartado em campo e elaboração dos croquis da estratigrafia do corte.

As escavações realizadas nos jardins da catedral, apesar de não trazer elementos sobre o edifício, foi de fundamental importância por que contribuiu decisivamente na sensibilização do corpo de operários e dos visitantes que iam ao local.

4.2.1.2 A Edificação

Em relação ao edifício, o trabalho arqueológico empregado consistiu em realizar uma prospecção em uma das paredes da sacristia oeste, usando o método estratigráfico inicialmente para evidenciar diferenças na técnica construtiva que demonstrassem a qual capela se tratava a que deu origem a atual catedral de Manaus ou a soma de outras construções. Como foi evidenciada uma diferença do sistema construtivo na altura da sacristia, resolveu-se retirar todo o reboco o que evidenciou novas estruturas. Posteriormente, foi realizada uma trincheira, no solo, no sentido leste – oeste que evidenciou uma estrutura que terminava junto à parede leste da sacristia. Na parte externa da igreja (na varanda) foi aberta uma trincheira orientada no sentido Norte-sul.

Na parede leste da sacristia oeste foi realizada uma prospecção com auxílio de uma maquita, num primeiro momento decidiu-se por abrir, somente, as seguintes quadrículas da quadra 84: parte da 07/17/27/37/47/57 e parte da 67²⁸.

Como esta prospecção revelou duas técnicas construtivas no erguimento da parede, indicando que a parede sofreu um acréscimo, posterior, na altura. Esta revelação fez com que fosse removido todo o reboco da parede. E, este procedimento revelou novas estruturas.

Alias informação esta, já descrita em relatórios provinciais consultados. Mas a confirmação deste dado é importante para se ter certeza de que igreja se está trabalhando da capela carmelita do século XVII, da construída por ordem do governador provincial Lobo D'Almada ou trata-se da construída após o incêndio ocorrida nesta última.

²⁸ Ver quadriculamento arqueológico no anexo07.

E a soma das informações, mais uma vez, vem confirmar que esta igreja é a do século XIX, ou seja, a construída após o incêndio na matriz erguida por ordem do governador provincial Manoel Gama Lobo D'Almada.

Fig. 15 – Prospecção com a maquita

Este procedimento, o da retirada de todo o reboco, evidenciou uma estrutura, inicialmente identificada como um arco (Fig. 16) encontrado um documento manuscrito do século XIX, uma garrafa com texto escrito pelo mestre de obras (Fig. 17). Na parte superior deste arco há, ainda, uma gravação da frente da igreja.

Ao examinar o arco, posteriormente, chegou-se a conclusão de que, na realidade, tratava-se de uma porta de acesso a antiga igreja que foi lacrada em um dos momentos de ampliação do edifício. Um pouco a esquerda dessa estrutura é que foi encontrado o alicerça da olaria, que inicialmente, por sua localização pensou-se tratar de parte de uma escada de acesso.

Fig. 16 – O arco encontrado e a diferença no sistema construtivo na parede

No solo foram escavados 16 quadras e 182 quadrículas que expuseram um alicerce na sacristia oeste, medindo 8,70m de comprimento, 1,40m de largura e 1,70m de altura (Fig. 18). Ao se fazer prospecções nos três arcos da nave central, setor oeste da igreja, no primeiro (próximo à capela-mor) encontrou-se a base da coluna central da estrutura antiga (24 arcos: 12 no piso térreo e 12 no piso superior, alargados em 1916, passando a 06 em vez de 12, em ambos os pisos), medindo 1,26m de comprimento, 0,94m de largura e 0,59 m de altura, no plano do alicerce. Os outros dois arcos escavados apresentaram a mesma situação, em função disto o primeiro arco foi coberto por uma chapa de vidro e, portanto está visível aos freqüentadores da igreja.

Nos arcos, o primeiro momento foi dedicado à remoção e conseqüente numeração das pedras do piso, posteriormente escavou-se em níveis artificiais arbitrários, de 10cm, até chegar ao alicerce das pilastras que sustentavam os arcos. A escavação nos arcos da nave central foi na quadra 73.

Fig. 17 – Garrafa com texto encontrado na sacristia

Em razão das dificuldades enfrentadas pela equipe de arqueologia frente às obras civis executadas e dos prazos para a re-inauguração da Catedral Metropolitana de Manaus, nem toda a igreja pode sofrer intervenções na estrutura arquitetônica. O que certamente trouxe prejuízos ao trabalho arqueológico. De qualquer maneira pode-se identificar que a olaria que existia no local, antes da construção da igreja foi destruída, mas ficou uma parte de seu alicerce enterrado, como já foi visto.

A impossibilidade de realizar prospecções na sacristia leste impossibilitou de se ter o tamanho exato do alicerce e com isto, se poderia se ter o tamanho da olaria, por conseguinte, presumir o tamanho de Manaus e a necessidade de material argiloso que ela demandava.

Fig. 18 – Estruturas encontradas na sacristia oeste

Após abertura destes cortes, resolveu-se abrir escavação na quadra 83, bem como um corte na varanda oeste da Igreja (Fig. 19), uma hipótese de onde seria a nave central da segunda igreja (neste momento ainda se acreditava que este era o local original de construção da capela carmelita).

A expansão da escavação no interior da Igreja foi na quadra 83 e quadrículas 72/62 parte da 60/61/50 a 54. A escavação da varanda oeste foi na

quadra: 73 e quadrículas: 70/71/60/61/50/51. Foram estas escavações que permitiram concluir que o lado oeste da Catedral foi construído em um momento posterior ao restante da igreja.

Fig. 19 – Corte na varanda oeste da igreja

5 CONCLUSÃO

Ao longo de todo o trabalho arqueológico foi sempre respeitado o uso do monumento, toda intervenção teve o cuidado de não interferir na função e uso do edifício, tanto que as estruturas encontradas foram alvo de intensa e profunda discussão sobre que deveria ficar exposto e como deveria sê-lo. O resultado final foi o resultado de um consenso entre o DPHT, a equipe de arqueologia e os demais envolvidos no trabalho na igreja.

E, seguindo o estabelecido na Norma de Quito (reunião realizada na cidade de Quito, no Equador, pela Organização dos Estados Americanos – OEA, em novembro/dezembro de 1967, sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico), resolveu-se retirar todo o reboco da parede oeste da sacristia para evidenciar uma parede e algumas estruturas do século XIX. Assim como, foi mantida uma pintura decorativa na capela-mor, que possivelmente, foi uma contribuição de um período posterior ao da construção da igreja.

Analizando a planta²⁹ da Igreja Nossa Senhora da Conceição, Catedral Metropolitana de Manaus, tanto a atual como a provável planta do século XIX, percebe-se que está dentro do padrão da arquitetura religiosa luso-brasileira. Apesar das inúmeras reformas a planta não foi descaracterizada. A capela-mor e a nave central não sofreram alterações significativas. As igrejas são construções que resistem aos processos de metropolização (LEMOS, 2003), talvez, esse tenha sido o motivo da não descaracterização do monumento, soma-se a isto o fato que este tipo de planta favorece acréscimos posteriores.

Apesar da Capela carmelita ter sido construída em material perecível a arqueologia encontrou evidências que indicam estarem corretas as afirmações de que a capela original estava localizada mais a oeste que a

²⁹ Ver anexo 07.

igreja. A arqueologia não pode ignorar algumas evidências ou dados históricos, que irão influenciar, inclusive, na interpretação dos dados levantados pela arqueologia. Aqui se está referindo exatamente ao alicerce encontrado na sacristia oeste, desde o momento em que foi encontrado se discutiu sobre o seu uso e função no prédio, chegando a conclusão de que aquela estrutura não fazia parte da igreja.

Na realidade, tal o número de informações que afirmam que a capela carmelita foi construída mais a oeste que a atual e o fato de Tenreiro Aranha ter sido um dos responsáveis pela construção da igreja atual, parece que toda a controvérsia sobre a localização da capela carmelita é mais fruto de uma interpretação do que foi escrito do que algum fato real. De qualquer maneira, a arqueologia encontrou elementos que colocam esta igreja como sendo construída no século XIX.

Como nos mapas antigos de Manaus indicam a existência de uma olaria no local da atual igreja e Alexandre Rodrigues cita que em frente ao porto existia uma olaria com pouca produção, concluiu-se que a estrutura encontrada era parte do alicerce daquele edifício.

A pesquisa arqueológica na Igreja Nossa Senhora da Conceição, evidenciou que se trata de uma igreja construída no século XIX, mas que sofreu inúmeras alterações tanto no século XIX como no XX. Entre as várias descobertas que surgiram durante o trabalho arqueológico, pode-se destacar o encontro de um alicerce na sacristia oeste. Somando com as informações históricas levantadas e com os mapas de 1852 e 1856³⁰ pode-se afirmar que o objeto encontrado era parte do alicerce da olaria que existia no local, pelo menos até 1848. Esse dado explica a estrutura encontrada no solo da sacristia, inclusive sua dimensão (espessura e profundidade). Portanto a atual igreja foi construída em 1858, ou seja, essa igreja é a construída após o incêndio que

³⁰ Ver anexo 05.

sinistrou a erguida por ordem do governador provincial Manoel da Gama Lobo D'Almada.

A localização da capela dada por Alexandre Rodrigues Ferreira é um pouco imprecisa, mas a localização da olaria e as informações de outros cronistas e viajantes que passaram por Manaus na época não deixam dúvida sobre a localização da capela carmelita construída no século XVII.

A provável planta do século XIX, citada acima e constante do anexo 07, foi confeccionada a partir das prospecções realizadas no edifício, mais a informação levantada e considerando-se o padrão luso-brasileiro de arquitetura religiosa. A soma dessas informações permitiu estabelecer como deveria ter sido a igreja original do século XIX. Como o lado leste do edifício não pode ser pesquisado, teve-se que se utilizar o padrão da arquitetura religiosa luso-brasileira onde surge a informação de que a sacristia leste era a primeira a ser construída, como não houve trabalhos que confirmasse esse dado, nem momento de construção da ala leste, esta foi indicada como sendo anterior a da sacristia oeste, mas sem precisar um momento para a sua construção, como pode ser visualizado na planta de evolução cronológica, presente no anexo 07.

Os achados na sacristia oeste e na varanda, também, contribuíram para acreditar que esta igreja seguiu o padrão já consagrado, pois, é vidente que este lado oeste da igreja fez parte de um acréscimo posterior a construção da igreja.

Outro elemento que indica o crescimento do edifício da igreja Nossa Senhora da Conceição é a incorporação de uma área, possivelmente um galilé ao interior da nave central. A colocação de novas colunas interferindo, inclusive, na paginação do piso, com a quebra de diversas lajotas para a construção das colunas.

A área da sacristia, vista como uma área secundária, geralmente, são espaços vistos sem grande interesse formal. E, assim continuaria sendo na Catedral Metropolitana de Manaus se não fossem descobertas as estruturas já mencionadas. Até então eram usadas como secretaria e assim continuaria. Hoje a sacristia oeste apresenta as estruturas encontradas pela arqueologia, algumas imagens de santo, uma cruz encontrada no sótão da igreja e algumas outras peças, trata-se de um embrião da proposta do Museu da Arquidiocese de Manaus.

Na Arqueologia Histórica a interpretação de aterros é muito importante e a análise dos aterros da Catedral Metropolitana de Manaus, vem confirmar que antes da igreja havia no local uma olaria, pois o primeiro aterro é composto de material argiloso, tijolos e telhas. Isto é mais um fato que vem colaborar no sentido de que a igreja atual é do século XIX, já que há referência desta olaria até metade do século acima referido.

Apesar do material cultural resgatado no aterro do meio ter vindo do lixão da cidade e, portanto, sem qualquer relação com o monumento pesquisado. Vários vidros foram, provisoriamente, analisados e para descobrir a função de alguns recipientes foram usadas à informação oral dos mais idosos, as funções de diversos vidros foi desta forma recuperados. Diversos recipientes de vidro e de louça não continham data não permitindo situá-la temporalmente. Por exemplo, foi encontrada uma garrafa de coca-cola, feita nos Estados Unidos, mais precisamente, na cidade de Nova York, em Manaus só foi possível descobrir que as primeiras garrafas vieram para o Brasil no período da II Guerra Mundial. Na maioria das louças encontradas apresentavam o mesmo problema, geralmente só estava estampada a sua procedência.

O Patrimônio Arqueológico, ou seja, os sítios e os materiais arqueológicos são importantes atrativos do Turismo Cultural. É freqüente ler algum texto sobre sítios arqueológicos relacionados com a atividade turística,

seja a arte rupestre, material cerâmico, estruturas de habitação ou funerárias (evidências indiretas) ou esqueletos (direta). A museologia tem um papel importante neste processo, na medida que musealiza os objetos arqueológicos. Foi partindo dessa premissa que foi pensado inserir objetos arqueológicos no Museu da Arquidiocese de Manaus, em funcionamento na sacristia oeste da igreja (núcleo inicial).

Essa iniciativa está fazendo os visitantes da igreja descobrirem a importância da arqueologia na descoberta do passado recente da cidade. Pode-se até dizer que a sacristia oeste da catedral está revelando uma nova igreja. Uma igreja não citada nos livros e relatórios provinciais da época.

A atual Catedral Metropolitana de Manaus, igreja Nossa Senhora da Conceição, foi construída sobre uma elevação entre os aterrados igarapés da Ribeira e do Espírito Santo. O primeiro aterro feito no período da igreja teve como objetivo facilitar o acesso dos fiéis pelo lado leste da igreja onde deveria existir a sacristia, aliás, é o que está descrito no relatório do Diretor da Repartição de Obras Públicas Lauro Bittencourt de 1867. Mas, já em 1864 encontrava-se concluída a parede oeste da capela-mor, como se pode perceber não há referência a uma sacristia, A única referência a sacristia nos relatórios diz respeito ao lado leste.

Os outros dois aterros só tiveram a função de trabalhar o paisagismo do local. É claro, que o segundo aterro ajudou no acesso a igreja, tanto pela espessura quanto pelo tipo de material usado. Já o último aterro só serviu para o paisagismo local, ele inicia-se com uma fina camada de areia com pedras para nivelar o terreno e, posteriormente, um nível de terra preta (de procedência desconhecida) sem evidência de material cultural.

As escavações arqueológicas realizadas dentro da igreja acabaram sendo deficitárias, pois começaram vários meses após a restauração/reforma da igreja (também financiado pelo Estado), por isso nem todo o sítio estava

disponível para os trabalhos arqueológicos. Este fato impossibilitou que a expansão do edifício fosse adequadamente identificada, mas mesmo assim foi possível perceber que uma área, possivelmente um galilé foi incorporado à igreja, na primeira metade do século XX, quando o prédio foi ampliado³¹.

Como é possível perceber deu para identificar exatamente quase todo o processo evolutivo pelo qual passou a igreja e foi mais do que suficiente para afirmar que se trata de uma igreja construída no século XIX, já sob o padrão estético do neoclássico. Esse prédio foi construído após o incêndio ocorrido na igreja levantada por ordem do governador provincial Lobo D'Almada.

Tal afirmação decorre de dois aspectos: um histórico e outro arqueológico. O histórico concentra-se na bibliografia disponível que afirma que a capela carmelita foi construída mais a oeste da igreja atual e de que até a década de 40 do século XIX havia no local da igreja uma olaria e durante o período colonial um dos nomes do local era Largo da Olaria E para finalizar as informações históricas excitam dois mapas um de 1852 e outro de 1856 que indicam a igreja em outro local e o segundo mapa mostra uma olaria no local da atual igreja.

Do ponto de vista da arqueologia o encontro de um alicerce no solo da sacristia oeste, sem nenhuma relação com a igreja, vem confirmar as informações históricas levantadas e permitir a afirmação feita acima. Além da parede oeste e do estilo arquitetônico do edifício.

A parede que separa a sacristia oeste da capela-mor teve dois momentos construtivos, pela técnica usada ambos foram realizados no século XIX. Ainda na sacristia oeste foi determinada, também, pelo sistema construtivo que a parede acima citada era uma das mais antiga da igreja. Mas a conclusão desta sacristia deu-se apenas no século XX.

³¹ Ver anexo 07.

GLOSSÁRIO DE ALGUNS TERMOS DE ARQUITETURA

ALTAR-MOR – Altar principal da igreja situado na capela-mor.

ARCO – Estrutura encontrada na abertura de uma parede ou de uma sala, que sustenta a carga transferindo para um suporte.

ARCO CRUZEIRO – É o arco que separa a capela-mor da nave. Pode ser revestido de madeira ou cantaria.

ARCO PLENO – Arco em forma de uma semicircunferência. Foi utilizado na arquitetura brasileira em vão, portas e janelas a partir do século XIX.

ARQUITRAVE – Parte inferior do entablamento

ÁTRIO – Recinto na entrada de um prédio. Normalmente é uma terminologia usada quando se está descrevendo uma edificação antiga. É um espaço coberto.

BALAUSTRADA – Anteparo de proteção, vedação, apoio ou ornamentação utilizado freqüentemente em balcão, terraço, alpendre, coroamento de prédio ou como guarda-corpo de escada. o Termo é mais usado quando referido ao anteparo formado por uma série de elementos iguais.

BARROCO – Movimento artístico do século XVI caracterizado, na arquitetura, por construção de edifícios com plantas irregulares, com bastantes elementos decorativos.

BASE - Parte inferior de uma coluna ou pilar.

BATISTÉRIO – Na igreja, local onde se situa a pia batismal. Pode ser uma construção no átrio.

BULBO – Atribuição dada aos elementos, em geral arremates de torres. Começaram a ser usados em igrejas a partir do século XVIII.

CANTARIA - Processo de assentamento de pedras para a construção de um muro ou parede.

CAPELA-MOR – É a capela principal de uma igreja.

CAPITEL – Parte superior da coluna.

CATEDRAL – Igreja principal de uma cidade.

COLUNA – Pilar circular que sustenta a arquitrave. É composto de base fuste e capitel.

COLUNA CORÍNTIA – Coluna pertencente à ordem coríntia caracterizada pelas folhas de acanto no capitel. Possui fuste acanelado.

COLUNA DÓRICA – Coluna pertencente à ordem dórica caracterizada pela simplicidade de suas formas.

COLUNA JÔNICA – Coluna pertencente à ordem jônica caracterizado pelo capitel com duas volutas laterais e fuste acanelado.

COLUNA TOSCANA – Coluna pertencente à ordem toscana, Tem capitel formado por um ábaco retangular e fuste liso.

COMPOTEIRA – Elemento decorativo usado principalmente para ornamentar o coroamento de fachadas. Foi comum o seu emprego em antigos edifícios ecléticos do início do século XX.

CONSSISTÓRIO – Espaço arquitetônico das igrejas, trata-se de uma sala de reuniões dos religiosos.

CORNIJA – Parte mais alta do entablamento.

CRUZEIRO – Superfície que resulta do cruzamento de duas linhas. Pode ser evidenciado externamente por uma cúpula.

CRUZ GREGA – Possui dois braços do mesmo comprimento que se encontram exatamente no seu meio.

CUNHAL – Faixa vertical saliente nas extremidades de paredes ou muros externos do edifício. Em geral abrange da base ao coroamento da construção.

CÚPULA – Abóbada cuja forma é gerada por um arco que gira em torno de um eixo, de modo que tenha sempre seção horizontal circular.

ECLETISMO – Movimento arquitetônico do século XIX que mescla elementos de estilos diversos.

ENTABLAMENTO – Parte superior de um edifício, composto por cornija, friso e arquitrave.

FRISO – Parte intermediária do entablamento.

FRONTÃO – Elemento da fachada de um edifício. O frontão triangular é uma das características dos períodos Renascentista e Neoclássico. O curvo ou o interrompido é característico do Barroco. A parte interna do frontão é denominada de tímpano.

FRONTÍSPICIO – Fachada principal de uma edificação. O termo é mais aplicado quando referido a prédios mais antigos cujas fachadas possuem algum tipo de ornamentação.

FUSTE – Corpo de uma coluna, pode ser liso ou com ranhuras.

GALILÉE – Nas igrejas, pórtico alpendrado formando um pequeno corpo avançado na fachada frontal.

IGREJA DE NAVE ÚNICA – Uma das principais formas arquitetônicas de uma igreja. É uma construção longitudinal.

LESENHA – Faixa vertical, imitando um pilar, mas, sem base nem capitel. Pode aparecer tanto no interior como no exterior de um edifício.

NAVE CENTRAL – Espaço interno de uma igreja, destinado aos fiéis.

NÉOCLÁSSICO – Movimento artístico do século XIX, que consiste na recuperação dos valores renascentistas e greco-romanos.

PALMETAS – Forma de decoração.

PÓRTICO – Galeria coberta de um edifício com uma das faces sustentada por coluna ou arcada. Também pode ser entendida como porta principal.

PÚLPITO – Em igrejas é uma espécie de balcão pouco elevado do chão, disposto freqüentemente ao lado da nave. É um elemento construtivo das igrejas, é um espaço para oratória, leitura e pregação. Aparece em vários períodos artísticos.

SACRISTIA – Um espaço arquitetônico das igrejas. Em geral é um espaço próximo a capela-mor. Trata-se de uma dependência para guarda de paramentos e objetos de culto.

SOBREVERGA – Moldura colocada nas fachadas sobre as vergas das portas e janelas, realçando-as e protegendo-as das águas da chuva. Foi comum seu uso nos prédios ecléticos.

TORRE SINEIRA – Também chamado de campanário, pequena torre para a colocação de sinos, ultrapassando a altura do telhado.

VERGA – Peça disposta horizontalmente sobre o vão de portas e janelas sustentando a alvenaria. Dependendo da forma do vão pode ser reta ou curva, Até meados do século XVIII a maioria das edificações possuía veja reta.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz N. Na região de Manaus: fotografias e comentários. São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 14, 1953a.

_____. A cidade de Manaus: primeiros estudos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.15. 1953b.

AGASSIZ, Louis; Elizabeth. Viagem ao Brasil: 1865-1866. **Reconquista do Brasil**, São Paulo, n.12, 1975.

ALBERNAZ, Maira Paula; LIMA, C. Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. São Paulo: Próeditores, 2000.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Velleda. **Forte real do Bom Jesus: resgate arqueológico de um sítio histórico**. Recife: [s.n.], 1988.

ALVIM, Sandra. **Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc : IPHAN/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1999.

AMAZONAS. **Revista Acadêmica da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais**. Edição comemorativa dos 90 anos da Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 1999.

_____. **Anteprojeto integrado de aproveitamento turístico e resgate da memória cultural de Manaus**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas. Secretaria de Estado da Cultura, Desporto e Turismo, 2002.

ANDREU, Pedro G. La iglesia en la ciudad medieval y en la fundación “ex-novo”. In: **ARQUITECTURA y Ciudad**. Seminário elaborado em Meilla nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 1989. Madrid: Ministerio de Cultura. Dirección general de bellas artes y archivos Instituto de Conservación y restauración de Bienes Culturales, 1992.

BASTOS, Antonio C. T. **O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

BITTENCOURT, Agnello **Corografia do Estado do Amazonas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1926.

_____. **Fundação de Manaus: pródromos e seqüência**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas. Secretaria de Estrado de Cultura e Turismo. Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

BRAGA, Frei Emanuelle O. **Carm. Caminhada dos leigos do Carmelo e sua vida a luz da regra do Carmo: 550º aniversário da Bula “Cum Nulla” de Nicola V.** Belo Horizonte: Fraternidade de Carmelitas Leigos, 2002.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Distrito Federal, 1961.

CAMPIGLIA, Oscar Oswaldo. **Igrejas do Brasil: fontes para a história da igreja no Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d.

_____. Carateres da Arquitetura Religiosa no Brasil. São Paulo. **Mensageiro de Carmelo**, 1960. [separata].

COLIN, Silvio. **Uma introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: UAPÊ : Espaço Cultural Barra, 2000.

CORRÊA, Marcus V. de Miranda. As gravações e pinturas rupestres na área do reservatório da UHE-Balbina (AM): análise e mapeamento dos desenhos. Rio de Janeiro: Escola de Belas artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1994. (Dissertação de Mestrado).

CURY, I. (Org.). **Cartas patrimoniais**. 2.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DA MATTA, J. N. **A Amazônia na história**. Manaus: Gráfica Rex, 1969.

ECO, Umberto. **A estrutura ausente**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987. (Série Estudos, n167).

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Rio de Janeiro: CFC/MEC, 1972.

FITOH, James M. **Preservação do patrimônio arquitetônico**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo, 1981.

FOWLER, D. D. Cultural resources management. **Advances in archaeological method and theory**, New York, v.5. p. 1-49, 1982.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Cultura material e Arqueologia Histórica**. Campinas, São Paulo: UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

_____. A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Suplemento**, São Paulo, v.3, 1999 (Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul)

_____. Arqueologia. Campinas: Contexto, 2000.

GAVAZZONI, Aluísio. **A nova Constituição e as leis penais: dúvidas e ponderações** (cotejando a constituição de 1988). Rio de Janeiro: Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, 1988.

GOMES, A. R. M.; ALMEIDA, J. S.; ALMEIDA, M. L. S. de. **Oficina escola de revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa**. Paraíba: Governo Estadual da Paraíba, s.d.

HODDER, I. **The archaeological process: An introduction**. Grã-Bretanha: Blackwell, 1996.

ISENBURG, Tereza. **Naturalistas italianos no Brasil**. São Paulo: Ícone/Secretaria de Estado da Cultura, 1991.

ISKANDAR, Jamil I. **Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos**. 2.ed., rev. e ampliada. Curitiba, Paraná: Juruá, 2004.

JUSTICIA, M. J. M. A propósito de la nueva “carta de restauro1987” algunas consideraciones sobre la restauración icqa y sus formulaciones teoricas. In: **ARQUITECTURA y ciudad**. Seminário elaborado em Meilla nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 1989. Madrid: Ministerio de Cultura. Dirección General de Bellas Artes y Archivos. Archivos Instituto de Conservación y restauración de Bienes Culturales, 1992.

KERN, Álvaro Arno. Método e teoria no projeto Arqueologia Histórica Missioneira. In: **Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. (Coleção Arqueologia, v. 1).

KOCH, Wilfred. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1886.

LEMO, Carlos A. C. O que é Arquitetura. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos, n. 16).

LIMA, T. Andrade. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. **CLIO, série arqueológica**, Recife, n.5, 1989.

_____. **Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites**. [Pré-print].

_____. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **Manguinhos: Historia, Ciências, saúde**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.44-96, 1996.

LOPES, Francisco Antonio. **História da construção da igreja do Carmo de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942. (Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

LOUREIRO, Antônio José Souto. **Amazonas na época imperial**. Manaus: T. Loureiro & Cia, 1989.

MACHADO, R. G. **O Púlpito luso-brasileiro**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2003. 2 vols. (Tese de Doutorado).

MAJOR, J. K. (Ed.). **The Techniques of Industrial Archaeology**. Grã-Bretanha: David & Charles: Newton Abbot, 1974.

MARCOY, Paul. **Viagem pelo rio Amazonas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas. Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto: Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

MARTINS, William de Souza. **Membros do Corpo Místico: ordens Terceiras no Rio de Janeiro (c. 1700 –1822)**. São Paulo: Depto. de História da FFLCH da USP, 2001. 2 vols. (Tese de doutorado).

MATA, João Nogueira da. **A Amazônia na Historia**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1956.

MAW, H. Lester. **Narrativa da passagem do Pacífico ao Atlântico, através dos Andes nas províncias do norte do Peru, e descendo pelo rio Amazonas até ao Pará**. Manaus: Associação Comercial do Amazonas : Fundo Editorial, 1989.

MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. História da Arqueologia brasileira. **Pesquisas. Antropologia**, Rio Grande do Sul, n.46, 1991.

MESQUITA, O. M. **A Bellê Época manauaera e sua arquitetura Eclética: 1892 – 1910**. Rio de Janeiro: Escola de Belas artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992. (Dissertação de Mestrado).

MESQUITA, O. M. **Manaus: história e arquitetura 1825 - 1910**. Manaus: Ed. Valer, 1997.

_____. Manaus um projeto de modernidade. **Boletim Amazonense de Geografia**, Manaus, n.2, 1995.

MIRANDA CORREA, Luiz de. **O nascimento de uma cidade**. Manaus: Editora Governo do Estado do Amazonas, 1966. (Serie Torquato Tapajós, v.IX).

_____. **Manaus: roteiro histórico e sentimental da cidade do rio Negro**. Manaus: Editora Artenova, 1969.

_____. **Manaus: aspectos da sua arquitetura**. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura, 2000.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **História da cultura amazonense**. Manaus: Editora do Governo do Estado do Amazonas, 1977. Vol. 1.

_____. **A Catedral Metropolitana de Manaus (sua longa historia)**. Manaus: Sérgio Cardoso e Cia., 1958. (Coleção Muiraquitã).

MONTES, Augusto M. **La restauración arquitectónica de edificios arqueológicos**. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia. Departamento de Restauración del Patrimonio Cultural, 1975. (Coleção Científica. Arqueologia, n.21).

MORAIS, J.L. Tópicos de arqueologia da paisagem. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v.10, p.3-30, 2000.

PINHEIRO, Raimundo Nonato. **Notícias históricas: Paróquia Nossa Senhora dos Remédios – Centenário de sua instituição canônica – 1878 / 1978**. Manaus: Arquidiocese de Manaus, 1979.

ORSER, C. E. Jr. A teoria de rede e a arqueologia histórica moderna. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento**, São Paulo, v.3, 1999. (Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul).

ORSER, C. E. Jr. **Introducción a la Arqueología Histórica**. Buenos Aires: Asociación Amigos del Instituto Nacional de Antropología e Ediciones del Trinchente, 2000.

PINSKY, V.; WYLIE, A. **Critical traditions in contemporary archaeology. Essays in the Philosophy, History and socio-politics of archaeology**. [S.l.]: University of new México, 1995.

REIS, Artur Cezar Ferreira. **Súmula de história do Amazonas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1965. (Série Monteiro de Souza, v.II).

_____. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Rio de Janeiro: Ministério de educação e Cultura/Serviço de documentação, 1956. (Coleção vida brasileira).

_____. **Manós e outras vilas**. 2.ed. Manaus: Governo do Estado do Amazonas : Secretaria de Estado da Cultura e Turismo : Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

RICHARDSON, J. M. **Introdução a arquitetura moderna**. Porto, Portugal: Editora Souza & Almeida, 1960.

ROCQUE, Carlos. Antologia da cultura amazônica. v.4: história e ensaios históricos – memórias. Manaus: Amazônia Edições Culturais, s.d.

RODRIGUES, L. M. Patrimônio cultural: cidade, cultura e turismo. In: **TURISMO com ética**. Fortaleza: [s.n.], 1998.

SAGRA, M. C. G. Patrimonio y transformación de la ciudad: la experiencia de Barcelona. In: **ARQUITECTURA y ciudad**. Seminário elaborado em Meilla nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 1989. Madrid: Ministerio de Cultura. Dirección General de Bellas Artes y Archivos. Instituto de Conservación y restauración de Bienes Culturales, 1992.

SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SHMITZ., P. I. Patrimônio arqueológico brasileiro. Revista de Arqueologia, Belém, 1988.

SILVA, Elizabete Etevilta C. da. **A casa um exemplo de conservação**. Recife, 2004. (Monografia apresentada no curso de especialização Gestão do Patrimônio Cultural Integrado no Planejamento Urbano da América Latina. Ministrado no programa de pós-graduação em, Desenvolvimento urbano do Departamento de Arquitetura e urbanismo da UFPe).

SILVA, Fabíola A. **O estudo da tecnologia. A tecnologia e seus significados**: um estudo da cerâmica dos Assuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xicrin sob uma perspectiva etnoarqueológica. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. (Tese de Doutorado).

SOUTH, Stanley. Evolution and horizon as revealed in historical archaeology. **The Conference on Historic Site Archaeology Papers**, v.6, p.71-116, 1971.

_____. **Method and theory in Historical Archaeology**. Nova Iorque: Academic Press, 1977.

SOUTH, Stanley (Ed.). **Studies in archaeology**: research strategies in historical archaeology. Nova Iorque: Academic Press, 1977.

SOUZA, Marcio. **Breve história da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Preservação e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil**. Brasília, 1980.

TENREIRO ARANHA, B. F. **Um olhar pelo passado**. Manaus: [s.n.], 1897.

TOLEDANO, Salomé de Albuquerque. **Manaus**: urbanização e a deteriorização ambiental. São Paulo: FFLCH/USP, 1997. (Dissertação de Mestrado).

TRIGGER, B. G. **Além da história**: os métodos da pré-história. São Paulo: EDUSP, 1973.

VIEIRA, A. F. C. A expansão urbana de Manaus e o surgimento de processos erosivos. Internos In: **SEMANA DE GEOGRAFIA DO AMAZONAS** (9.: 1999 : Manaus). Anais. Manaus: Universidade do Amazonas. Instituto de Ciências humanas e Letras. Departamento de Geografia, 1999.

VOGEL, Arno; MELLO, M. Antônio da Silva. Sistemas construídos e memória social: Uma arqueologia urbana? **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 2, n.2, p.46-50, 1984.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. São Paulo: Editora Itatiaia : Edusp, 19979. (Coleção Reconquista do Brasil, n.50).

ZAMBETOGLIRIS, Nelsys Fusco. La Arqueología Urbana en la Colonia del Sacramento. São Paulo: USP, **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia** São Paulo, v.5, 1995.

ZARANKIN, Andrés. Arqueologia de la arquitetura: another brick in the wall. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento**, São Paulo, v.3, 1999. (Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul).

_____. **Paredes que domesticam:** arqueologia da arquitetura escolar capitalista – o caso de Buenos Aires. São Paulo: Instituto de Filosofia e ciências humanas/UNICAMP, 2001. (Tese de Doutorado).

ZEVI, Bruno. **Arquitectura e historiografía**. Buenos Aires: Editorial Victor Leru S.R.L., 1951.

OUTRAS FONTES

Folheto notícias da diocese, número 06.

Jornal “A Notícia”, pág 08 – Reportagem “IX Congresso Eucarístico Nacional de Manaus” – 01.07.1975.

Jornal “A Crítica” – “Os Sinos da Catedral” – pág 12 Manaus. 01.12.1989.

RELATÓRIOS

Relatório da Província do Amazonas – 1858/1862, II, 126 – 2.ed. Rio de Janeiro, 1906.

Relatório da Presidência da Província do Amazonas – 1870-1873 – IV, 42. Rio de Janeiro, 1908.

Relatório do Presidente Tenreiro Aranha em 30 de abril de 1852.

Relatório do diretor de obras públicas Theodoro Antonio de Oliveira, em 26 de janeiro de 1857.

Relatório do Representante de Obras Públicas tenente-coronel João Wilkens de Matos, em 4 de agosto de 1858.

Relatório da Presidência da Província do Amazonas Francisco José Furtado, em 7 de setembro de 1858.

Relatório da Presidência da Província do Amazonas João Pedro Dias Ribeiro, em 8 de julho de 1856.

Relatório do Diretor de Obras Públicas Carlos de Moraes Camisão, em 29 de abril de 1859.

Relatório do Diretor da Repartição de Obras Públicas Lauro Bittencourt, em 16 de dezembro 1867.

Relatório técnico do subprojeto de arqueologia entregue ao IPHAN, este subprojeto é parte do projeto integrado de aproveitamento turístico e resgate da memória cultural da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição – Catedral Metropolitana de Manaus.

PÁGINAS ELETRÔNICAS CONSULTADAS

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Foram consultados a legislação patrimonial, o cadastro de sítios arqueológicos e o plano nacional de sítio urbano.

Disponível em <<http://www.iphan.gov.br>>. Acessado em 25 de março de 2004.

IBGE – Instituto Brasileira de Geografia e Estatística

Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Neste endereço foram capturadas imagens de satélite de Manaus.

Disponível em: <<http://www.dig.inpe.Br/catalogoMSS>> e acessado em 11 de dezembro de 2005.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de pesquisa agropecuária

Neste endereço foram capturadas as imagens do Amazonas e de Manaus.

Disponível em <<http://www.csbrasil.crpm.embrapa.br>> e acessado em 18 de abril de 2004

ORDEM CARMELITA

Foram consultadas a origem e a História da Ordem Carmelita, sua constituição.

Disponível em <<http://www.carmelo.com.br/espiritualidade/historia.asp>>

Disponível em <<http://www.carmelitas.org.br>>

Disponível em: <http://www.ocarm.org/esp/>

USP –UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Como trata-se de acesso ao sistema informatizado de bibliotecas da USP, o acesso foi freqüente durante a elaboração desta tese.

Disponível em <<http://www.usp.br/sibi>>

MANAUS

Prefeitura Municipal de Manaus

Neste endereço foram obtida informações sobre Manaus, disponibilizada no programa Geo-cidafdes.

Disponível em <<http://www.manaus.am.gov.br>>

Neste site foram capturadas algumas imagens da cidade de Manaus

Disponível em: <http://www.manaus on-line.com.Br>, acessado em 23/05/2004

ANEXOS

ANEXO 01: Lei nº 3.924

Lei nº 3.924

de 26 de julho de 1961.

DISPÕE SOBRE OS MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS E PRÉ-HISTÓRICOS.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 180 da Constituição Federal.

Parágrafo único - A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nela incorporados na forma do art. 161 da mesma Constituição.

Artigo 2º - Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente;
- b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

Artigo 3º - São proibidos em todo território nacional o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas b, c e d do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas.

Artigo 4º - Toda pessoa, natural ou jurídica, que, na data da publicação desta Lei, já estiver procedendo, para fins econômicos ou outros, à exploração de jazidas arqueológicas ou pré-históricas, deverá comunicar à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro de sessenta (60) dias, sob pena de multa de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 50.000,00 (dez mil a cinquenta mil cruzeiros), o exercício

dessa atividade, para efeito de exame, registro, fiscalização e salvaguarda do interesse da ciência.

Artigo 5º - Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2º desta Lei será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais.

Artigo 6º - As jazidas conhecidas como sambaquis, manifestadas ao governo da União, por intermédio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o art. 4º e registradas na forma do artigo 27 desta Lei, terão precedência para estudo e eventual aproveitamento, em conformidade com o Código de Minas.

Artigo 7º - As jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza, não manifestadas e registradas na forma dos arts. 4º e 6º desta Lei, são consideradas, para todos os efeitos, bens patrimoniais da União.

CAPÍTULO II

Das Escavações Arqueológicas realizadas por particulares

Artigo 8º - O direito de realizar escavações para fins arqueológicos, em terras de domínio público ou particular, constitui-se mediante permissão do Governo da União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo.

Artigo 9º - O pedido de permissão deve ser dirigido à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, acompanhado de indicação exata do local, do vulto e da duração aproximada dos trabalhos a serem executados, da prova de idoneidade técnico-científica e financeira do requerente e do nome do responsável pela realização dos trabalhos.

Parágrafo único - Estando em condomínio a área em que se localiza a jazida, somente poderá requerer a permissão o administrador ou cabecel, eleito na forma do Código Civil.

Artigo 10º - A permissão terá por título uma portaria do Ministro da Educação e Cultura, que será transcrita em livro próprio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e na qual ficarão estabelecidas as condições a serem observadas ao desenvolvimento das escavações e estudos.

Artigo 11º - Desde que as escavações e estudos devam ser realizados em terreno que não pertença ao requerente, deverá ser anexado ao seu pedido o consentimento escrito do proprietário do terreno ou de quem esteja em uso e gozo desse direito.

Parágrafo 1º - As escavações devem ser necessariamente executadas sob orientação do permissionário, que responderá civil, penal e administrativamente pelos prejuízos que causar ao Patrimônio Nacional ou a terceiros.

Parágrafo 2º - As escavações devem ser realizadas de acordo com as condições estipuladas no instrumento de permissão, não podendo o responsável, sob nenhum pretexto, impedir a inspeção dos trabalhos por delegado especialmente designado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando for julgado conveniente.

Parágrafo 3º - O permissionário fica obrigado a informar à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, trimestralmente, sobre o andamento das escavações, salvo a ocorrência de fato excepcional, cuja notificação deverá ser feita imediatamente, para as providências cabíveis.

Artigo 12º - O Ministério da Educação e Cultura poderá cassar a permissão concedida, uma vez que:

- a) não sejam cumpridas as prescrições da presente Lei e do instrumento de concessão da licença;
- b) sejam suspensos os trabalhos de campo por prazo superior a doze (12) meses, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado;
- c) no caso de não cumprimento do parágrafo 3º do artigo anterior.

Parágrafo único - Em qualquer dos casos acima enumerados, o permissionário não terá direito a indenização alguma pela despesas que tiver efetuado.

CAPÍTULO III

Das Escavações Arqueológicas realizadas por Instituições Científicas Especializadas da União, dos Estados e dos Municípios.

Artigo 13º - A União, bem como os Estados e Municípios mediante autorização federal, poderão proceder a escavações e pesquisas, no interesse da Arqueologia e da Pré-história em terrenos de propriedade particular, com exceção das áreas muradas que envolvam construções domiciliares.

Parágrafo único - À falta de acordo amigável com o proprietário da área onde se situar a jazida, será esta declarada de utilidade pública e autorizada a sua ocupação pelo período necessário à execução dos estudos, nos termos do art. 36 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Artigo 14º - No caso de ocupação temporária do terreno, para realização de escavações nas jazidas declaradas de utilidade pública, deverá ser lavrado um auto, antes do início dos estudos, no qual se descreva o aspecto exato do local.

Parágrafo 1º - Terminados os estudos, o local deverá ser restabelecido, sempre que possível, na sua feição primitiva.

Parágrafo 2º - Em caso de as escavações produzirem a destruição de um relevo qualquer, essa obrigação só terá cabimento quando se comprovar que, desse

aspecto particular do terreno, resultavam incontestáveis vantagens para o proprietário.

Artigo 15º - Em casos especiais e em face do significado arqueológico excepcional das jazidas, poderá ser promovida a desapropriação do imóvel, ou parte dele, por utilidade pública, com fundamento no art. 5º, alíneas K e L do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Artigo 16º - Nenhum órgão da administração federal, dos Estados ou dos Municípios, mesmo no caso do art. 28 desta Lei, poderá realizar escavações arqueológicas ou pré-históricas, sem prévia comunicação à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para fins de registro no cadastro de jazidas arqueológicas.

Parágrafo único - Dessa comunicação deve constar, obrigatoriamente o local, o tipo ou a designação da jazida, o nome do especialista encarregado das escavações, os indícios que determinaram a escolha do local e, posteriormente, uma súmula dos resultados obtidos e do destino do material coletado.

CAPÍTULO IV

Das Descobertas Fortuitas

Artigo 17º - A posse e a salvaguarda dos bens de natureza arqueológica ou pré-histórica constituem, em princípio, direito imanente ao Estado.

Artigo 18º - A descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, artístico ou numismático deverá ser imediatamente comunicada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou aos órgãos oficiais autorizados, pelo autor do achado ou pelo proprietário do local onde tiver ocorrido.

Parágrafo único - O proprietário ou ocupante do imóvel onde se tiver verificado o achado é responsável pela conservação provisória da coisa descoberta, até o pronunciamento e deliberação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 19º - A infringência da obrigação imposta no artigo anterior implicará na apreensão sumária do achado, sem prejuízo da responsabilidade do inventor pelos danos que vier a causar ao Patrimônio Nacional, em decorrência da omissão.

CAPÍTULO V

Da remessa, para o exterior, de objetos de interesse Arqueológico ou Pré-histórico, Histórico, Numismático ou Artístico.

Artigo 20º - Nenhum objeto que apresente interesse arqueológico ou pré-histórico, numismático ou artístico poderá ser transferido para o exterior, sem licença

expressa da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, constante de uma "guia" de liberação na qual serão devidamente especificados os objetos a serem transferidos.

Artigo 21º - A inobservância da prescrição do artigo anterior implicará na apreensão sumária do objeto a ser transferido, sem prejuízo das demais cominações legais a que estiver sujeito o responsável.

Parágrafo único - O objeto apreendido, razão deste artigo, será entregue à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

Artigo 22º - O aproveitamento econômico das jazidas, objeto desta Lei, poderá ser realizado na forma e nas condições prescritas pelo Código de Minas, uma vez concluída a sua exploração científica, mediante parecer favorável da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou do órgão oficial autorizado.

Parágrafo único - De todas as jazidas será preservada, sempre que possível ou conveniente, uma parte significativa, a ser protegida pelos meios convenientes, como blocos testemunhos.

Artigo 23º - O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas encaminhará Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional qualquer pedido de cientista estrangeiro, para realizar escavações arqueológicas ou pré-históricas no país.

Artigo 24º - Nenhuma autorização de pesquisa ou de lavra para jazidas de calcário de concha, que possua as características de monumentos arqueológicos ou pré-históricos, poderá ser concedida sem audiência prévia da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 25º - A realização de escavações arqueológicas ou pré-históricas, com infringência de qualquer dos dispositivos desta Lei, dará lugar à multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), sem prejuízo de sumária apreensão e conseqüente perda, para o Patrimônio Nacional, de todo o material e equipamento existente no local.

Artigo 26º - Para melhor execução da presente Lei, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá solicitar a colaboração de órgãos federais, estaduais, municipais, bem como de instituições que tenham entre seus objetivos específicos o estudo e a defesa dos monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Artigo 27º - A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional manterá um Cadastro dos monumentos arqueológicos do Brasil, no qual serão registrados

todas as jazidas manifestadas, de acordo com o disposto nesta Lei, bem como das que se tornarem conhecidas por qualquer via.

Artigo 28º - As atribuições conferidas ao Ministério da Educação e Cultura, para o cumprimento desta Lei, poderão ser delegadas a qualquer unidade da Federação, que disponha de serviços técnico-administrativos especialmente organizados para a guarda, preservação e estudo das jazidas arqueológicas e pré-históricas, bem como de recursos suficientes para o custeio e bom andamento dos trabalhos.

Parágrafo único - No caso deste artigo, o produto das multas aplicadas e apreensões de material legalmente feitas reverterá em benefício do serviço estadual, organizado para a preservação e estudo desses monumentos.

Artigo 29º - Aos infratores desta Lei serão aplicadas as sanções dos artigos 163 a 167 do Código Penal, conforme o caso, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Artigo 30º - O poder Executivo baixará, no prazo de 120 dias, a partir da vigência desta Lei, a regulamentação que for julgada necessária à sua fiel execução.

Artigo 31º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de julho de 1961;
140º da Independência e 73º da República.

Jânio Quadros
Brigido Tinoco
Oscar Pedroso Horta
Clemente Mariani
João Agripino

ANEXO 02: Carta de Petrópolis

Carta de Petrópolis

Petrópolis, 1987.

1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos

Entende-se como sítio histórico urbano o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Esse sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de área crítica, e não por oposição a espaços não-históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo histórico.

O sítio histórico urbano – SHU – é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação.

A cidade enquanto expressão cultural, socialmente fabricada, não é eliminatória, mas somatória. Nesse sentido, todo espaço edificado é resultado de um processo de produção social, só se justificando sua substituição após demonstrado o esgotamento de seu potencial sócio-cultural. Os critérios para avaliar a conveniência desta substituição devem levar em conta o custo sócio-cultural do novo.

O objetivo último da preservação é a manutenção e potencialização de quadros e referenciais necessários para a expressão e consolidação da cidadania. É nessa perspectiva de reapropriação política do espaço urbano pelo cidadão que a preservação incrementa a qualidade de vida.

Sendo a polifuncionalidade uma característica do SHU, a sua preservação não deve dar-se à custa de exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural. Guardando essa heterogeneidade, deve a moradia construir-se na função primordial do espaço edificado, haja vista a flagrante carência habitacional brasileira. Desta forma, especial atenção deve ser dada à permanência no SHU das populações residentes e das atividades tradicionais, desde que compatíveis com a sua ambiência.

A preservação do SHU deve ser pressuposto do planejamento urbano, entendido como processo contínuo e permanente, alicerçado no conhecimento dos mecanismos formadores e atuantes na estruturação do espaço.

Na preservação do SHU é fundamental a ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a participação da comunidade interessada nas decisões de planejamento, como uma das formas de pleno exercício da cidadania.

Nesse sentido, é imprescindível a viabilização e o estímulo aos mecanismos institucionais que asseguram uma gestão democrática da cidade, pelo fortalecimento da participação das lideranças civis.

No processo de preservação do SHU, o inventário como parte dos procedimentos de análise e compreensão da realidade constituiu-se na ferramenta básica para o conhecimento do acervo cultural e natural. A realização do inventário com a participação da comunidade proporciona não apenas a obtenção do conhecimento do valor por ela atribuído ao patrimônio, mas também, o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio.

A proteção legal do SHU far-se-á através de diferentes tipos de instrumentos, tais como: tombamento, inventário, normas urbanísticas, isenções e incentivos, declaração de interesse cultural e desapropriação.

Na diversificação dos instrumentos de proteção, considera-se essencial a predominância do valor social da propriedade urbana sobre a sua condição de mercadoria.

Publicado no Caderno de Documentos n.º 3 – "Cartas Patrimoniais"-
Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
Brasília, 1995

ANEXO 03: Carta de Lausanne

Carta de Lausanne

Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico

ICOMOS / ICAHM
LAUSANNE – 1990

É amplamente aceito que o conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades humanas é de fundamental importância para a humanidade inteira, permitindo-lhe identificar suas raízes culturais e sociais.

O patrimônio arqueológico constitui testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado. Sua proteção e gerenciamento são, portanto, indispensáveis para permitir aos arqueólogos e outros cientistas estudá-lo e interpretá-lo, em nome das gerações presentes e a vir, e para seu usufruto.

A proteção desse patrimônio não pode fundar-se unicamente na aplicação das técnicas da arqueologia. Exige um sólido embasamento de conhecimentos científicos e competência profissional. Determinados elementos do patrimônio arqueológico pertencem a estruturas arquitetônicas, devendo, nesse caso, ser protegidos, respeitando os critérios relativos ao patrimônio arquitetônico enunciados em 1956 na Carta de Veneza sobre a restauração e a conservação dos monumentos e dos sítios; outros inserem-se nas tradições vivas das populações autóctones, cuja participação é essencial para sua proteção e conservação.

Por essas razões e outras mais, a proteção do patrimônio arqueológico deve ser fundada numa colaboração efetiva entre os especialistas de diferentes disciplinas. Exige, ainda, a cooperação dos órgãos públicos, dos pesquisadores, das empresas privadas e do grande público. Em consequência, esta carta enuncia princípios aplicáveis ao inventário, prospeção, escavação, documentação, pesquisa, preservação, conservação, reconstituição, informação, exposição e apresentação ao público e uso do patrimônio arqueológico, tanto quanto a definição das qualificações necessárias ao pessoal encarregado de sua proteção. Essa carta foi motivada pelo sucesso da Carta de Veneza enquanto documento normativo e propõe-se a enunciar princípios fundamentais e recomendações de

alcance global, já que não pode considerar as dificuldades e especificidades regionais e nacionais. Para responder a essas necessidades a carta deveria ser completada nos planos regional e nacional com princípios e regras suplementares.

Definição e introdução

Art. 1º O "patrimônio arqueológico" compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

Políticas de conservação integrada

Art. 2º O patrimônio arqueológico é um recurso cultural frágil e não renovável. Os planos de ocupação de solo decorrentes de projetos desenvolvimentistas devem, em consequência, ser regulamentados, a fim de minimizar, o mais possível, a destruição desse patrimônio.

As políticas de proteção ao patrimônio arqueológico devem ser sistematicamente integradas àquelas relacionadas ao uso e ocupação do solo, bem como às relacionadas à cultura, ao meio ambiente e à educação. As políticas de proteção ao patrimônio arqueológico devem ser regularmente atualizadas. Essas políticas devem prever a criação de reservas arqueológicas.

As políticas de proteção ao patrimônio arqueológico devem ser consideradas pelos planejadores nos níveis nacional, regional e local.

A participação do público em geral deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico, sendo imprescindível todas as vezes em que o patrimônio de uma população autóctone estiver ameaçado. Essa participação deve estar fundada no acesso ao conhecimento, condição necessária

a qualquer decisão. A informação do público é, portanto, um elemento importante de "conservação integrada".

Legislação e economia

Art. 3º A proteção ao patrimônio arqueológico constitui obrigação moral de todo ser humano. Constitui também responsabilidade pública coletiva. Essa responsabilidade deve traduzir-se na adoção de uma legislação adequada e na garantia de recursos suficientes para financiar, de forma eficaz, os programas de conservação do patrimônio arqueológico.

O patrimônio arqueológico pertence a toda a sociedade humana, sendo, portanto, dever de todos os países assegurar que recursos financeiros suficientes estejam disponíveis para a sua proteção.

A legislação deve garantir a conservação do patrimônio arqueológico em função das necessidades da história e das tradições de cada país e de cada região, garantindo amplo lugar à conservação in situ e aos imperativos da pesquisa.

A legislação deve fundar-se no conceito de que o patrimônio arqueológico constitui herança de toda a humanidade e de grupos humanos, e não de indivíduos ou de nações.

A legislação deve proibir a destruição, degradação ou alteração por modificação de qualquer monumento, sítio arqueológico ou seu entorno, sem a anuência das instâncias competentes.

A legislação deve, por princípio, exigir uma pesquisa prévia e o estabelecimento de documentação arqueológica completa cada vez que a destruição do patrimônio arqueológico for autorizada.

A legislação deve exigir a conservação adequada do patrimônio arqueológico, garantindo os recursos para tal.

A legislação deve prever sanções adequadas, proporcionais às infrações mencionadas nos textos referentes ao patrimônio arqueológico.

Caso a legislação ampare somente o patrimônio tombado ou inscrito em inventário oficial, dever-se-á criar dispositivos legais que garantam, a proteção temporária

dos monumentos e dos sítios não protegidos ou descobertos recentemente, até que uma avaliação arqueológica tenha sido feita.

Os projetos de desenvolvimento constituem uma das maiores ameaças físicas ao patrimônio arqueológico. A exigência feita aos empreendedores para que realizem estudos de impacto arqueológico antes da definição do programa do empreendimento deveria estar enunciada em uma legislação própria, prevendo no orçamento do projeto o custo dos estudos. Esse princípio deveria também estar estabelecido na legislação referente aos projetos de desenvolvimento, de forma a minimizar seus impactos sobre o patrimônio arqueológico.

Inventários

Art. 4º A proteção ao patrimônio arqueológico deve fundar-se no conhecimento, o mais completo possível, de sua existência, extensão e natureza. Os inventários gerais de potencial arqueológico constituem, assim, instrumentos de trabalho essenciais para elaborar estratégias de proteção ao patrimônio arqueológico. Por conseguinte, o inventário deve ser uma obrigação fundamental na proteção e gestão do patrimônio arqueológico.

Ao mesmo tempo, os inventários constituem fontes primárias de dados para a pesquisa e o estudo científicos. A compilação de inventários deve ser considerada como um processo dinâmico permanente. Resulta disso também que os inventários devem integrar a informação em diferentes níveis de precisão e de fiabilidade, uma vez que o conhecimento, mesmo superficial, pode fornecer um ponto de partida de proteção.

Intervenções no sítio

Art. 5º Em arqueologia, o conhecimento é amplamente tributário da intervenção científica do sítio. A intervenção no sítio abarca uma série de métodos de pesquisa, como a exploração não destrutiva até a escavação integral, passando pelas sondagens limitadas e levantamentos por amostragem.

A coleta de informações sobre o patrimônio arqueológico deve ter como princípio norteador a não destruição das evidências arqueológicas, além do necessário, para garantia da proteção ou dos objetivos da investigação científica. Deve ser encorajada, sempre que possível, a utilização de métodos de intervenção não destrutivos, tais como: observações aéreas, por superfície, subaquáticas, coletas sistemáticas, levantamentos, sondagens, preferencialmente à escavação integral. A escavação implica sempre uma escolha de dados do que serão registrados e conservados às custas da perda de outra informação e, eventualmente, da destruição total do monumento ou sítio. A decisão de escavar deve ser tomada somente após madura reflexão.

As escavações devem ser executadas de preferência em sítios e monumentos condenados à destruição, devido a projetos de desenvolvimento que alterem, a ocupação e o uso do solo, em razão de pilhagem, ou da degradação causada por agentes naturais.

Em casos excepcionais, sítios não ameaçados poderão ser escavados, seja em função das propriedades da pesquisa, seja visando a sua apresentação ao público. Nesses casos, a escavação deve ser precedida por uma detalhada avaliação científica do sítio. A escavação deve ser parcial e preservar um setor virgem, em vista de pesquisas anteriores.

Ocorrendo escavação, um relatório respondendo a normas bem definidas deverá ser colocada a disposição da comunidade científica e anexado ao inventário, num prazo razoável após o término dos trabalhos.

As escavações devem ser executadas em conformidade com as recomendações da UNESCO (Recomendações definindo os princípios a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas, 1956), de acordo com as normas profissionais, internacionais e nacionais.

Preservação e conservação

Art. 6º Conservar in situ monumentos e sítios deveria ser o objetivo fundamental da conservação do patrimônio arqueológico, incluindo também sua conservação a

longo prazo, além dos cuidados dedicados à documentação e às coleções etc., a ele relacionados.

Qualquer translação viola o princípio segundo o qual o patrimônio deve ser conservado no seu contexto original. Esse princípio enfatiza a necessidade da manutenção, conservação e gestão apropriadas. Decorre disso que o patrimônio arqueológico não deve ser exposto aos riscos e às consequências da escavação ou abandonado após a escavação, caso não tenham sido previstos os recursos necessários a sua manutenção e conservação.

O engajamento e a participação da população local devem ser estimulados como meio de ação para a preservação do patrimônio arqueológico. Em certos casos, pode ser aconselhável confiar a responsabilidade da proteção e da gestão dos monumentos e dos sítios às populações autóctones.

A preservação de sítios e monumentos se dará necessariamente de forma seletiva, uma vez que os recursos financeiros são inevitavelmente limitados. A seleção de sítios e monumentos deverá fundamentar-se em critérios científicos de significância e representatividade, e não limitar-se apenas aos monumentos de maior prestígio ou visualmente sedutores.

A recomendação da UNESCO de 1956 deve aplicar-se igualmente à preservação e à conservação do patrimônio arqueológico.

Apresentação, informação, reconstituição

Art. 7º A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio de fazê-lo ascender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger esse patrimônio.

A apresentação ao grande público deve consistir na popularização do estado corrente do conhecimento científico, devendo ser atualizada freqüentemente. Para permitir o entendimento do passado, deve considerar múltiplas abordagens.

As reconstituições respondem a duas funções importantes, tendo sido concebidas para fins de pesquisa experimental e pedagógica. Devem, entretanto, cercar-se de

cuidados, de forma a não perturbar nenhum dos vestígios arqueológicos remanescentes; devem também levar em conta testemunhos de toda espécie, buscando a autenticidade. As reconstituições não devem ser feitas sobre os vestígios arqueológicos originais, devendo ser identificáveis como tais.

Qualificações profissionais

Art. 8º A gestão do patrimônio arqueológico exige o domínio de numerosas disciplinas em elevado nível científico. A formação de um número suficiente de profissionais nos setores de competência interessados deve, por consequente, ser um objetivo importante da política educacional de cada país. A necessidade de formar peritos em setores altamente especializados exige cooperação internacional.

A formação universitária em arqueologia deve prever em seus programas as mudanças ocorridas nas políticas de conservação, menos preocupadas com escavações do que com a conservação *in situ*. Deveria igualmente considerar o fato de que o estudo da história das populações indígenas é tão importante quanto o dos monumentos e sítios prestigiosos, para conservar e compreender o patrimônio arqueológico.

A proteção do patrimônio arqueológico constitui processo dinâmico permanente. Por consequente, todas as facilidades devem ser concedidas aos profissionais trabalhando nessa área, a fim de permitir sua permanente reciclagem. Programas especializados de formação de alto nível, proporcionado amplo lugar à proteção e à gestão do patrimônio arqueológico, deveriam ser implantadas

Cooperação internacional

Art.9º Por ser o patrimônio arqueológico uma herança comum de toda a humanidade, a cooperação internacional é essencial para enunciar e fazer respeitar os critérios de gestão desse patrimônio.

Existe uma necessidade premente de serem estabelecidos circuitos internacionais que permitam a troca de informações e a partilha de experiências entre os profissionais encarregados da gestão do patrimônio arqueológico, o que implica organização de conferências, seminários, workshops em escalas mundial e regional, assim como a criação de centros regionais de formação de alto nível. O ICOMOS deveria, por intermédio de seus grupos especializados, levar em conta essa situação em seus projetos a longo e médio prazo.

Programas internacionais de intercâmbio de profissionais deveriam ser implantados, como forma de elevar o nível de competência no gerenciamento do patrimônio arqueológico.

Programas de assistência técnica deveriam ser desenvolvidos sob os auspícios do ICOMOS.

ANEXO 04: Manifesto de Amsterdã

ANEXO 04: Manifiesto de Amsterdã

Manifesto de Amsterdã

de outubro de 1975

Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico
Ano do Patrimônio Europeu

Mil delegados de 25 Países Europeus

(ministros, arquitetos, urbanistas, eleitos locais, funcionários, representantes de associações)

Adotada pelo Comitê dos Ministros do Conselho da Europa, em 26 de setembro de 1975, a Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico foi solenemente promulgada no Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu, realizado em Amsterdã, de 21 a 25 de outubro de 1975.

O Comitê de Ministros,

Considerando que o objetivo do Conselho da Europa é efetivar uma união mais estreita entre seus membros, principalmente para salvaguardar e promover os ideais e os princípios que lhes são patrimônio comum;
Considerando que os Estados Membros do Conselho da Europa, participantes da Convenção Cultural Européia de 19 de dezembro de 1954, acham-se empenhados, em virtude do artigo primeiro dessa convenção, a adotar as medidas necessárias a salvaguardar sua contribuição ao patrimônio cultural comum da Europa e a encorajar-lhe o desenvolvimento;

Reconhecendo que o patrimônio arquitetônico, expressão insubstituível da riqueza e da diversidade da cultura européia, é herança comum de todos os povos e que sua conservação compromete, por consequência, a solidariedade efetiva dos Estados europeus;

Considerando que a conservação do patrimônio arquitetônico depende, em grande parte, de sua integração no quadro da vida dos cidadãos e de sua valorização nos planejamentos físico-territorial e nos planos urbanos.

Tendo em vista a recomendação da Conferência de Ministros Europeus Responsáveis pelo Patrimônio Arquitetônico, realizada em Bruxelas, em 1969, e a recomendação número 589 (de 1970) da Assembléia Consultiva do Conselho da Europa, relativa a uma carta do patrimônio arquitetônico;

Reafirma sua disposição de promover uma política européia comum e uma ação adequada de proteção do patrimônio arquitetônico apoiadas nos princípios de sua conservação integrada;

Recomenda que os governos dos Estados Membros adotem as medidas de ordem legislativa, administrativa, financeira e educativa necessárias à implementação de uma política de conservação integrada do patrimônio arquitetônico e a desenvolver o interesse do público por essa política, levando em conta os resultados da campanha do Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico, organizado em 1975, sob os auspícios do Conselho da Europa;

Adota e promulga os princípios da presente carta, preparada pelo Comitê dos Monumentos e Sítios do Conselho da Europa, abaixo redigidos:

O patrimônio arquitetônico europeu é constituído não somente por nossos monumentos mais importantes, mais também pelos conjuntos que constituem nossas antigas cidades e povoações tradicionais em seu ambiente natural ou construído.

Durante muito tempo só se protegeram e restauraram os monumentos mais importantes, sem levar em conta o ambiente em que se inserem. Ora, eles podem perder uma grande parte de seu caráter se esse ambiente é alterado. Por outro lado, os conjuntos, mesmo que não disponham de edificações excepcionais, podem oferecer uma qualidade de atmosfera produzida por obras de arte diversas e articuladas. É preciso conservar tanto esses conjuntos quanto aqueles.

O patrimônio arquitetônico dá testemunho da presença da história e de sua importância em nossa vida.

A encarnação do passado no patrimônio arquitetônico constitui um ambiente indispensável ao equilíbrio e ao desenvolvimento do homem.

Os homens do nosso tempo, em presença de uma civilização que muda de feição e cujos perigos são tão manifestos quanto os bons resultados, se apercebem instintivamente do valor desse patrimônio.

É uma parte essencial da memória dos homens de hoje em dia e se não for possível transmiti-la às gerações futuras na sua riqueza autêntica e em sua diversidade, a humanidade seria amputada de uma parte da consciência de sua própria continuidade.

O patrimônio arquitetônico é um capital espiritual, cultural, econômico e social cujos valores são insubstituíveis.

Cada geração dá uma interpretação diferente ao passado e dele extrai novas idéias. Qualquer diminuição desse capital é, portanto, mais um empobrecimento cuja perda em valores acumulados não pode ser compensada, mesmo por criações de alta qualidade.

Por outro lado, a necessidade de poupar recursos impõe-se a nossa sociedade. Longe de ser um luxo para a coletividade, a utilização desse patrimônio é uma fonte de economias.

A estrutura dos conjuntos históricos favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades.

Esses conjuntos se constituem - efetivamente em meios próprios ao desenvolvimento de um amplo leque de atividades. No passado, eles geralmente evitaram a segregação das classes sociais. Podem facilitar, de novo, uma boa repartição das funções e uma integração maior das populações.

O patrimônio arquitetônico tem um valor educativo determinante.

Ele oferece um conteúdo privilegiado de explicações e comparações sobre o sentido das formas e um manancial de exemplos de suas utilizações. Ora, a imagem e o contato direto adquirem novamente uma importância decisiva na formação dos homens. Importa, portanto, conservar vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experimentações.

A sobrevivência desses testemunhos só estará assegurada se a necessidade de sua proteção for compreendida pela maior parte e, especialmente pelas gerações jovens, que por eles serão responsáveis no futuro.

Esse patrimônio está em perigo.

Ele está ameaçado pela ignorância, pela antiguidade, pela degradação sob todas as formas, pelo abandono. Determinado tipo de urbanismo é destruidor quando as autoridades são exageradamente sensíveis às pressões econômicas e às exigências da circulação. A tecnologia contemporânea, mal aplicada, destrói as antigas estruturas. As restaurações abusivas são nefastas. Afinal e principalmente, a especulação financeira e imobiliária tiram partido de tudo e aniquilam os melhores projetos.

A conservação integrada afasta as ameaças.

A conservação integrada é o resultado da ação conjugada das técnicas da restauração e da pesquisa de funções apropriadas. A evolução histórica levou os centros degradados das cidades e, eventualmente, as pequenas cidades abandonadas a se tornarem reservas de alojamento barato. Sua restauração deve ser conduzida por um espírito de justiça social e não deve ser acompanhada pelo êxodo de todos os habitantes de condição modesta. A conservação integrada deve ser, por isso, um dos pressupostos do planejamento urbano e regional.

Convém notar que essa conservação integrada não exclui completamente a arquitetura contemporânea nos conjuntos antigos, e que ela deverá ter na maior conta o entorno existente, respeitar as proporções, a forma e a disposição dos volumes, assim como os materiais tradicionais.

A conservação integrada requer a utilização de recursos jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos.

Recursos Jurídicos

A conservação integrada deve utilizar todas as leis e regulamentos existentes que possam concorrer para a salvaguarda e para a proteção do patrimônio, qualquer que seja a sua origem. Quando essas disposições não permitirem a obtenção do objetivo buscado, é preciso complementá-las e criar os instrumentos jurídicos indispensáveis a níveis apropriados: nacional, regional e local.

Recursos Administrativos

A aplicação de uma tal política exige a utilização de estruturas administrativas adequadas e suficientemente valorizadas.

Recursos Financeiros

A manutenção e restauração dos elementos do patrimônio arquitetônico devem poder se beneficiar, em se apresentando ocasião, de todas as ajudas e incentivos financeiros necessários, aí compreendidos os recursos fiscais.

É essencial que os recursos financeiros consagrados pelos poderes públicos à restauração de conjuntos antigos sejam, pelo menos, iguais aos que se destinam a novas construções.

Recursos Técnicos

Os arquitetos, os técnicos de todas as categorias, as empresas especializadas, os artesãos qualificados, capazes de levar a bom termo as restaurações, são insuficientes em número.

É preciso desenvolver a formação e o emprego dos quadros e da mão de obra, convocar as indústrias da construção a se adaptarem a essas necessidades e favorecer o desenvolvimento de um artesanato ameaçado de desaparecimento.

É indispensável o concurso de todos para o êxito da conservação integrada.

Ainda que o patrimônio arquitetônico seja propriedade de todos, cada uma das suas partes está à mercê de cada um.

Cada geração, aliás, só dispõe do patrimônio a título passageiro. Cabe-lhe a responsabilidade de o transmitir às gerações futuras.

A informação do público deve ser mais desenvolvida na medida em que os cidadãos têm o direito de participar das decisões que dizem respeito a suas condições de vida.

O patrimônio arquitetônico é o bem comum de nosso continente.

Todos os problemas de conservação são comuns a toda a Europa e devem ser tratados de maneira coordenada. Cabe ao Conselho da Europa assegurar a coerência da política de seus Estados Membros e promover sua solidariedade

ANEXO 05: Planta da cidade de Manaus de 1852
e de 1855.

ANEXO 05: Planta da cidade de Manaus de 1852
e de 1856.

PLANTA

(Croquis)

DA CIDADE DE MANAOS

J.B. de F. Tenr. Aranha A.D. 1852

Escala de 1-10.000

J. Bernet Des.

Manaos 26 de Novembro de 1897

PLANTA DE MANAOS EM 1856

<p>A.—MATRIZ VELHA
 B.—CAPELLA DE N. S. DOS REMEDIOS
 1.—PALACIO DO GOVERNO
 2.—
 3.—ANTIGA OLARIA
 4.—JARDIM</p> | | <p>5.—RUINAS DA FORTALEZA DA BARRA
 6.—QUARTEL
 7.—LARGO DO PELOURINHO
 8.—LARGO DA PULVORA
 9.—LARGO DA OLARIA
 10.—LARGO DOS REMEDIOS</p> |
|---|--|---|

Anexo 06: Mapa da área histórica urbana de
interesse patrimonial; Mapa do centro de
Manaus; Planta de situação da Catedral
Metropolitana de Manaus.

Área Histórica Urbana de Interesse Patrimonial

Área de influência:

Sub-área 1: Centro e Educandos

Sub-área 2: Centro e Nossa S^a das Graças

Sub-área 3: Centro, Pça. 14 de Janeiro e Cachoeirinha

Sub-área 4: Centro, N. S^a de Aparecida, Pres. Vargas, Glória e São Raimundo

Legenda

- Bens Tombados Federais
- Bens Tombados Estaduais
- Programa Monumenta
- Centro Histórico
- Sítio Histórico
- Divisão dos bairros

Bens de interesse para preservação (municipal):

- Unidades de 1^o grau
- Unidades de 2^o grau

Escala 1/20.000

PLANTA DE SITUAÇÃO

Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto		
BARRIO Catedral de Maracá Sec. IX		
LOCAL Maracá - AM		
TÍTULO PLANTA DE SITUAÇÃO		
DATA Dez 2002	FOLHA 197/40	PLANTELAS

Anexo 07: Planta da Catedral Metropolitana de
Manaus século XIX; Planta da Catedral
Metropolitana de Manaus século XX; Fachada
principal; Planta de quadriculamento
arqueológico; Valorização cronológica.